

sinditelebrasil.empauta.com

Sinditelebrasil
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de novembro de 2016 às 15h23
Seleção de Notícias

Sinditelebrasil

O Estado de S. Paulo | BR

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi	9
--	----------

ECONOMIA | ANNE WARTH

Valor Econômico | BR

AGU diverge do governo e da Anatel	11
---	-----------

EMPRESAS | RAFAEL BITENCOURT

23 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Anatel sustenta que todas as demandas do setor estão sendo tratadas&#13;	12
---	-----------

22 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Telecom pede protagonismo, menos impostos e isonomia com internet&#13;	13
---	-----------

23 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Situação fiscal desafia política pública para telecom&#13;	15
---	-----------

22 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Daniel Vilela: Senado tem tudo para votar PL 3453 ainda em 2016&#13;	16
---	-----------

22 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Carta de Brasília 2016: Banda Larga tem de ser prioridade nacional&#13;	17
--	-----------

22 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Teles terão ranking anual das cidades amigas da banda larga &#13;	20
--	-----------

23 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; MCTIC defende flexibilização do Marco Civil da Internet&#13;	21
---	-----------

25 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

Internet das Coisas vai gerar 2,5 milhões de empregos no Brasil até 2025	22
---	-----------

22 de novembro de 2016 | Convergência Digital | BR

&#13; Sem satélite, não há inclusão digital na zona rural do Brasil&#13;	23
---	-----------

23 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Oi quer trocar dívida por serviços ao Governo e fala em 'bolsa telecom'&#13;	24
22 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Teles querem usar modelo de Uberlândia para triplicar antenas em São Paulo&#13;	25
22 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Políticas Públicas de Telecomunicações é uma questão de Estado&#13;	26
23 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; BNDES promete R\$ 1 bilhão para levar Internet aonde o mercado não vai&#13;	27
25 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Hotel que oferece TV e rádio em quarto tem que pagar direito autoral&#13;	28
22 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Governo vai regulamentar silêncio positivo da Lei das Antenas&#13;	29
27 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; BNDES busca vocações brasileiras na internet das coisas&#13;	30
23 de novembro de 2016 Convergência Digital BR	
&#13; Anatel prefere desregular teles que regular internet&#13;	31
22 de novembro de 2016 TeleSíntese BR	
Vilela afirma que seu PL sai da Câmara na próxima semana	32
<small>POLÍTICA</small>	
23 de novembro de 2016 TeleSíntese BR	
Avançam medidas para desonerar o custo regulatório das operadoras de telecom	33
<small>REGULAÇÃO</small>	
23 de novembro de 2016 TeleSíntese BR	
Corre risco de acabar o acordo entre Anatel e Aneel pelo preço do poste a R\$ 3	34
<small>DESTAQUE</small>	
23 de novembro de 2016 TeleSíntese BR	
Martinhão defende flexibilizar Marco Civil no caso da IoT e zero rating	35
<small>REGULAÇÃO</small>	

23 de novembro de 2016 | TeleSíntese | BR

GSMA diz que marcos regulatórios atuais são obsoletos e precisam se adaptar ao novo cenário .. 36
REGULAÇÃO

23 de novembro de 2016 | TeleSíntese | BR

Carta de Brasília: setor pede prioridade à banda larga 37
OPERADORAS

22 de novembro de 2016 | TeleSíntese | BR

Para Baigorri, saída não é regulamentar OTTs, mas desregulamentar mercado 40
REGULAÇÃO

22 de novembro de 2016 | TeleSíntese | BR

Anatel vai simplificar regulamento de interconexão 41
REGULAÇÃO

23 de novembro de 2016 | TeleSíntese | BR

Os serviços das OTTs vão ter que ajudar a financiar a rede, diz Fazenda 42
DESTAQUE

22 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

Vilela acredita que base do governo pode derrubar eventual recurso ao PL 3.453 43

22 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

Kassab endossa Carta de Brasília da Telebrasil, que pede prioridade para as telecomunicações . 44

23 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

BNDES prepara linha de financiamento para levar conectividade a regiões carentes 47

23 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

André Borges apoia sugestão de TACs para a RJ da Oi 48

22 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

Plano Nacional de IoT chega em março com parceria entre MCTIC e BNDES 49

22 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

Coordenação de ações é um dos maiores desafios às Cidades Inteligentes 51

23 de novembro de 2016 | Teletime News | BR

Proposta de nova regulamentação de interconexões entra na pauta da Anatel 52

23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Cenário para investimentos em telecom ainda é ruim, mas perspectiva é de melhora	54
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Anatel não vê necessidade de aumentar limite de espectro	55
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Teles reiteram que tributos são principal amarra ao setor	57
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
MCTIC prepara agenda digital para o setor em 2017	58
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Quadros promete simplificar regulamentação e dar efetividade à resolução dos postes	60
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Programa de cidades inteligentes do MCTIC passa por ajuste	63
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Incentivos para universalização terão de ser ‘bons para todo mundo’, diz Igor de Freitas	64
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Vilela prefere deixar fora do PL 3.453 a revisão dos fundos	66
28 de novembro de 2016 Teletime News BR	
TIM deve ter, em janeiro, capacidade para serviço de VoLTE ‘interceptável’	67
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Silêncio positivo retornará à Lei das Antenas	68
Teletime News BR	
TJ-RJ determina prazo de 90 dias para conclusão de processo de mediação entre Oi e Anatel ...	69
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
MCTIC quer reduzir Fistel para banda larga via satélite	70
Teletime News BR	
ABTA elogia iniciativa de revisão do Regulamento dos Consumidores	71

22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Parlamentares se comprometem com lutas do setor e cidades inteligentes	72
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Teles adotam discurso de conciliação com OTTs, mas ainda pedem isonomia de tratamento	73
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
MCTIC sinaliza em favor à zero-rating	75
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Setor de TIC pode ajudar recuperação econômica do País, diz estudo	76
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Oi quer converter dívida com a Anatel na RJ em TAC	77
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Governo prepara política nacional de segurança da informação	79
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Todas as unidades do SUS usarão prontuário eletrônico em 2017, mas conectividade ainda é problema	80
23 de novembro de 2016 Teletime News BR	
GSMA defende redução de assimetrias regulatórias para promover mais competição	81
22 de novembro de 2016 Teletime News BR	
Proposta de revisão do regulamento de qualidade fica para o ano que vem, diz Anatel	82
22 de novembro de 2016 Agência Brasil BR	
Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária	83
ECONOMIA	
22 de novembro de 2016 BOL - Notícias BR	
Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária	84
BRASIL	
correiobrasiliense.com.br BR	
AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi	85
ECONOMIA	

Exame.com | BR

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi 86
NEGÓCIOS | ESTADÃO CONTEÚDO

22 de novembro de 2016 | IstoÉ Online | BR

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária 88
NOTÍCIAS

Valor Online | BR

AGU diverge do governo e da Anatel sobre Oi 89
EMPRESAS

22 de novembro de 2016 | Brasil 247 | BR

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária 90
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Circuito MT Online | MT

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$11 bilhões à Oi 91
ECONOMIA

Correio de Uberlândia OnLine | MG

Fundasus volta à 1ª instância 93

23 de novembro de 2016 | Folha de Pernambuco | PE

Menos impostos para ampliar a conexão 95
TECH

Canal Tech | BR

Anatel defende simplificação de regulamentação no setor de telecomunicações 97
GOVERNO

22 de novembro de 2016 | Canal Tech | BR

Redução de impostos pode ampliar conexão à internet por satélite no Brasil 98
INTERNET

23 de novembro de 2016 | Canal Tech | BR

Para teles, tributos impedem crescimento do setor 99
TELECOM

22 de novembro de 2016 | Canal Tech | BR

Uberlândia, melhor cidade em infra de telecom no país, vira modelo para SP 100
BANDA LARGA

Para ministro, políticas de telecomunicações devem ser tratadas como questão de Estado	102
<small>TECNO</small>	
<small>Economia & Negócios -Estadão.com BR</small>	
AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi	103
<small>ECONOMIA</small>	
<small>22 de novembro de 2016 IPnews BR</small>	
Plano Nacional de Internet das Coisas vai priorizar formação de mão de obra	104
<small>JACKELINE CARVALHO</small>	
<small>IPnews BR</small>	
Anatel defende simplificação regulatória no Telebrasil 2016	105
<small>23 de novembro de 2016 Monitor Mercantil Digital RJ</small>	
Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária	106
Setor Vivo	
<small>23 de novembro de 2016 TeleSíntese BR</small>	
O problema das OTTs é só a ponta do que vem pela frente, diz Navarro	107
<small>INTERNET</small>	
Veja mais	
<small>23 de novembro de 2016 TeleSíntese BR</small>	
BNDES vai ter empréstimo exclusivo para banda larga em regiões carentes do país	108
<small>FINANCIAMENTO</small>	
Painel Telebrasil	
<small>23 de novembro de 2016 Convergência Digital BR</small>	
MCTIC sinaliza em favor do zero-rating	109
<small>23 de novembro de 2016 Convergência Digital BR</small>	
Ampliação do uso das TIC pode ajudar recuperação econômica do País, diz estudo	110
<small>23 de novembro de 2016 Teletime News BR</small>	
Vilela vê espaço para revisão dos fundos setoriais por Medida Provisória; Planejamento acha que o momento não permite esse debate	111

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

ECONOMIA



Órgão recorreu à Justiça para tentar cancelar uma reunião de mediação marcada entre a operadora e a [Anatel](#)

Anne Warth

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à Justiça para cancelar a reunião de mediação entre [a Oi](#) e a [Agência Nacional de Telecomunicações \(Anatel\)](#). A tentativa de conciliação foi marcada para hoje, mas ainda não há certeza se ela de fato vai ocorrer. A AGU entende que as multas aplicadas pelo órgão regulador devem ser enquadradas como dívida tributária e não podem integrar o processo de recuperação judicial da empresa.

[A Oi](#) pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda, órgãos públicos, sinditelebrasil.empauta.com

escolas e hospitais, uma espécie de "Bolsa Telecom".

O presidente [da Oi](#), Marco Schroeder, disse que a proposta prevê a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dentro do processo de recuperação judicial, e não diretamente com a [Anatel](#). Ele não esclareceu se o acordo prevê o corte de 70% das multas devidas nem revelou o valor dos investimentos que a empresa estaria disposta a realizar nos próximos anos.

"Vamos começar a negociar. É cedo para falar, será um início de conversa. Eles vão colocar os limites deles, nós vamos colocar o que achamos que é importante e o que a gente pode fazer", explicou, após participar do [Painel Telebrasil](#).

Apesar do entendimento da AGU, para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a proposta [da Oi](#) seria uma solução viável. De acordo com o secretário de Telecomunicações, André Borges, o TAC seria uma forma de viabilizar políticas públicas.

"É um instituto muito bem aceito por nós, até porque você troca pagamento ou recolhimento de um dinheiro do Estado para uma política pública", afirmou. "Do ponto de vista do Tesouro Nacional, também não afeta muita coisa, porque é um recurso com o qual ele já não contava. Então, não vai afetar o superávit. Talvez não ajude, mas não atrapalha."

O conselheiro da [Anatel](#) Igor de Freitas reiterou que a agência não pode aceitar o TAC proposto [pela Oi](#). No entanto, ele reconheceu que o processo de recuperação judicial não terá sucesso se as dívidas [da Oi](#) com o governo forem excluídas. Do total de dívidas da companhia, de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 20,2 bilhões são com a União.

Continuação: AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

Amparo. "A linha da AGU é de que não há amparo legal para que a **Anatel** concorde em manter os débitos dentro do plano de recuperação judicial. A AGU entende que até a reunião de mediação não tem amparo para ser conduzida", afirmou.

Para o presidente **da Oi**, a recusa do governo em analisar a proposta pode inviabilizar a companhia. "Acho que isso não é interesse de ninguém, tenho certeza de que não é da **Anatel**. Vamos ter de trabalhar para encontrar soluções que sejam aceitáveis para a **Anatel** e para a companhia. Acho que é muito cedo para achar que vai ter uma ruptura", disse Sc-

hroeder.

-

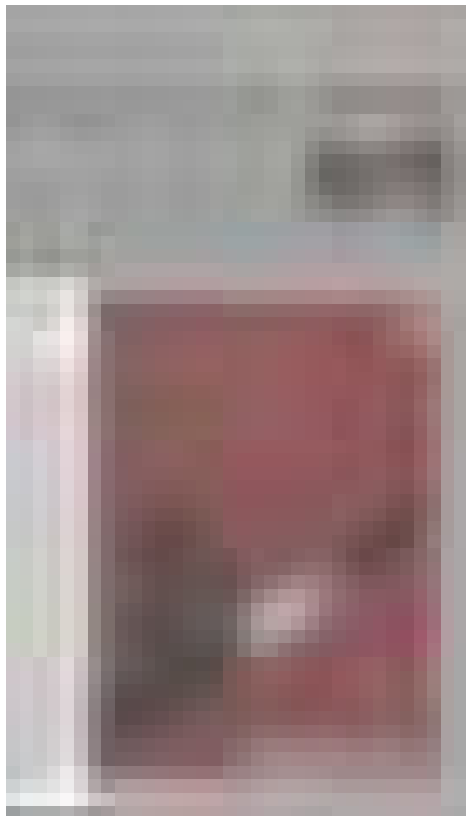
Penalidades

R\$ 20,2 bi

é o valor da dívida **da Oi** com o governo, segundo a **Anatel**; os débitos totais da companhia no plano de recuperação judicial somam R\$ 65,4 bilhões

AGU diverge do governo e da Anatel

EMPRESAS



O governo e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) consideram que entendimento isolado da Advocacia-Geral da União (AGU) passou a ser o único entrave à negociação de multas da Oi pelo processo de recuperação judicial. Até há poucos dias, as autoridades do governo e da agência temiam que a negociação na Justiça poderia causar prejuízos à União, mas isso mudou.

Telecom pede protagonismo, menos impostos e isonomia com internet

Luís Osvaldo Grossmann ... 22/11/2016 ...
Convergência Digital

A importância reconhecidas das Telecomunicações precisa ser acompanhada de valorização na prática: com menos impostos, regras que permitam maior liberdade de ação, além de condições de competir em condições isonômicas com as empresas de internet. E cuidados especiais com a nova fronteira, a Internet das coisas.

Como destacou na abertura do **Painel Telebrasil 2016**, realizada na noite desta terça-feira, 22/11, o presidente do **SindiTelebrasil**, Luis Alexandre Garcia, "nenhum produto ou serviço pode ser considerado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores".

As posições e proposições do setor foram elencadas na Carta de Brasília 2016, que destaca essa necessidade de protagonismo real, a eliminação de assimetrias com concorrentes da internet, a desregulamentação e o fim de obrigações consideradas obsoletas, e, claro, a redução da carga tributária.

"É importante que as autoridades de todos os Poderes da República também passem a considerar, investir e utilizar, de maneira efetiva, o potencial transformador e gerador de riqueza das Telecomunicações do Brasil, reconhecendo-as, efetivamente, como a verdadeira prioridade nacional e motor da moderna sociedade digital", afirmou Garcia.

Os principais pontos da Carta de Brasília 2016 são:

1. Definir as telecomunicações em banda larga como prioridade nacional. É preciso fomentar investimentos em infraestrutura e incentivar a demanda, permitindo uma efetiva inclusão dos consumidores das classes menos favorecidas da população brasileira e garantir a aplicação dos recursos dos fundos setoriais. Nossas empresas precisam ter a necessária liberdade na formulação de modelos de negócios, na gestão e na escolha das tecnologias de redes. Também é necessário orientar demandas e ofertas de soluções completas com TICs que promovam a universalização e melhorem a efetividade e a eficiência de serviços do Estado.

2. Eliminar assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares. Entendemos que é primordial que se adotem medidas para assegurar uma competição justa, eliminando as assimetrias tributária e regulatória entre prestadoras de serviços de telecomunicações e aqueles serviços online que se confundem com os serviços de telecomunicações, e na conectividade para Internet das Coisas. Outro ponto essencial é a desregulamentação dos serviços de telecomunicações prestados em regime privado para garantir a previsão legal de mínima intervenção do Poder Público.

3. Estabelecer um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil - É necessário ajustar os marcos constitucional, legal, tributário e regulatório das telecomunicações, para alinhá-los com as demandas dos usuários, a revolução digital e os desafios enfrentados pelo País, sempre precedidos de análise de impacto regulatório. É preciso adotar medidas que viabilizem a transferência dos recursos atualmente empregados em obrigações e serviços obsoletos para a infraestrutura de banda larga. Entendemos que é necessário antecipar o fim dos contratos de telefonia fixa e aperfeiçoar o processo de renovação de outorgas, além de estabelecer uma política industrial que integre a indústria nacional de te-

Continuação:  Telecom pede protagonismo, menos impostos e isonomia com internet

lecomunicações nas cadeias globais de produção e consumo.

4 Reduzir a burocracia e as cargas tributária e regulatória - Devemos aplicar, como mandamento da Constituição da República, o princípio da essencialidade na definição das alíquotas do ICMS aplicadas às telecomunicações, principalmente em função dos recentes aumentos. Entendemos que para massificar o acesso em banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esses serviços, além de isentar de qualquer incidência tributária os smartphones de baixo custo e os dispositivos destinados à

Internet das Coisas. Os serviços de IoTs também devem ser isentos da cobrança de tributos, em especial de Fistel. É necessário ampliar o prazo de vigência do RePNBL e aperfeiçoar a Lei de Informática. Por fim, defendemos uma revisão nos processos de aplicação de sanções administrativas, que tem gerado um volume grande de ações e vultosos depósitos judiciais, comprometendo os planos de investimentos do setor."

• Situação fiscal desafia política pública para telecom•

• • • • • • • • • •
• • • • • • • • • •
• • • • • • • • • •
• • • • • • • • • •
• • • • • • • • • •

A política pública para as telecomunicações esbarra nas dificuldades do constrangimento econômico. Como ressaltou o secretário de Políticas de Informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, durante o **Painel Telebrasil** 2016, o principal nó está em encontrar os recursos necessários, ou na engenharia que atraia financiamento privado para a expansão do acesso.

"O desafio está na situação fiscal. A gente tem que encontrar um modelo de financiamento para que haja uma parceria público-privada em que se chame o setor privado para fazer os investimentos, dentro de um programa de longo prazo, para que o governo consiga remunerar o investimento do setor privado e conceder linhas de financiamento dentro de juros adequados", destacou Martinhão.

Segundo ele, a nova estrutura do Ministério, com a fu-

ção entre Ciência e Tecnologia e as Comunicações, favorece a construção de políticas integradas de TICs e até por isso já prevê para o início de 2017 a apresentação de uma agenda digital para o país.

"A agenda que estamos colocando para frente, no horizonte curto, é colocar as TICs como centrais. O governo já fez isso com o Decreto que aprovou a nova estrutura do MCTIC e deixou claro que o governo quer estabelecer uma agenda digital do Brasil e aproveitar as TICs para promover o desenvolvimento econômico", disse.

Segundo o secretário, está em andamento uma articulação com outros ministérios para que essa agenda seja apresentada nos próximos meses. "Desafio é fazer de maneira conjunta. Em breve a secretaria vai criar um pequeno comitê para fazer a primeira proposta de agenda digital, com expectativa de lançar uma consulta pública dessa agenda até fevereiro março do ano que vem."

• • • • • • • • • •

Carta de Brasília 2016: Banda Larga tem de ser prioridade nacional

Convergência Digital* ... 22/11/2016 ... Convergência Digital

O setor de telecomunicações apresentou nesta terça-feira, 22/11, na abertura do 60º **Painel Telebrasil**, a Carta de Brasília 2016, documento com as principais propostas das telecomunicações a ser entregue às autoridades brasileiras.

A Carta está organizada em quatro grandes frentes: Definir as telecomunicações em banda larga como prioridade nacional; Eliminar assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares; Estabelecer um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil; e Reduzir a burocracia e as cargas tributária e regulatória. Confira a íntegra do documento:

Carta de Brasília 2016

As Telecomunicações são essenciais para a sociedade brasileira e devem ser prioridade nacional

As Telecomunicações do Brasil em banda larga são essenciais para a retomada do desenvolvimento sustentável com inclusão social, na moderna sociedade da informação e do conhecimento, globalmente integrada. Para ampliar a penetração dos serviços e o seu melhor aproveitamento, os Poderes da República deveriam declará-las e considerá-las prioridade nacional em todas as dimensões do processo de recuperação nacional: constitucional, legal, tributário, regulatório, fiscalizador e sancionador.

Neste momento em que o País demanda soluções que permitam a pronta retomada do desenvolvimento e o estabelecimento da ponte para o futuro da sociedade brasileira, seguramente um dos eixos estruturantes desse novo caminho são as telecomunicações, integradas às tecnologias da informação. Seus serviços e infraestrutura, arduamente construídos pela ini-

ciativa privada, têm o necessário potencial transformador para o País alcançar prosperidade econômica, inclusão social e competitividade mundial. De acordo com o Banco Mundial, para cada mil conexões de banda larga são gerados 80 novos empregos.

O setor de telecomunicações brasileiro já deu inúmeras demonstrações desse potencial: tem 340 milhões de clientes, a quinta maior infraestrutura do mundo, emprega 500 mil trabalhadores, representa 6% do PIB nacional, recolhe ao ano R\$ 60 bilhões de impostos e já investiu R\$ 680 bilhões para a construção do maior programa de inclusão social do País. As facilidades proporcionadas pelas telecomunicações já fazem parte, de forma indissociável, da vida dos brasileiros, das empresas, da economia e da sociedade.

Incentivar e utilizar esse potencial transformador é a saída de melhor retorno para essa crise sem precedentes. Com medidas corretas, nos campos da tributação, da legislação e da regulação, é possível destravar investimentos e redirecionar recursos para as prioridades reais e essenciais da Nação. Com esse objetivo, a **Telebrasil** apresenta uma proposta estratégica para o desenvolvimento do País, organizada em quatro grandes frentes:

1 - Definir as telecomunicações em banda larga como prioridade nacional

Fomentar investimentos em infraestrutura de suporte à banda larga em regiões com baixa penetração na oferta de acessos à Internet e incentivar a demanda para uma efetiva inclusão digital dos consumidores das classes menos favorecidas da população brasileira.

Adotar medidas que garantam o uso dos recursos recolhidos aos fundos setoriais, tanto para incentivo à

Continuação:  Carta de Brasília 2016: Banda Larga tem de ser prioridade nacional

demanda como na ampliação da infraestrutura, modernizando a legislação, de forma a tornar sua aplicação mais eficiente e seu recolhimento proporcional ao seu efetivo emprego.

Garantir às prestadoras de serviços de telecomunicações a necessária liberdade na formulação de modelos de negócios, na gestão e na escolha das tecnologias de suas redes.

Orientar ofertas de soluções completas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) que promovam a universalização e melhorem a efetividade e a eficiência de serviços do Estado demandados pela população, como registros públicos, saúde, educação e previdência.

2. Eliminar assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares

Adotar medidas que assegurem uma competição justa, eliminando as assimetrias tributária e regulatória entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os serviços online que se confundem com os serviços de telecomunicações que lhes dão suporte (as OTTs).

Criar um ambiente propício ao investimento em conectividade para o desenvolvimento da Internet das Coisas (IoT - Internet of Things).

Desregulamentar os serviços de telecomunicações prestados em regime privado para garantir a previsão legal de mínima intervenção do Poder Público.

Aperfeiçoar as competências da Anatel, de forma a ampliar sua atuação, harmonicamente, a todos os provedores de serviços online, incluindo as OTTs.

3. Estabelecer um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil

Ajustar os marcos constitucional, legal, tributário e regulatório das telecomunicações para alinhá-los às

demandas dos consumidores, à revolução digital, à inovação e aos desafios enfrentados pelo País, sempre precedidos de análise de impacto regulatório.

Adotar medidas que viabilizem a transferência dos recursos atualmente empregados em obrigações e serviços obsoletos para a infraestrutura de banda larga, mais demandada pelos consumidores.

Antecipar o fim dos atuais contratos de concessão da telefonia fixa e sua adaptação para o regime privado, permitindo a valoração dos atuais bens reversíveis e sua conversão em compromissos de investimentos para implantação de infraestrutura de redes de alta capacidade de comunicação de dados em banda larga em áreas sem competição plena, com o compartilhamento dessa infraestrutura.

Aperfeiçoar o processo de renovação das outorgas de licença de uso de radiofrequências e de posição orbital, equacionando a prorrogação dos atuais termos e a continuidade dos serviços.

Aperfeiçoar o processo de oferta de novos espectros, privilegiando a melhora da conectividade e ampliação dos serviços prestados ao invés da arrecadação.

Estabelecer políticas públicas de incentivo ao compartilhamento de infraestrutura, especialmente nas relações intersetoriais, e rever as políticas de compartilhamento e de flexibilização do uso de espectro de radiofrequências, referentes ao spectrum caps e à possibilidade de transferência entre prestadoras.

Estabelecer uma Política Industrial que integre a indústria nacional de telecomunicações (hardware e software) nas cadeias globais de inovação, produção e consumo.

Adotar os princípios estabelecidos pela Lei 13.116/2015, em especial quanto à não onerosidade do direito de passagem.

Continuação:  Carta de Brasília 2016: Banda Larga tem de ser prioridade nacional

4.Reduzir a burocracia e as cargas tributária e regulatória

Aplicar, como mandamento da Constituição da República, o princípio da essencialidade na definição das alíquotas do ICMS aplicadas às telecomunicações, em especial em banda larga, principalmente em função dos recentes aumentos.

Associar às políticas públicas e aos programas de massificação do acesso à internet em banda larga o compromisso de redução do ICMS pelos governos estaduais que a eles aderirem, para viabilizar a oferta de produtos acessíveis a consumidores mais carentes.

Simplificar e ampliar o prazo de vigência da aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (RePNBL) até a plena massificação da banda larga.

Isentar os smartphones de mais baixo custo e os dispositivos destinados à Internet das Coisas de qualquer incidência tributária, alavancando a inovação e a inclusão digital.

Isentar serviços de IoT da incidência de qualquer tributo, em especial de Fistel.

Aperfeiçoar a Lei de Informática (8.248/91), para adequá-la às normas da OMC, sem perder os incentivos assegurados, e racionalizar a prestação de contas dos Processos Produtivos Básicos (PPB).

Revisar o processo de aplicação de sanções administrativas adotado pela agência reguladora, em

total dissonância com as sanções aplicadas pelas demais agências, que tem gerado ações judiciais e vultosos depósitos judiciais, comprometendo os planos de investimentos do setor.

Revisar as súmulas da Anatel com interpretações sobre questões regulatórias que aumentam os custos das empresas e reduzem recursos para investimentos.

O setor das Telecomunicações do Brasil, nesta Carta de Brasília 2016, consolida os resultados dos trabalhos preparatórios do 60º **Painel Telebrasil**, reafirmando a sua crença no Brasil, na capacidade de nosso povo e de nossos governantes e reitera seu compromisso histórico de contribuir para o desenvolvimento do nosso País e de todos os cidadãos brasileiros.

É importante que as autoridades de todos os Poderes da República também passem a considerar, investir e utilizar, de maneira efetiva, o potencial transformador e gerador de riqueza real das Telecomunicações do Brasil, reconhecendo-as, efetivamente, como a VERDADEIRA PRIORIDADE NACIONAL e MOTOR DA MODERNA SOCIEDADE DIGITAL.

Brasília, 22 de novembro de 2016.

DIRETORIA DA **TELEBRASIL**

Teles terão ranking anual das cidades amigas da banda larga;

Luís Osvaldo Grossmann e Pedro Costa
22/11/2016 ... Convergência Digital

Por ter a legislação mais favorável à implantação de infraestrutura de telecomunicações, especialmente antenas de celular, Uberlândia, em Minas Gerais, foi a premiada pelas operadoras como 'cidade amiga da banda larga'. A ideia, porém, é usar o ranking para pressionar os municípios a revisarem as normas locais que dificultam a ampliação das redes.

"A gente encontra municípios ainda com requisitos relativos a emissão eletromagnética, com restrições que não têm mais nenhuma base científica e que acabam impedindo termos uma boa qualidade de sinal no municípios", diz o presidente da consultoria Tudeco, responsável pela elaboração do ranking, Eduardo Tude. A premiação foi feita durante o **Painel**

Telebrasil 2016, nesta terça-feira, 22/11.

Para fazer o ranking foram dadas notas às cidades com base em restrições, burocracia, prazo e onerosidade para a implantação da infraestrutura, com peso maior para as ERBs, para as restrições e para o prazo de licenciamento. Mas se na primeira edição o prêmio foi para cidade melhor colocada, a ideia é também festejar aquelas onde houve evolução.

"A pesquisa será realizado em maio. Vamos fazer nova avaliação e a ideia é que não apenas premiem os melhores colocados mas também as que evoluíram mais. O objetivo do ranking é incentivarem as prefeituras a se mexerem e reverem sua legislação", explica Tude. O ranking completo pode ser conferido neste link. Assistam a apresentação.

Internet das Coisas vai gerar 2,5 milhões de empregos no Brasil até 2025

Luís Osvaldo Grossmann e Pedro Costa ... 25/11/2016 ... Convergência Digital

O Brasil tem potencial para gerar entre 1,9 milhão e 2,6 milhões de empregos até 2025 com a disseminação do que convencionou-se chamar de internet das coisas. Mas essa multiplicação de objetos conectados à rede mundial exige uma alteração tributária fundamental, capaz de fazer variar o nível de investimentos entre R\$ 130 bilhões e R\$ 206 bilhões nos próximos 15 anos.

Conforme apresentado no **Painel Telebrasil** 2016, evento realizado nos dias 22 e 23 de novembro, em Brasília, o Brasil pode ter entre 100 milhões e 200 milhões de objetos conectados até 2025. Isso equivale a multiplicar por 10 a realidade atual. O estudo elaborado pela Teleco indica que hoje há 20 milhões deles, a maioria carros (8 milhões) e traquitanas para

pagamentos eletrônicos (4 milhões), além de objetos em casas (3,4 milhões) e na distribuição de eletricidade (3 milhões). O tamanho do salto depende do empurrão.

"A conectividade é o elemento principal, mas a contribuição em termos de receita da conectividade é menos de 5%. Hoje o que vemos é conexão de equipamentos de maior valor agregado. São navios, tomógrafos, tratores, colheitadeiras, porque é o que se viabiliza com o custo atual de conectividade. Para irmos a bilhões de objetos, esse preço da conectividade tem que baixar, o consumo de bateria tem que baixar. Começam a ter soluções no lado tecnológico, como LoRa, mas vão ter que acontecer mudanças regulatórias, especialmente tributárias", afirma o presidente da Teleco, Eduardo Tude. Assistam a apresentação de Eduardo Tude.

⌘ Sem satélite, não há inclusão digital na zona rural do Brasil⌘

⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘ Ana Paula Lobo e Luis Osvaldo Grossmann ... 22/11/2016 ... Convergência Digital⌘ ⌘ ⌘ ⌘ ⌘

O Ministério da Ciência, Inovação e Telecomunicações - MCTIC - trabalha num projeto para reduzir a cobrança do FISTEL, hoje em torno de R\$ 200,00 por antena VSAT, para o mesmo valor cobrado para a telefonia celular - R\$ 26,83.

A proposta é massificar o uso do satélite - quando houver a oferta maior da banda KA, prevista para acontecer em 2018 - para a inclusão digital. Para o diretor do Departamento de Banda Larga do MCTIC, Artur Coimbra, é preciso provar ao governo que mudar a cobrança não provocará uma hecatombe nas contas públicas, mas até aumentará a arrecadação, uma vez que haverá a cobrança de novos impostos como o próprio FUST e o ICMS.

Ao participar do Painel Abrasat, os novos desafios ao mercado de satélite, realizado nesta terça-feira, 22/11, no **[Painel Telebrasil](#)**, em Brasília, Coimbra apresentou números para destacar a relevância de se estabelecer políticas públicas voltadas para o uso de satélites. Dados do MCTIC mostram que 94% da população rural do Brasil não têm 3G e 4G. O maior índice de conexão é na região Sudeste, com 10-, 73%. "Eles têm telefonia em 2G, mas não acessam a In-

ternet. Há um oceano de oportunidades para serem aproveitadas com o satélite", disse o executivo. O levantamento mostra ainda que somente 36,6% dos domicílios nacionais - urbanos e rurais - têm cobertura banda larga fixa de alta velocidade.

Expectativa do governo é que, até 2018, existam no país oito satélites ofertando banda KA, hoje há apenas um em operação comercial. "Não será o número ideal para a demanda, mas será um plantel importante", ressalta Artur Coimbra. O grande entrave para a oferta satelital segue sendo o preço. Hoje uma conexão banda KU, para 3Mbps, está em torno de R\$ 3500,00. Na Europa e nos Estados Unidos, onde a banda KA está mais avançada, o preço para 20 Mbps fica entre R\$ 204 e R\$ 502,00.

Para baratear o custo do serviço, o MCTIC quer baixar o imposto da antena VSAT. "Satélite é muito sensível a preço e já há estudos conservadores, por conta do avanço da tecnologia, é que se baixar 10% do preço, há um incremento em 10 vezes da demanda. Pode ser até mais". A ideia do MCTIC é fechar o estudo da redução do imposto, para no ano que vem levar a discussão para outros órgãos do governo, em especial, os da área econômica. Assistam a entrevista com Artur Coimbra sobre a redução do custo do FISTEL para satélite concedida no **[Painel Telebrasil](#)**.

⌘ ⌘ ⌘

Teles querem usar modelo de Uberlândia para triplicar antenas em São Paulo

Luís Osvaldo Grossmann, 22/11/2016 ... Convergência Digital

As operadoras de telecomunicações querem transformar a mineira Uberlândia como modelo a ser seguido pelos municípios brasileiros - a cidade foi eleita como a mais 'amiga da banda larga' ao ficar em primeiro lugar em um ranking elaborado pelas empresas com os municípios onde é menos difícil implantar infraestrutura.

"Na próxima semana vamos levar o case de Uberlândia para o [prefeito eleito de São Paulo] João Dória adotar na maior cidade do país", avisou o presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, e da **Algar**, Luiz Alexandre Garcia, durante o **Painel Telebrasil** 2016, realizado nesta semana em Brasília.

Além de premiar o prefeito Gilmar Machado, que patrocinou mudanças legais no município mineiro, o Painel discutiu as dificuldades para ampliação de redes, notadamente antenas. E como fica claro no ranking das amigas da banda larga, as principais metrópoles do país aparecem entre as mais difíceis para implantação de redes.

O ranking avaliou as 100 maiores cidades do Brasil. Brasília, a terceira maior região metropolitana do país, aparece em 90. É seguida por São Paulo (91), Porto Alegre (92), Fortaleza (94), Goiânia (96) e Be-

lo Horizonte (98). Juntas com Ribeirão Preto (93), Contagem (95), Niterói (97), São José do Rio Preto (99) e Petrópolis (100), o pé da lista reúne cerca de 25 milhões de pessoas.

Foram consideradas restrições, burocracia, prazo e onerosidade para a implantação da infraestrutura. Ou seja, as melhores são aquelas em que o prazo é menor, há poucas restrições, centralização de procedimentos e de preferência sem taxas. Nas piores, uma licença não sai em menos de seis meses, há restrições e mesmo vedações de instalação em certas áreas, bem como exigências com anuência de vizinhos.

"Mesmo a melhor cidade, Uberlândia, leva três meses para autorizar, quando a lei fala em dois meses. A ideia é que não apenas sejam premiados os melhores colocados, mas também mostrar as que evoluíram mais. O objetivo do ranking é incentivar as prefeituras a se mexerem e reverem sua legislação", explicou Eduardo Tude, da consultoria Teleco, responsável pelo ranking.

Nas palavras do prefeito da primeira do ranking, as cidades ganham com a infraestrutura. "Se não podemos ajudar, pelo menos não vamos atrapalhar. Uberlândia já foi a cidade da logística, a cidade do atacado, e vai ser a cidade da tecnologia. Cada um tem que fazer sua parte, estamos fazendo a nossa", afirmou Gilmar Machado.

Políticas Públicas de Telecomunicações é uma questão de Estado

Políticas Públicas de Telecomunicações é uma questão de Estado

Ao participar da abertura do 60º **Painel Telebrasil**, na noite desta segunda-feira, 22/11, em Brasília, o ministro da Ciência, Inovação e Telecomunicações, Gilberto Kassab, sustentou que políticas públicas de Telecomunicações são uma questão de Estado e estão acima de qualquer questão partidária. "Estamos perto de conseguir, em função da convergência das ações, a aprovação de um projeto (O PL 3453, que muda as regras do setor de Telecom) num trabalho coletivo e suprapartidário", ressaltou Kassab.

O ministro recebeu do presidente do **SindiTelebrasil**, Luiz Alexandre Garcia, a carta de Brasília 2016, na qual o setor de telecomunicações elencou uma série de reivindicações, entre elas, a prioridade à banda larga como ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

"A carta de Brasília é atualíssima e é importante que o

Governo Federal dê uma resposta às reivindicações. Eu concordo com todos os itens e prioridades apresentadas. Há uma visão comum em todos os itens, inclusive no que trata das OTTs, no qual precisamos encontrar o mais rápido possível uma fórmula para promover uma convivência justa. Sabemos que é difícil, mas é necessário achar uma solução", pontuou Kassab.

O ministro lembrou que a banda larga é essencial para os jovens, que não têm a saúde, a educação e a segurança como prioridades, mas anseiam por um acesso melhor a Internet. Kassab sustentou que o momento - apesar de complexo no país em função da crise econômica - exige um trabalho conjunto do governo, das operadoras e do Congresso Nacional - para fomentar as condições necessárias para Telecomunicações expandir no Brasil. "O 5G está chegando e o consumidor brasileiro é exigente. Quer sempre mais. E o setor precisa ter condições de trabalhar para atender a essa demanda", concluiu.

Políticas Públicas de Telecomunicações é uma questão de Estado

BNDES promete R\$ 1 bilhão para levar Internet aonde o mercado não vai

Luís Osvaldo Grossmann e Pedro Costa ... 23/11/2016 ... Convergência Digital

O BNDES terá uma linha de crédito para financiar a implantação de redes de acesso a internet em regiões sem atratividade econômica - ou seja, onde as operadoras não iriam normalmente. Chamada de 'conectividade inclusiva', a linha deverá contar com recursos de R\$ 1 bilhão para operadoras, mas também para provedores regionais de internet e deverá estar disponível no primeiro trimestre de 2017. A informação foi dada no **Painel Telebrasil**, realizado em Brasília, nesta quarta-feira, 23/11.

"A linha que a gente está desenhando é destinada a investimentos em regiões ou cidades em que a viabilidade econômica requer financiamento um pouco mais barato. A intenção é viabilizar investimentos

que com recursos tradicionais aquelas localidades não receberiam, para implantação de redes em regiões em que meu funding de TJLP vai fazer diferença", explicou a chefe do departamento de tecnologia da informação do BNDES, Irecê Kauss

A mesma linha, ainda em discussão com a direção do banco, também será destinada implantação de banda larga de unidades básicas de saúde e escolas públicas, em conexões "de banda muito alta", indicou. A partir do sinal verde da direção do BNDES, a linha vai estabelecer os critérios de seleção das cidades e formas de verificar o cumprimento dos compromissos assumidos. "Se estou fazendo empréstimo para conectar uma escola, vou precisar da comprovação de que foi conectada e da velocidade", disse Irecê Kauss. Assistam a entrevista exclusiva com a executiva do BNDES.

Hotel que oferece TV e rádio em quarto tem que pagar direito autoral

Convergência Digital* ... 25/11/2016 ... Convergência Digital

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que hotéis devem pagar direito autoral caso disponibilizem no interior dos quartos aparelhos de rádio e televisão.

Em processo movido pelo Ecad contra um hotel de Santa Catarina, a Justiça entendeu que as leis sobre

turismo (11.771/08) e sobre direito autoral (9.610/98) não conflitam.

Nas alegações apresentadas, o hotel defendeu que a Lei de Diretrizes do Turismo alterou dispositivos da Lei de Direitos Autorais, razão pela qual requereu a revisão da decisão do ministro.

* Do STJ

13; Governo vai regulamentar silêncio positivo da Lei das Antenas13;

13; 13; 13; 13; 13; 13; 13; 13; 13; Luís Osvaldo Grossmann e Pedro Costa ... 22/11/2016 ... Convergência Digital13; 13; 13; 13;

Dezoito meses depois de sancionada a Lei das Antenas (13.116/15), o governo tem claro que será preciso novos instrumentos para convencer os municípios a incorporarem o procedimento expresso para o licenciamento de infraestrutura, notadamente das antenas de celular. Os 'dentes' da lei, perdidos ainda na tramitação no Congresso, serão retomados via Decreto ou regulamentação específica da Anatel.

"A gente percebe que existe um problema de baixa adesão dos municípios à Lei das Antenas. No caso do prazo de 60 dias, estamos buscando algumas opções para resolver o problema. Pode ser no Decreto de regulamentação da Lei, que já tem uma minuta em discussão; com uma norma da Anatel ou pelo caminho de um novo projeto de lei", diz Roberto Loiola, do departamento de Banda Larga do MCTIC.

Segundo o diretor da área no ministério, Artur Coimbra, discussão semelhante se deu nos Estados Unidos, onde a FCC acabou também impondo uma espécie de 'silêncio positivo', ou seja, a autorização tácita, no caso das municipalidades não responderem aos pedidos das operadoras em menos de 60 dias, decisão depois confirmada pela Suprema Corte dos

EUA.

Ou seja, caso não prevaleça a solução pelo Decreto, a Anatel poderia fazer o mesmo por aqui. Além disso, há ainda a tramitação do projeto de lei 6789/13, que resgata uma série de pendências legislativas do setor de telecom, entre eles o 'silêncio positivo'.

Paralelamente, as operadoras tentam convencer os municípios a partir de um ranking das 'idades amigas da banda larga'. As empresas aproveitaram o Painel Telebrasil 2016 para premiar Uberlândia, em Minas Gerais, como aquela com legislação mais favorável à implantação de infraestrutura. Além dela, querem usar o exemplo de Brasília, que ainda aparece mal no ranking, mas que este ano derrubou a legislação local que vedava novas antenas na capital.

"Temos muitos conflitos entre esferas federativas. A Lei das Antenas fala uma coisa, aí o estado interfere com meio ambiente, o município na parte de uso do solo. É uma instabilidade regulatória que atrapalha os investimentos", lamentou o presidente da Abrintel, Lourenço Coelho. Em entrevista à CDTV, do portal Convergência Digital, o diretor de banda larga do MCTIC, explica como serão as ações do governo em relação ao 'silêncio positivo' da Lei das Antenas. Assistam.

13; 13; 13;

BNDES busca vocações brasileiras na internet das coisas;

BNDES busca vocações brasileiras na internet das coisas; Luís Osvaldo Grossmann e Pedro Costa ... 25/11/2016 ... Convergência Digital;

Costurado com o trabalho do grupo de governo e empresas que discute a internet das coisas, o BNDES terá um plano de ação de cinco anos no qual vai apontar aquelas áreas que podem gerar maior impacto para o país com a nova tecnologia, a partir das singularidades do Brasil.

"A gente entende que deve focar a nossa atuação. Não fechar os olhos para outras verticais, mas em um primeiro momento fazer uma aposta em algumas, para hubs em que o país possa ser vocacionado, remover barreiras, áreas que podem gerar mais impacto e onde temos maior possibilidade de geração de novos negócios", diz o gerente setorial das indústrias de TIC do BNDES, Ricardo Rivera.

Como sustentou durante o [Painel Telebrasil](#) 2016, o

Brasil tem especificidades que podem alavancar nosso desenvolvimento. "Em logística, por exemplo, neste que é um continental baseado em rodovias, empresas de monitoramento de veículos podem ser uma área com maior possibilidade de alavancar. O agronegócio é uma potencia no Brasil. Temos o maior sistema único de saúde do mundo."

"O impacto é ubíquo e profundo e não vai se dar apenas nos segmentos digitalizados mas na economia real de maneira muito profunda. Exige uma estratégia e um plano de ação de onde focar para obter maiores resultados. A gente enxerga que o valor será gerado para a sociedade brasileira em dois grupos, nas oportunidades de novos negócios e nas oportunidades de mudar a sociedade, que são as verticais, as formas como a gente vive nas cidades, a forma como se oferta serviços públicos, como o setor produtivo está organizado." Assistam a apresentação.

BNDES busca vocações brasileiras na internet das coisas;

Vilela afirma que seu PL sai da Câmara na próxima semana

POLÍTICA

Segundo o deputado Daniel Vilela, mesmo que a oposição consiga levar o PL 3453 para votação em Plenário, o presidente da Câmara assegura que irá concluir a votação do recurso na próxima semana.

Plenário da Câmara dos Deputados (Foto: José Cruz/ Agência Brasil)

O deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), autor do PL 3453, que acaba com as concessões públicas de telefonia fixa e transfere os bens para as operadoras privadas investirem em banda larga, afirmou hoje, 22, durante o **painel Telebrasil**, que a base parlamentar do governo ainda tenta evitar que o seu projeto o 3453 seja enviado para o Plenário da Câmara dos Deputados.

Para isso, disse ele, está procurando pessoalmente os deputados do PT, do PSOL e da Rede para que desistam do recurso a que têm direito, conforme o regimento da Câmara dos Deputados, para fazer com que o projeto aprovado nas três comissões temáticas seja apreciado pelo conjunto dos parlamentares. Já disse para alguns deputados do PT que deveria rasgar os meus argumentos e anexar a defesa apresentada

pelo programa Brasil Inteligente da ex-presidente Dilma Rousseff, provoca Vilela, para dizer que o seu projeto é coincidente com a proposta defendida pelo governo anterior. Mas o ex-governo não chegou a fechar sua posição, e apresentou apenas um diagnóstico para a consulta pública com os temas para debate. Na Anatel, por exemplo, dois conselheiros que já votaram apresentaram alternativas completamente distintas para o mesmo diagnóstico.

De qualquer forma, afirmou o deputado, se a oposição conseguir número de assinaturas suficiente para levar o projeto ao Plenário, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, garantiu que conclui a sua votação na próxima semana. E votação não é do mérito do projeto, é só do recurso, observou o parlamentar. Ele participou do **painel Telebrasil**.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Avançam medidas para desonerar o custo regulatório das operadoras de telecom

REGULAÇÃO

Entre as mudanças, será lançada para consulta pública proposta de redução do preço das frequências de celular.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, apresentou hoje, 23, no **Painel Telebrasil**, as respostas à pauta de 15 itens de reivindicações apresentadas pelas operadoras de telecomunicações no dia de sua posse na agência. O amplo leque de questões tratam desde profundas mudanças em regulamentos publicados pela agência, regras de editais e até mesmo em maior engajamento da agência na defesa de causas setoriais.

E, conforme Quadros, algumas questões já estão encaminhadas, outras estão sob consulta pública e algumas não devem ser modificadas. Entre aquelas que deverão ter mudanças rápidas está a que trata da mudança na fórmula do cálculo de venda das frequências. A intenção é deixar de valorizar o preço a ser arrecadado para o governo e ampliar os investimentos na rede de telecom quando da realização do leilão de venda de frequência da telefonia celular.

Conforme o executivo, a proposta de mudança da fórmula já está na Procuradoria da Anatel, para depois ser lançada uma consulta pública. As empresas também reivindicaram mudanças no cálculo da fórmula do Fator X (o índice de produtividade), e essa mudança já está em consulta pública.

As operadoras estão também querendo mudanças no atual regulamento do Modelo de Gestão de Qualidade dos serviços de telecomunicações item que Quadros anunciou só ficará pronto no próximo semestre. As empresas alegam também que os prazos são inexequíveis exigidos nos regulamentos dos consumidores e de acessibilidade. Segundo o presidente da Anatel, o regulamento de acessibilidade não deve

ser modificado, pois ele simplesmente atende aos preceitos da legislação aprovada. O dos consumidores, as empresas devem apresentar suas propostas de mudanças.

Edital

Um pleito das empresas, que tem o apoio de Juarez Quadros, mas que é de difícil solução, refere-se ao uso de satélite para atender as áreas rurais, ao invés de levar o serviço usando a faixa de 450 MHz. Segundo as empresas, não há equipamentos em escala para que essa regra do edital do leilão de 4G fosse atendido. A procuradoria da Anatel emitiu parecer contrário a esse pleito, que só poderá se atendido, salientou Quadros, sob o argumento do interesse público.

Mas ele criticou essa cláusula do edital, como mais uma prova de falta de planejamento estratégico da Anatel.

As empresas pleiteam também a regulamentação da Lei das Antenas, que deverá ocorrer em breve, disse Quadros. Mas negou qualquer mudança na resolução da Anatel que considerou as receitas de interconexão para o cálculo do pagamento das taxas pagas pelas operadoras. Admitiu, porém, estudar alternativas para o cálculo no pagamento bianual da renovação das concessões e frequências.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Corre risco de acabar o acordo entre Anatel e Aneel pelo preço do poste a R\$ 3

DESTAQUE

A Anatel criou um grupo de trabalho para encontrar um jeito de disciplinar a instalação dos fios de telecom nos postes das concessionárias da rede elétrica, para preservar o acordo com a Aneel, que estabelece o preço do aluguel do poste a R\$ 3,19. Pois as concessionárias de energia reagem a esse preço e o Legislativo já tem projeto de lei para derrubar a norma das agências.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, anunciou hoje, 23, durante a abertura do **Painel Telebrasil**, a criação de um grupo de trabalho para dar solução ao excesso de fios de telecom que estão instalados nos postes das concessionárias de energia elétrica. Ele disse que a Resolução Conjunta assinada entre a Anatel e a Aneel em 2014, que estabeleceu o preço do poste a R\$ 3,19 está sofrendo fortes reações por parte do setor elétrico e o setor de telecom precisa adotar algumas medidas para preservar a norma. A Anatel já se manifestou a favor da manutenção da norma, mas há de fato um excesso de cabos nos postes, problema que precisa ser resolvido, afirmou Quadros.

Na semana passada o diretor-geral da Aneel, Romeu

Rufino, encontrou-se como Quadros, e, na pauta, as demandas do setor de energia elétrica contra essa resolução. Muitas concessionárias questionam o preço que foi estabelecido e o excessiva quantidade de cabos que está instalada na sua rede.

Para Quadros, é urgente que a questão da limpeza dos postes seja feita, para que o preço acordado seja preservado. Até porque, já existe uma proposta de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados propondo a sustação da portaria Anatel-Aneel. O Decreto Legislativo, um ato exclusivo do Legislativo, quer sustar o ato normativo do Poder Executivo de número 491 foi apresentado este ano, já como resultado da pressão das elétricas.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Martinhão defende flexibilizar Marco Civil no caso da IoT e zero rating

REGULAÇÃO

Para o secretário de Política de Informática, Maximiliano Martinhão, essas duas áreas exigem flexibilização das regras para não segurar inovação.

Em debate no 60º **Painel Telebrasil**, que se realiza em Brasília, o secretário de Política de Informática, Maximiliano Martinhão, disse que considera necessário flexibilizar as regras do Marco Civil da Internet tanto no caso do zero rating oferta de serviço gratuito pela operadora ao cliente, pago ou não pelo dono do serviço - como da Internet das Coisas (IoT). Segundo ele, o Brasil não pode ser rígido nesses dois casos para "não segurar a inovação".

Ele disse que dava esta opinião não como presidente do Comitê Gestor da Internet mas como Secretário de

Política de Informática. Sua secretaria prepara o lançamento de um Plano de IoT para o próximo ano. De acordo com ele, para receptionar as mudanças, talvez seja necessário fazer uma alteração na regulamentação do Marco Civil ou, então, incluir algum dispositivo na Lei de Proteção de Dados Pessoais, em tramitação no Congresso Nacional.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

GSMA diz que marcos regulatórios atuais são obsoletos e precisam se adaptar ao novo cenário

REGULAÇÃO

Na avaliação da entidade, as assimetrias observadas nos diferentes marcos regulatórios estão freando o desenvolvimento dos provedores tradicionais frente aos novos provedores de internet. As mudanças sugeridas devem focar nos serviços e não na estrutura de mercado.

Ao fazer uma avaliação do atual cenário das telecomunicações no Brasil no painel "Mesmo serviços, mesmas regras", o diretor de competição econômica da GSMA, Serafino Abate, traçou um cenário onde as assimetrias regulatórias, verificadas em diferentes instâncias - proteção dos usuários, área de dados, proteção a novos entrantes - , estão criando entraves ao desenvolvimento dos provedores tradicionais frente aos novos provedores do ecossistema digital. As mesmas assimetrias também se verificam em temas como tributação e segurança do cidadão. Diante desse diagnóstico, a conclusão da entidade é de que os marcos regulatórios atuais estão obsoletos e precisam se adaptar à nova realidade. Devem ter como foco os serviços e não a estrutura de mercado.

Para a modernização da regulamentação do ecossistema digital no Brasil, ele sugeriu, em sua apresentação no 60º **Painel Telebrasil**, que é preciso melhorar a experiência do usuário, promovendo a

competição no atendimento, condições de contratação e qualidade de serviço. O segundo ponto relevante é o tratamento isonômico para serviços equivalentes, independente do provedor ou da tecnologia, eliminando assimetrias do legado regulatório. Em terceiro vem a otimização do aproveitamento do espectro; e, por fim, a racionalização do sistema tributário.

No caso da racionalização do uso do espectro, a GSMA defende a publicação de um plano de médio e longo prazo, com cronograma, e lembra que as licitações da faixa d 600 MHz, da faixa L e da faixa C serão chave para a expansão das redes 4G e o desenvolvimento das redes 5G no país. Pede ainda, o que é óbvio, o alinhamento do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências às recomendações internacionais e que os leilões de espectro não tenham caráter arrecadatório e que promovam a neutralidade tecnológica.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Carta de Brasília: setor pede prioridade à banda larga

OPERADORAS

Na abertura do 60º **Painel Telebrasil** realizada ontem (22) à noite em Brasília, a Carta de Brasília foi apresentada a parlamentares e autoridades do governo, entre eles o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que se comprometeu em defender as demandas.

A Carta de Brasília 2016 foi apresentada na abertura oficial do 60º **Painel Telebrasil**, realizada ontem (22) à noite em Brasília, pelo presidente da entidade, Luiz Alexandre Garcia, na presença de deputados, senadores, conselheiros da Anatel e do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab. O documento defende que a banda larga seja definida prioridade nacional; quer a eliminação de assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares; pede o estabelecimento de um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil; e a redução da burocracia e das cargas tributária e regulatória.

Abaixo, a íntegra do documento.

As Telecomunicações são essenciais para a sociedade brasileira e devem ser prioridade nacional

As Telecomunicações do Brasil em banda larga são essenciais para a retomada do desenvolvimento sustentável com inclusão social, na moderna sociedade da informação e do conhecimento, globalmente integrada. Para ampliar a penetração dos serviços e o seu melhor aproveitamento, os Poderes da República deveriam declará-las e considerá-las prioridade nacional em todas as dimensões do processo de recuperação nacional: constitucional, legal, tributário, regulatório, fiscalizador e sancionador.

Neste momento em que o País demanda soluções que permitam a pronta retomada do desenvolvimento e o estabelecimento da ponte para o futuro da sociedade brasileira, seguramente um dos eixos estruturantes desse novo caminho são as telecomunicações, in-

tegradas às tecnologias da informação. Seus serviços e infraestrutura, arduamente construídos pela iniciativa privada, têm o necessário potencial transformador para o País alcançar prosperidade econômica, inclusão social e competitividade mundial. De acordo com o Banco Mundial, para cada mil conexões de banda larga são gerados 80 novos empregos.

O setor de telecomunicações brasileiro já deu inúmeras demonstrações desse potencial: tem 340 milhões de clientes, a quinta maior infraestrutura do mundo, emprega 500 mil trabalhadores, representa 6% do PIB nacional, recolhe ao ano R\$ 60 bilhões de impostos e já investiu R\$ 680 bilhões para a construção do maior programa de inclusão social do País. As facilidades proporcionadas pelas telecomunicações já fazem parte, de forma indissociável, da vida dos brasileiros, das empresas, da economia e da sociedade.

Incentivar e utilizar esse potencial transformador é a saída de melhor retorno para essa crise sem precedentes. Com medidas corretas, nos campos da tributação, da legislação e da regulação, é possível destravar investimentos e redirecionar recursos para as prioridades reais e essenciais da Nação.

Com esse objetivo, a **Telebrasil** apresenta uma proposta estratégica para o desenvolvimento do País, organizada em quatro grandes frentes:

1. Definir as telecomunicações em banda larga como prioridade nacional § Fomentar investimentos em infraestrutura de suporte à banda larga em regiões com baixa penetração na oferta de acessos à Internet e incentivar a demanda para uma efetiva inclusão digital dos consumidores das classes menos favorecidas da população brasileira.

§ Adotar medidas que garantam o uso dos recursos recolhidos aos fundos setoriais, tanto para incentivo à

Continuação: Carta de Brasília: setor pede prioridade à banda larga

demanda como na ampliação da infraestrutura, modernizando a legislação, de forma a tornar sua aplicação mais eficiente e seu recolhimento proporcional ao seu efetivo emprego.

§ Garantir às prestadoras de serviços de telecomunicações a necessária liberdade na formulação de modelos de negócios, na gestão e na escolha das tecnologias de suas redes.

§ Orientar ofertas de soluções completas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) que promovam a universalização e melhorem a efetividade e a eficiência de serviços do Estado demandados pela população, como registros públicos, saúde, educação e previdência.

2. Eliminar assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares § Adotar medidas que assegurem uma competição justa, eliminando as assimetrias tributária e regulatória entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os serviços online que se confundem com os serviços de telecomunicações que lhes dão suporte (as OTTs).

§ Criar um ambiente propício ao investimento em conectividade para o desenvolvimento da Internet das Coisas (IoT - Internet of Things).

§ Desregulamentar os serviços de telecomunicações prestados em regime privado para garantir a previsão legal de mínima intervenção do Poder Público.

§ Aperfeiçoar as competências da Anatel, de forma a ampliar sua atuação, harmonicamente, a todos os provedores de serviços online, incluindo as OTTs.

3. Estabelecer um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil § Ajustar os marcos constitucional, legal, tributário e regulatório das telecomunicações para alinhá-los às demandas dos consumidores, à revolução digital, à inovação e aos desafios enfrentados pelo País, sempre precedidos de análise de impacto regulatório.

§ Adotar medidas que viabilizem a transferência dos recursos atualmente empregados em obrigações e serviços obsoletos para a infraestrutura de banda larga, mais demandada pelos consumidores.

§ Antecipar o fim dos atuais contratos de concessão da telefonia fixa e sua adaptação para o regime privado, permitindo a valoração dos atuais bens reversíveis e sua conversão em compromissos de investimentos para implantação de infraestrutura de redes de alta capacidade de comunicação de dados em banda larga em áreas sem competição plena, com o compartilhamento dessa infraestrutura.

§ Aperfeiçoar o processo de renovação das outorgas de licença de uso de radiofrequências e de posição orbital, equacionando a prorrogação dos atuais termos e a continuidade dos serviços.

§ Aperfeiçoar o processo de oferta de novos espectros, privilegiando a melhora da conectividade e ampliação dos serviços prestados ao invés da arrecadação.

§ Estabelecer políticas públicas de incentivo ao compartilhamento de infraestrutura, especialmente nas relações intersetoriais, e rever as políticas de compartilhamento e de flexibilização do uso de espectro de radiofrequências, referentes ao spectrum caps e à possibilidade de transferência entre prestadoras.

§ Estabelecer uma Política Industrial que integre a indústria nacional de telecomunicações (hardware e software) nas cadeias globais de inovação, produção e consumo.

§ Adotar os princípios estabelecidos pela Lei 13.116/2015, em especial quanto à não onerosidade do direito de passagem.

4. Reduzir a burocracia e as cargas tributária e regulatória § Aplicar, como mandamento da Constituição da República, o princípio da essencialidade na definição das alíquotas do ICMS aplicadas às te-

Continuação: Carta de Brasília: setor pede prioridade à banda larga

lecomunicações, em especial em banda larga, principalmente em função dos recentes aumentos.

§ Associar às políticas públicas e aos programas de massificação do acesso à internet em banda larga o compromisso de redução do ICMS pelos governos estaduais que a eles aderirem, para viabilizar a oferta de produtos acessíveis a consumidores mais carentes.

§ Simplificar e ampliar o prazo de vigência da aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (RePNBL) até a plena massificação da banda larga.

§ Isentar os smartphones de mais baixo custo e os dispositivos destinados à Internet das Coisas de qualquer incidência tributária, alavancando a inovação e a inclusão digital.

§ Isentar serviços de IoT da incidência de qualquer tributo, em especial de Fistel.

§ Aperfeiçoar a Lei de Informática (8.248/91), para adequá-la às normas da OMC, sem perder os incentivos assegurados, e racionalizar a prestação de contas dos Processos Produtivos Básicos (PPB).

§ Revisar o processo de aplicação de sanções administrativas adotado pela agência reguladora, em total dissonância com as sanções aplicadas pelas demais agências, que tem gerado ações judiciais e vultosos depósitos judiciais, comprometendo os planos de investimentos do setor.

§ Revisar as súmulas da Anatel com interpretações

sobre questões regulatórias que aumentam os custos das empresas e reduzem recursos para investimentos.

O setor das Telecomunicações do Brasil, nesta Carta de Brasília 2016, consolida os resultados dos trabalhos preparatórios do 60º **Painel Telebrasil**, reafirmando a sua crença no Brasil, na capacidade de nosso povo e de nossos governantes e reitera seu compromisso histórico de contribuir para o desenvolvimento do nosso País e de todos os cidadãos brasileiros.

É importante que as autoridades de todos os Poderes da República também passem a considerar, investir e utilizar, de maneira efetiva, o potencial transformador e gerador de riqueza real das Telecomunicações do Brasil, reconhecendo-as, efetivamente, como a VERDADEIRA PRIORIDADE NACIONAL e MOTOR DA MODERNA SOCIEDADE DIGITAL.

Brasília, 22 de novembro de 2016.

DIRETORIA DA **TELEBRASIL**

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Para Baigorri, saída não é regulamentar OTTs, mas desregulamentar mercado

REGULAÇÃO

Segundo superintendente de Competição da Anatel, em mercado onde não existe barreira de entrada não se justifica a ação de regulador.

Anatel, Carlos Baigorri. (foto: Felipe Canova Gonçalves)

O superintendente de Competição da Anatel, Carlos Baigorri, usou o exemplo do mercado de táxi para mostrar porque a Anatel é contra regular o mercado das chamadas OTTs, as empresas de internet, ou **over-the-top**. Lembrou que o mercado de táxi era um mercado regulado pelo poder público, que exigia a concessão de licença e o cumprimento de uma série de regras e que foi atropelado pelo surgimento de um aplicativo de internet que criou um mercado paralelo. Os taxistas tradicionais, para defender o seu mercado, passaram a exigir que os taxistas dos taxistas os aplicativos fossem regulados pelas velhas regras. Mas como a tecnologia eliminou as barreiras de entrada, baixando o custo de atuação no segmento de táxi, o caminho mais adequado é a desregulamentação do mercado, disse ele.

De acordo com Baigorri, só se justificaria regular o mercado de OTTs se houvesse falha de mercado, ou barreiras que impedissem a entrada de qualquer interessado. "Mas essas barreiras não existem. Qualquer um que queira pode prestar esse tipo de serviço. Assim, não se justifica a ação do regulador", disse ele, lembrando que como são muitos os agentes atuando no ecossistema digital o que se vê são conflitos naturais entre eles, em seu relacionamento. E não só entre OTTs e operadoras, mas entre diferentes OTTs.

Carlos Baigorri participou do painel sobre regulamentação de interconexão e os serviços de OTT no 60º **Telebrasil**, que se realiza em Brasília.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Anatel vai simplificar regulamento de interconexão

REGULAÇÃO

Novo regulamento deverá ser examinado pelo conselho diretor nesta semana. O novo regulamento de interconexão, a ser examinado pelo conselho diretor da Anatel na reunião desta semana, simplifica enormemente o que prevê o atual, de 2005, dá mais agilidade aos processos e torna mais fácil a vida das empresas. Entre as principais mudanças propostas pela área técnica, está o fim da necessidade de a Anatel autorizar o desligamento da interconexão em caso de fraude. Pelo novo regulamento, o desligamento poderá ser feito pela operadora, sem necessidade de autorização da Anatel, desde que observadas determinadas condições que caracterizam situações de prováveis fraudes previstas no regulamento.

As principais mudanças propostas pelo novo RGI, que será relatado pelo conselheiro Igor de Freitas, foram apresentadas, durante o 60º **Telebrasil**, pelo su-

perintendente de Competição, Carlos Baigorri. Os demais pontos relevantes são: reconhecimento dos contratos de interconexão indireta; simplificação das resoluções de conflito; uso de contrato padrão como referência para homologação; modernização do processo de atualização tecnológica da comutação (eliminando tipo e classe de tecnologia, deixando apenas se é direta ou indireta, voz ou dados, e ponto de interconexão apto a receber comutação por pacote).

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Os serviços das OTTs vão ter que ajudar a financiar a rede, diz Fazenda

DESTAQUE

Na visão do representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, Marcelo Matos Ramos, as OTTs competem sim com as operadoras e a competição vai se acirrar.

O debate sobre as mesmas regras para os mesmos serviços no 60º **Painel Telebrasil**, que se realiza em Brasília, mostrou, mais uma vez, que se está longe de um consenso sobre se se deve ou não regular as empresas de internet, as chamadas OTTs, ou **over-the-top**, que hoje atuam livremente no mercado. Para o conselheiro Aníbal Diniz, o caminho não é regular as OTTs, mas simplificar a regulação do setor de telecom sem prejudicar os usuários "que gostam muito dos serviços das OTTs, como os serviços de vídeo, de mensagem instantânea". Já o coordenador-geral de promoção da concorrência do Ministério da Fazenda, Marcelo de Matos Ramos, entende que, hoje, de fato existe competição entre OTTs e operadoras "e minha impressão é que essa competição tende a piorar".

Enquanto o conselheiro entende que é possível se chegar a um equilíbrio reduzindo as obrigações das operadoras, Ramos considera que esse equilíbrio entre não frear a inovação e, ao mesmo tempo, manter a

sobrevivência das teles, já que os dados das OTTs consomem cada vez mais infraestrutura de telecom exigindo mais investimentos, é se achar uma forma de os serviços das OTTs colaborarem para "a sustentabilidade do ecossistema".

Hoje, ressaltou Stefano De Angelis, presidente da **TIM** Brasil, "a conta não fecha" para as operadoras, embora a atividade das OTTs seja complementar. Temos parcerias, mas precisamos de rentabilidade para continuar investindo", observou. Segundo ele, os serviços das OTTs, podem ser divididos em três categorias: aqueles que não têm nada a ver com os das operadoras, como os de publicidades; os de vídeo, onde já enfrentamos regras assimétricas; e os de comunicação, onde há canibalização da oferta das operadoras.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

Vilela acredita que base do governo pode derrubar eventual recurso ao PL 3.453

O deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) apresentou durante o **Painel TELEBRASIL** uma perspectiva para a tramitação do PL 3.453/2015, que muda o marco legal das telecomunicações. Falando durante o uma sessão temática voltada ao mercado de satélites (Painel Abrasat), Vilela disse que a expectativa é que o projeto vá direto ao Senado, mas havendo um requerimento para discussão do projeto no plenário, o governo trabalhará para derrubar o requerimento em votação. "Esse é um projeto suprapartidário, não é político. Ele começou a ser discutido no governo Dilma, incorporou discussões que vieram do governo Lula ainda. Tenho conversado com a opo-

sição para convencer de que não há razão para alongar o debate do projeto". Ele disse que, havendo recurso ao plenário, tentará ainda convencer parlamentares que assinaram a retirar assinatura. "Nas duas hipóteses acho que o projeto não precisará de mais discussão no Plenário do que já teve nas comissões.

Vilela disse que fez questão que o projeto não incluísse nenhuma questão referente a fundos públicos (especialmente Fust e Fistel). "Se colocasse recursos no projeto, dificilmente ele andaria", disse Vilela.

Kassab endossa Carta de Brasília da Telebrasil, que pede prioridade para as telecomunicações

A solenidade de abertura da edição deste ano do **Painel TELEBRASIL** foi marcada pela imediata concordância entre o ministro Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e a associação em relação aos termos da Carta de Brasília 2016. “Vocês esperam uma resposta a todos os pontos e eu concordo com todos os termos (da Carta de Brasília). Comunicações são políticas públicas de Estado, independente de diferenças políticas. Estamos irmanados em mostrar que se tem um setor (sobre) o qual o brasileiro pode ter orgulho”, disse Kassab. Ele se referia ao documento que anualmente as empresas de telecomunicações congregadas na **Telebrasil** entregam ao governo com os posicionamentos e reivindicações do setor. Este ano, o presidente da **Telebrasil**, Luiz Alexandre Garcia fez questão de ressaltar em seu discurso de abertura que as autoridades presentes eram todas clientes e usuárias de serviços oferecidos pelo setor de telecomunicações. Participaram da mesa de abertura os senadores Jorge Viana (PT/AC), Lasier Martins (PDT/RS), além dos deputados Vitor Lippi (PSDB/SP), Jorge Tadeu Mudadalen (DEM/SP), Daniel Vilela (PMDB/GO) e Eros Biondini (PROS/MG), além de Gilberto Kassab e os secretários do MCTIC (André Borges, telecomunicações; Maximiliano Martinhão, política industrial; Vanda Nogueira, comunicação eletrônica), do presidente da Anatel Juarez Quadros e dos conselheiros Igor de Freitas e Aníbal Diniz. Em seu discurso, o presidente da **Telebrasil** afirmou que “é importante que as autoridades também passem a considerar, investir e utilizar o potencial transformador e gerador de riqueza das telecomunicações, reconhecendo-a como uma verdadeira prioridade”;

O senador Jorge Viana foi o mais enfático em seu discurso. Disse que “não consegue ver a nossa sociedade sem esse setor (de telecomunicações)”, que é talvez o setor mais

relevante da atividade econômica e que “com apenas alguns ajustes”, é um setor que consegue se auto-financiar e se autorregular para dar as respostas que o Brasil precisa. Ele ressaltou que o país enfrenta desde 2014 um período de depressão econômica e que as telecomunicações são essenciais para ajudar no desenvolvimento econômico, discurso em linha com o manifestado pela **Telebrasil**. Sobre a tramitação do projeto que reforma o marco regulatório no Senado (atualmente na Câmara com o número 3.485/2015) ele disse que dará apoio no Senado e ajudará nas discussões.

Carta de Brasília

A Carta de Brasília 2016, tão elogiada por Kassab, é a seguinte:

“As Telecomunicações são essenciais para a sociedade brasileira e devem ser prioridade nacional. As Telecomunicações do Brasil em banda larga são essenciais para a retomada do desenvolvimento sustentável com inclusão social, na moderna sociedade da informação e do conhecimento, globalmente integrada. Para ampliar a penetração dos serviços e o seu melhor aproveitamento, os Poderes da República deveriam declarar-las e considerá-las prioridade nacional em todas as dimensões do processo de recuperação nacional: constitucional, legal, tributário, regulatório, fiscalizador e sancionador. Neste momento em que o País demanda soluções que permitam a pronta retomada do desenvolvimento e o estabelecimento da ponte para o futuro da sociedade brasileira, seguramente um dos eixos estruturantes desse novo caminho são as telecomunicações, integradas às tecnologias da informação. Seus serviços e infraestrutura, arduamente construídos pela iniciativa privada, têm o necessário potencial transformador para o País alcançar prosperidade econômica, inclusão

Continuação: Kassab endossa Carta de Brasília da Telebrasil, que pede prioridade para as telecomunicações

social e competitividade mundial. De acordo com o Banco Mundial, para cada mil conexões de banda larga são gerados 80 novos empregos. ***O setor de telecomunicações brasileiro já deu inúmeras demonstrações desse potencial: tem 340 milhões de clientes, a quinta maior infraestrutura do mundo, emprega 500 mil trabalhadores, representa 6% do PIB nacional, recolhe ao ano R\$ 60 bilhões de impostos e já investiu R\$ 680 bilhões para a construção do maior programa de inclusão social do País. As facilidades proporcionadas pelas telecomunicações já fazem parte, de forma indissociável, da vida dos brasileiros, das empresas, da economia e da sociedade. Incentivar e utilizar esse potencial transformador é a saída de melhor retorno para essa crise sem precedentes. Com medidas corretas, nos campos da tributação, da legislação e da regulação, é possível destravar investimentos e redirecionar recursos para as prioridades reais e essenciais da Nação. Com esse objetivo, a **Telebrasil** apresenta uma proposta estratégica para o desenvolvimento do País, organizada em quatro grandes frentes: 1. Definir as telecomunicações em banda larga como prioridade nacional***

Fomentar investimentos em infraestrutura de suporte à banda larga em regiões com baixa penetração na oferta de acessos à Internet e incentivar a demanda para uma efetiva inclusão digital dos consumidores das classes menos favorecidas da população brasileira. Adotar medidas que garantam o uso dos recursos recolhidos aos fundos setoriais, tanto para incentivo à demanda como na ampliação da infraestrutura, modernizando a legislação, de forma a tornar sua aplicação mais eficiente e seu recolhimento proporcional ao seu efetivo emprego. Garantir às prestadoras de serviços de telecomunicações a necessária liberdade na formulação de modelos de negócios, na gestão e na escolha das tecnologias de suas redes. Orientar ofertas de soluções completas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) que promovam a universalização e melhorem a efetividade e a efi-

ciência de serviços do Estado demandados pela população, como registros públicos, saúde, educação e previdência.

2. Eliminar assimetrias, estabelecendo regras iguais para serviços similares

Adotar medidas que assegurem uma competição justa, eliminando as assimetrias tributária e regulatória entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e os serviços online que se confundem com os serviços de telecomunicações que lhes dão suporte (as OTTs). Criar um ambiente propício ao investimento em conectividade para o desenvolvimento da Internet das Coisas (IoT - Internet of Things). Desregulamentar os serviços de telecomunicações prestados em regime privado para garantir a previsão legal de mínima intervenção do Poder Público. Aperfeiçoar as competências da Anatel, de forma a ampliar sua atuação, harmonicamente, a todos os provedores de serviços online, incluindo as OTTs.

3. Estabelecer um novo ciclo para as telecomunicações no Brasil

Ajustar os marcos constitucional, legal, tributário e regulatório das telecomunicações para alinhá-los às demandas dos consumidores, à revolução digital, à inovação e aos desafios enfrentados pelo País, sempre precedidos de análise de impacto regulatório. Adotar medidas que viabilizem a transferência dos recursos atualmente empregados em obrigações e serviços obsoletos para a infraestrutura de banda larga, mais demandada pelos consumidores. Antecipar o fim dos atuais contratos de concessão da telefonia fixa e sua adaptação para o regime privado, permitindo a valoração dos atuais bens reversíveis e sua conversão em compromissos de investimentos para implantação de infraestrutura de redes de alta capacidade de comunicação de dados em banda larga em áreas sem competição plena, com o compartilhamento dessa infraestrutura. Aperfeiçoar o processo de re-

Continuação: Kassab endossa Carta de Brasília da Telebrasil, que pede prioridade para as telecomunicações

novação das outorgas de licença de uso de radiofrequências e de posição orbital, equacionando a prorrogação dos atuais termos e a continuidade dos serviços. **Aperfeiçoar o processo de oferta de novos espectros, privilegiando a melhora da conectividade e ampliação dos serviços prestados ao invés da arrecadação. Estabelecer políticas públicas de incentivo ao compartilhamento de infraestrutura, especialmente nas relações intersetoriais, e rever as políticas de compartilhamento e de flexibilização do uso de espectro de radiofrequências, referentes ao spectrum caps e à possibilidade de transferência entre prestadoras. Estabelecer uma Política Industrial que integre a indústria nacional de telecomunicações (hardware e software) nas cadeias globais de inovação, produção e consumo. Adotar os princípios estabelecidos pela Lei 13.116/2015, em especial quanto à não onerosidade do direito de passagem.**

4. Reduzir a burocracia e as cargas tributária e regulatória

Aplicar, como mandamento da Constituição da República, o princípio da essencialidade na definição das alíquotas do ICMS aplicadas às telecomunicações, em especial em banda larga, principalmente em função dos recentes aumentos. Associar às políticas públicas e aos programas de massificação do acesso à internet em banda larga o compromisso de redução do ICMS pelos governos estaduais que a eles aderirem, para viabilizar a oferta de produtos acessíveis a consumidores mais carentes. Simplificar e ampliar o prazo de vigência da aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (RePNBL) até a plena massificação da banda larga. Isentar os

smartphones de mais baixo custo e os dispositivos destinados à Internet das Coisas de qualquer incidência tributária, alavancando a inovação e a inclusão digital. Isentar serviços de IoT da incidência de qualquer tributo, em especial de Fistel. Aperfeiçoar a Lei de Informática (8.248/91), para adequá-la às normas da OMC, sem perder os incentivos assegurados, e racionalizar a prestação de contas dos Processos Produtivos Básicos (PPB). Revisar o processo de aplicação de sanções administrativas adotado pela agência reguladora, em total dissonância com as sanções aplicadas pelas demais agências, que tem gerado ações judiciais e vultosos depósitos judiciais, comprometendo os planos de investimentos do setor. Revisar as súmulas da Anatel com interpretações sobre questões regulatórias que aumentam os custos das empresas e reduzem recursos para investimentos.

O setor das Telecomunicações do Brasil, nesta Carta de Brasília 2016, consolida os resultados dos trabalhos preparatórios do 60º Painel Telebrasil, reafirmando a sua crença no Brasil, na capacidade de nosso povo e de nossos governantes e reitera seu compromisso histórico de contribuir para o desenvolvimento do nosso País e de todos os cidadãos brasileiros. É importante que as autoridades de todos os Poderes da República também passem a considerar, investir e utilizar, de maneira efetiva, o potencial transformador e gerador de riqueza real das Telecomunicações do Brasil, reconhecendo-as, efetivamente, como a VERDADEIRA PRIORIDADE NACIONAL e MOTOR DA MODERNA SOCIEDADE DIGITAL".

BNDES prepara linha de financiamento para levar conectividade a regiões carentes

O BNDES deve lançar na próxima semana uma linha de investimentos específica para conectividade com banda larga em regiões carentes e com baixa atratividade econômica. A linha, que entrará na faixa daquelas com melhores condições de captação, como a linha de compra de máquinas agrícolas, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de redes em áreas de baixa atratividade, e está liberada para operadoras de qualquer porte, desde que atendidas as condições de garantias exigidas pelo banco. Segundo Irecê Kauss Loureiro, chefe do departamento de TICs do BNDES, a questão da garantia não deve ser um pro-

blema. “Muitos dos pequenos provedores conseguem se planejar para dar as garantias necessárias”, diz ela, lembrando que se o fundo garantidor planejado pelo governo sair do papel, ele poderá ser usado. Segundo ela, o projeto, chamado de “Conectividade Inclusiva”, deve incluir também projetos de conexão em escolas com velocidades relevantes (acima de 50 Mbps) e conexões por redes 4G. O anúncio do plano foi feito durante o **Painel TELEBRASIL**, que aconteceu esta semana em Brasília.

André Borges apoia sugestão de TACs para a RJ da Oi

A secretaria de telecomunicações do MCTIC acredita na solução que a Oi apresentará à Anatel na reunião de mediação na próxima quinta-feira, 24, propondo troca das multas por investimentos, em uma espécie de termo de ajustamento de conduta (TAC) específico para a recuperação judicial. Em conversa com jornalistas após participação no 60º **Painel Telebrasil** nesta quarta, 23, o secretário André Borges confirmou que vê com bons olhos a proposta. "Do ponto de vista da pasta, é uma boa alternativa. Do ponto de vista do Tesouro, também não afeta muita coisa, porque é recurso com o qual já não contavam, então não vai afetar déficit ou superávit, talvez não ajude, mas não atrapalha", disse. "A Anatel tem interesse nisso, que eu saiba";

Na visão de Borges, não deve haver problemas competitivos, uma vez que a intenção é estimular investimento de forma negociada em áreas

"onde haja uma complementaridade". Ele cita como exemplo áreas com demanda de backhaul por parte de provedores regionais. "Os estudos que a gente tem feito demonstram que você precisa vincular oferta com a demanda, não adianta levar conectividade para uma escola que não tenha energia elétrica ou computador, para quem não sabe como usar", explica. Borges considera boa a ideia de um "voucher" ou "bolsa telecom", como apelidou o presidente da Oi, Marco Schroeder para descontos em prestação de serviços públicos, embora insista que o ponto é onde será aplicado o investimento.

Em relação à elaboração da medida provisória para uma possível intervenção na operadora, Borges ressalta que é apenas uma salvaguarda, e não algo com a intenção de uso. "É obrigação da Anatel estar pronta para intervenção, não é obrigação fazer a intervenção";

Plano Nacional de IoT chega em março com parceria entre MCTIC e BNDES

O Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT) ainda está sendo desenhado, mas a nova expectativa é de que enfim saia em março do ano que vem. Até lá, um estudo que está sendo realizado pelo BNDES deverá ser apresentado em dezembro, estabelecendo parceria com a pasta e servindo como base para que o projeto foque não apenas nas verticais mais importantes para a IoT no País, mas também nas horizontais. Junto desse levantamento, consultas públicas seriam implantadas. Até dezembro, a consulta pública voltada ao diagnóstico será implantada para colher questões para subsidiar tanto o plano nacional quanto o estudo do BNDES, segundo explica o gerente setorial de indústrias TIC do Banco, Ricardo Rivera, durante painel no 60º **Painel Telebrasil** nesta terça-feira, 22. Em março e abril haveria uma segunda consulta, com a definição das verticais, para endereçar medidas e propostas. O plano de ação, com base nas informações levantadas na pesquisa e nas consultas, seria entregue finalmente em agosto de 2017.

O cronograma do estudo desenvolvido pelo BNDES em parceria com o MCTIC deverá ser incorporado ao Plano Nacional de IoT (PNIoT) para construir uma agenda de médio e longo prazo. Essa aliança entre o banco e o Ministério será celebrada ainda este ano. A partir daí, na primeira fase, com diagnóstico e aspiração, poderá ir até fevereiro ou março do ano que vem. A segunda, tratando da seleção de três a cinco verticais, além de horizontais, será entre março e abril; a terceira para aprofundamento, visão e plano de ação quinquenal entre 2017 e 2022, será entre maio e agosto; e por fim, a fase final será de suporte à implementação do Plano, compreendendo período de seis meses, entre setembro de 2017 e janeiro de 2018. É uma novidade a gente reservar budget para implantar o plano de ação, destaca Rivera, citando ainda cooperação com o escritório de advocacia especializado em direitos digitais, o Pereira Neto Advogados.

O diretor de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), José Gontijo, explica que tem feito conferências constantes com o BNDES para estabelecer as diretrizes, com novos modelos e serviços, interoperabilidade, capacitação de profissionais, centros de referência, desenvolvimento científico e tecnológico, privacidade e segurança de dados, expansão da infraestrutura de telecomunicações. Ele propõe, por exemplo, foco em setores como a agricultura de precisão e a logística de alimentos. A gente tem que ter em mente que centros de referência possam olhar caso concreto, analisar e ser remunerado por isso, eles têm que ter o DNA de negócios, declara, citando o modelo do centro de pesquisas alemão Instituto Fraunhofer-Ge sellschaft, que é voltado também à rentabilidade.

Entraves

O diretor da Abinee (e diretor de relações governamentais da Qualcomm) Francisco Giacomini, explica que a associação tem trabalhado junto com a câmara de IoT (antiga câmara de M2M) do MCTIC para dar prioridade às ações do governo que deverão ser fundamentais para o desenvolvimento do setor. Para ele, qualquer modelo de IoT precisará lidar com a questão, uma vez que o fluxo de receita será maior em serviços com tratamentos de dados. Giacomini critica, contudo, o aspecto da privacidade de dados no decreto que regulamentou o Marco Civil da Internet em abril, que ele diz ser muito aberto, sem dar flexibilidade. Segundo o diretor, a Abinee conversa com deputados e senadores sobre os projetos de lei tramitando no Congresso, especialmente na separação entre dados pessoais sensíveis. Na visão de José Gontijo, do MCTIC, o grosso do dinheiro está no analytics da informação e como fazemos que o setor possa se beneficiar disso. Mas, para tanto, os dados te-

Continuação: Plano Nacional de IoT chega em março com parceria entre MCTIC e BNDES

riam que ser anônimos.

Outros pontos citados no painel foram a identificação de HUBs com redes de referência, a renovação da Resolução 242 da Anatel para a certificação de produtos ficar mais ágil para o grande volume de dispositivos de IoT, incluindo a adoção de certificações internacionais. Nessa última questão, José Gontijo explica que há uma necessidade de se adequar a questões específicas do País, não apenas da propagação eletromagnética, mas também com os moldes de zonas tropicais estabelecidos pela UIT. "Eu entendo que a gente precisa pensar em revolução da resolução da Anatel para que seja mais célere, mas não pode simplesmente aceitar o que vem de fora";

Números

Na estimativa de um estudo desenvolvido pela Consultoria Tendências, Teleco e com patrocínio da Freatel, a IoT deverá ter entre 100 a 200 milhões de objetos conectados em 2025, conforme a eliminação de barreiras; segundo o presidente da Teleco, Eduardo Tude. Em questão de investimentos na indústria, em 15 anos será entre R\$ 130 bilhões e R\$ 206 bilhões. A IoT deve gerar crescimento de produtividade de cerca de 2% ao longo da próxima década, adicionando R\$ 122 bilhões ao PIB brasileiro até 2025. Serão criados 1,9 milhões de novos postos de trabalho diretos e indiretos no mesmo prazo.

Coordenação de ações é um dos maiores desafios às Cidades Inteligentes

O conceito de Cidades Inteligentes foi um dos destaques do **Painel TELEBRASIL**, que acontece esta semana em Brasília. Uma questão chave trazida pelos representantes das operadoras de telecomunicações, fornecedores de tecnologia e do próprio governo foi a necessidade de que haja, por parte do poder público, um ponto de contato, um ente que seja capaz de integrar as demandas das diferentes áreas de uma administração municipal e conciliar estas demandas com as soluções tecnológicas existentes. Para Thales Marçal, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que coordena grupos de trabalho relacionados a aplicações de IoT em cidades conectadas, existe um desafio enorme a ser vencido que é a interoperabilidade de diferentes aplicações. “Esse é o grande desafio quando falamos em Cidades Inteligentes, ao lado, é claro, da questão da segurança e privacidade dos dados e informações”, diz Marçal.

Um estudo apresentado pela Nokia no **Painel TELEBRASIL**, com a análise de 22 casos de Cidades Inteligentes no mundo, mostra que os caminhos adotados por diferentes municipalidades acabam girando em torno de três modelos básicos: municípios que definiram uma aplicação âncora para impulsionar o mercado; municípios que disponibilizaram plataformas de desenvolvimento para aplicações de terceiros; e cidades beta, que são casos de várias aplicações concentradas em um único município. Segundo Diana Coll, Diretora de Marketing e Comunicação da Nokia, cada cidade segue um caminho. Berlim, por exemplo, tem uma agência separada para tratar das questões de cidades

conectadas; Barcelona tem um grupo interdisciplinar entre várias áreas da administração municipal; Bristol (Reino Unido) resolveu adotar uma parceria com a universidade local e parceiros tecnológicos para ser um laboratório; Dubai criou um índice de felicidade dos cidadãos com os serviços públicos e permite que as pessoas façam sugestão de aplicações que possam melhorar esse índice. “São diferentes abordagens, mas o básico é ter um objetivo claro traçado”;

Presente ao debate, o presidente da **TELEBRASIL** e do grupo Algar, Luiz Alexandre Garcia, questionou o governo sobre a necessidade de um grupo integrado para desenvolver o conceito de cidades inteligentes. Thales Marçal lembrou que esse esforço já existe mas que precisa ganhar mais visibilidade entre os municípios. O exemplo da cidade de São Paulo, que deve ganhar a partir do próximo ano, na gestão Dória Jr., uma secretaria de TICs, é visto como um bom caminho.

Wilson Cardoso, CTO da Nokia, lembra que para o desenvolvimento de cidades inteligentes é essencial que as cidades tenham uma robusta infraestrutura de telecomunicações fixa, de preferência em fibra, que será a base do acesso wireless que conectará a maior parte dos dispositivos. “Sem uma boa infraestrutura de fibra não existe cidade inteligente nem 5G. Tem que pensar em como instalar essa estrutura e como compartilhar, para ter o acesso final wireless. O poste tem espaço limitado. A única solução é compartilhamento inteligente”, diz Cardoso.

Proposta de nova regulamentação de interconexões entra na pauta da Anatel

A Anatel prepara a edição de um novo regulamento geral de interconexão. Segundo o superintendente da agência, Carlos Baigorri, a proposta está no conselho diretor, sob relatoria do conselheiro Igor de Freitas, e sob vistas, mas pautado já para a próxima quinta-feira, 24. O contexto para a proposta de regulamento geral de ITX, explicou ele durante debate no **Painel Telebrasil** nesta terça-feira, 22, é de perceber que já existem atritos entre over-the-tops (OTTs) e operadoras, como aconteceu com Netflix e Time Warner e Vonage e Clearwire, com VoIP, nos Estados Unidos. E a ideia é estabelecer regras tecnologicamente neutras, com mais agilidade e livre relação com OTTs.

A proposta também é a de reconhecer o meio de interconexão indireta que evita a necessidade de criação de uma rede full mesh, com todos os pontos interligando-se entre si. O mercado já tinha criado e a gente está reconhecendo para dar segurança jurídica, explica Baigorri. Além disso, haverá também propostas para agilizar a interrupção de interconexão de serviço de voz em caso de fraude atualmente o processo é moroso e requer autorização prévia da Anatel. A gente não consegue dar resposta para conflitos na velocidade adequada do mercado e, ao se colocar como guardião da interconexão, acabamos protegendo empresas com modelos mais heterodoxos, afirma.

Além disso, haverá a supressão de referências à comutação por circuito e multiplexação temporal, deixando a regulação neutra tecnologicamente. Também elimina as classes de interconexão, estabelecendo apenas como direta e indireta e por voz e

por dados.

A ideia também é a de criar um regime de livre pactuação entre interessados, com eventuais conflitos no relacionamento mediados pela Anatel. Antes de sair regulando, criando regras ex-ante, a gente espera que surjam conflitos e a gente não tem nenhum registro de conflito entre uma SVA e uma telecom, nunca precisamos intervir ex post, declara. Basicamente estamos dizendo que a regra é a livre pactuação caso o ecossistema digital venha a evoluir e exija, a gente vê, mas no momento não vemos necessidade.

OTTs

O superintendente de competição da Anatel enxerga também que a abordagem deve ser a de reduzir a carga regulatória para operadoras. Segundo ele, a posição da Anatel era de que não havia falha de mercado que justifique a regulação de OTTs. A agência fez análise de rivalidade entre serviços tradicionais e os digitais e concluiu: No momento não há clara substituição entre serviços, mas há tendência.

Para o diretor do departamento de serviços e de universalização da Secretaria de Telecomunicações do MCTIC, Laerte Cleto, o entendimento é que a over-the-tops como WhatsApp não necessariamente competem com operadoras. Segundo Cleto, o ministério já enxerga níveis de competição suficiente para que seja reavaliada e simplificada a carga regulatória imposta ao setor de telecomunicações, nivelando assim a assimetria. A gente não observa antagonismo entre OTTs, mesmo as semelhantes, e

Continuação: Proposta de nova regulamentação de interconexões entra na pauta da Anatel

operadoras de telecom. Acreditamos que há espaço para sinergia e ganho para dois lados;”, declara, citando operadoras que fazem parcerias com tais serviços para oferecer zero-rating. “Isso demonstra que operadoras entendem que agregar esse tipo de oferta nos pacotes é benefício para a empresa, na medida em que atraem novos clientes ou fidelizam os que já estão na base.”;

Cleto contextualiza com a abordagem de reguladores europeus é de que tais OTTs têm ausência de interoperabilidade, “que é característica clássica de serviços de telecom”, além de não assegurarem qualidade, não cobrarem por utilização e trazerem recursos adicionais.

Cenário para investimentos em telecom ainda é ruim, mas perspectiva é de melhora

O secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, apoiou durante o **Painel TELEBRASIL** o projeto 3.453/2015, de lei do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), que muda as concessões para autorizações da telefonia fixa e troca bens reversíveis por investimentos em banda larga, como uma forma de dinamizar o marco regulatório do setor e atrair investimentos. Segundo ele, a proposta tem o condão de destravar o setor, mas defende que isso se tornará mais efetivo com o ajuste fiscal, promovido pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que impõe limite aos gastos públicos. “Com a PEC, é possível planejar investimentos de longo prazo”, argumenta. O debate se deu em um painel destinado a tratar da atração de investimentos para o setor.

O conselheiro da Anatel Otávio Rodrigues destacou, por sua vez, que os investimentos são centrais, mas a preocupação também é de proteger os benefícios alcançados pelo consumidor. Ele ressalta que o projeto de lei levará a agência a rever diversos regulamentos. Já o vice-presidente da **TIM**, Mário Girassole, afirma que para investir as teles precisam de rentabilidade. “Hoje investir em telecomunicações dá uma rentabilidade menor do que aplicar em um título do

tesouro”, disse. Susana Salaru, analista do Itau BBA, concorda que hoje a rentabilidade e as perspectivas do setor estão ruins, mas a indústria vive também um ciclo de ajustes depois de muitos investimentos em espectro e nos próximos três anos será o momento de voltar a ganhar rentabilidade. Para ela, a perspectiva de que o governo está atento aos problemas da indústria e da regulamentação já podem ajudar a atrair investimentos.

Já o presidente para a América Latina da Qualcomm, Rafael Steinhauser, trouxe um problema que transcende a realidade das operadoras e atinge a indústria: as dificuldades do país em relação à propriedade intelectual de tecnologias. Ele disse que o País vem perdendo investimentos por causa da demora de aprovação de patentes. “Propriedade intelectual e o Brasil está muito mal, a Qualcomm fez 4,1 mil pedidos de patentes e só 120 foram aprovadas até agora, estamos totalmente desprotegidos no País”, afirma. Ele recomenda que o Brasil faça parceria com outros órgãos de proteção intelectual de outros países, para validar patentes já aprovadas. Ele relatou que a última patente concedida foi solicitada em 2003 e se referia à tecnologia AMPS, de celulares analógicos.

Anatel não vê necessidade de aumentar limite de espectro

A Anatel não considerou necessário o aumento na quantidade de espectro (cap) que cada operadora pode deter, segundo informou o superintendente da agência Vitor Elísio Menezes. Em vez de alterar isso, a ideia no novo regulamento de uso de espectro (Novo RUE Resolução nº 671/2016, aprovado em outubro) foi de limitar por faixa de frequência. “A gente sugeriu não mexer porque não tivemos a visão competitiva; ao nosso ver não havia necessidade de alterar o cap”, contou nesta terça, 22, durante o **Painel Telebrasil** 2016, em Brasília. “Não sou contra, mas não vi necessidade”, acrescentou.

“A ideia não é o teto, até porque tem viés econômico e de competição, não é direção do conselho diretor”, declarou. Por outro lado, a possibilidade de uso em caráter secundário, proposto no PL 3.453/2015, não teria limite. Menezes explica que isso se deve ao fato de que operadoras podem usar dessa forma por um período limitado, em testes com novas tecnologias, por exemplo. Ainda assim, ele argumentou que pode discutir uma proposta com alterações no cap no conselho diretor.

Outra característica do uso em caráter secundário é de assegurar regras de proteção para o entrante. Menezes explica que a ideia é estabelecer um prazo de no mínimo seis meses para que o terceiro deixe de usar a faixa. “Isso faz com que a gente possa atrair novos investimentos e novos modelos de negócio ao trazer maior segurança”, diz, citando a possibilidade do uso de acesso compartilhado autorizado (ASA), modelo proposto pela Qualcomm e Nokia.

A ideia é trabalhar no mercado secundário assim que o PL for aprovado, o que é esperado para o começo de 2017, apresentando modelos alternativos, como permissão de revenda parcial. De acordo com o texto do projeto, entretanto, a negociação precisa do crivo da Anatel. E ainda não há definição sobre obrigações ou o que seria considerado uso eficiente de espectro. “A gente está desenvolvendo uma metodologia de aferição de uso eficiente de espectro, é uma determinação antiga do conselho diretor, e estamos estudando como delimitar isso”, afirma Menezes. “Caso a gente identifique que a empresa comprou espectro (apenas) para alugar, a gente pode dar cassação com base em uso eficiente.”

Licenciamento e 5G

Para o consultor legislativo da câmara dos deputados, Guilherme Pereira Pinheiro, mesmo o mercado secundário ainda tem “limitações legislativas que têm na LGT”, que vincula o espectro ao serviço e não permite fatiar as faixas. “O modelo deveria ser híbrido claro que não pode ser (regulado por) mercado puro, negociando sem nenhuma amarra o espectro; por outro lado tem a aproximar para esse modelo para ter mais efetividade, seria um meio termo”, declara. Pinheiro acredita que o modelo atual de licitação não incentiva que empresas invistam e maximizem o valor das licenças. “Tem que entregar também projetos e compromissos, mas dentro do valor pago, que seja o valor investido na rede”, sugere o diretor de relações governamentais da Qualcomm, Francisco Giacomini.

A fornecedora de processadores também propõe a

Continuação: Anatel não vê necessidade de aumentar limite de espectro

discussão de uso de faixas acima de 6 GHz para a futura tecnologia 5G, citando o pré-lançamento com o espectro de 28 GHz na Coreia do Sul em 2018. Giacomini menciona também discussões internacionais de uso de faixa de 600 MHz e da banda L (1.427 MHz a 1.518 MHz), que ele crê que a Anatel eventualmente licitará na Europa, já está sendo regulamentado o uso de 90 MHz nessa faixa. Uma

proposta será apresentada na próxima reunião da Citel, sugerindo agregar o espectro para suplemento de downlink de bandas congestionadas. Tem também a banda C (entre 3,4 GHz e 3,6 GHz), que está regulamentada, mas licitação deverá ser talvez ano que vem. É uma banda importante e a Qualcomm defende para sistemas TDD, declara.

Teles reiteram que tributos são principal amarra ao setor

O presidente executivo do Grupo Algar, Luiz Alexandre Garcia, acredita que o setor vive um momento único de alinhamento de competências instaladas, da Anatel ao MCTIC. Mas ressalta que as políticas públicas precisam fazer sentido para o cliente, com soluções que ajudem ou adicionem algo de valor. Garcia, contudo, passa uma mensagem clara: é necessário rever os cálculos nos tributos. Aí tem a questão do que vem primeiro: a redução dos tributos e taxas ou aumento de arrecadação com o consumo (maior), disse ele, durante o **Painel TELEBRASIL**, que aconteceu esta semana em Brasília.

A questão tributária é também um dos pontos levantados pelo presidente da Oi, Marco Schroeder. Ele critica o pacote de medidas do governo do Rio de Janeiro que sugere aumentar o ICMS e que quase não dá nem discussão. Uma indicação disso, segundo o executivo, é a redução de investimentos por parte das operadoras. A gente tem que criar uma agenda positiva, seria bom não só para telecom, criaria dinamismo muito bom no setor, afirma.

O CEO da Net Serviços, Daniel Barros, ressalta o impacto na insegurança jurídica para in-

vestimentos de longo prazo, e que a somatória de entraves acaba desacelerando o setor. Se metade do que você arrecada é imposto, você investe menos, declara. Mas, perguntado se já enxerga reação na economia, Barros afirma que o cenário de crise não é inédito para a Net e que é possível perceber uma estabilização do mercado, mas ainda longe de uma melhora, mas disse que ainda há dificuldades, principalmente em investimentos e expansão. Ele também criticou o excesso de obrigações regulatórias. Nem bombeiro tem as obrigações de atendimento que a gente tem. Já Marco Schroeder, da Oi, lembra que houve queda na receita nominal, uma vez que conta com uma base de menor ARPU. Perguntado se existe a possibilidade de tratar da questão de tributos com os governos federal, estaduais e municipais em um cenário de crise, Schroeder reconheceu que a dificuldade é grande, mas que é preciso deixar claro que onerar mais o setor só trará queda na arrecadação daqui para frente. Já passamos por um aumento em 2016, outros Estados sinalizam com novos reajustes (de ICMS) em 2017 e ainda teremos o impacto da decisão do STF, disse, referindo-se à decisão de outubro do Supremo que definiu que cabe cobrança de ICMS sobre a assinatura básica paga aos serviços de telefonia fixa.

MCTIC prepara agenda digital para o setor em 2017

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) prepara uma agenda digital para o setor de TIC para tratar dos desafios do mercado brasileiro. Para tanto, a Secretaria de Políticas de Informática (Sepin) trabalha de forma conjunta com diversos ministérios; a elaboração de um comitê para confeccionar a proposta. Temos expectativa de fazer consulta pública até fevereiro ou março do ano que vem e vamos abordar diversos temas, mas precisamos de participação e engajamento de todos os órgãos envolvidos; afirmou o secretário de política de informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, durante o 6º **Painel Telebrasil** nesta quarta, 23, em Brasília.

Na visão de Martinhão, a elaboração dessa agenda digital necessita do trabalho conjunto entre pastas, mas também foi facilitado após a fusão ministerial. Hoje, com a gente tendo isso tudo debaixo (do mesmo guarda-chuva), podemos fazer de maneira coordenada; garante. Além da nova estrutura do ministério em si, ele destaca a atuação dos departamentos do próprio Sepin na elaboração do trabalho, além de projetos como o Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT).

Por outro lado, Martinhão reconhece que para superar os principais entraves para o setor no País em pleno cenário de crise macroeconômica e de redução nos investimentos e nas margens, são necessários certos ajustes por parte do governo, sobretudo na questão fiscal. A gente tem que encontrar modelo de financiamento para que haja parceria público-privada e que se chame o setor privado para fazer os investimentos em programa de longo prazo e o governo consiga remunerar os investimentos para o setor privado, dentro de juros adequados, de re-

muneração de capital adequada para esses investimentos; declarou.

Entraves com taxas

O presidente executivo do Grupo Algar, Luiz Alexandre Garcia, acredita que o setor vive um momento único de alinhamento de competências instaladas, da Anatel ao MCTIC. Mas ressalta que as políticas públicas precisam fazer sentido para o cliente, com soluções que ajudem ou adicionem algo de valor. Garcia, contudo, passa uma mensagem clara: é necessário rever os cálculos nos tributos. Aí tem a questão do que vem primeiro: a redução dos tributos e taxas ou aumento de arrecadação com o consumo (maior);

A questão tributária é também um dos pontos levantados pelo presidente da Oi, Marco Schroeder. Ele critica o pacote de medidas do governo do Rio de Janeiro que sugere aumentar o ICMS e que quase não dá nem discussão. Uma indicação disso, segundo o executivo, é a redução de investimentos por parte das operadoras. A gente tem que criar uma agenda positiva, seria bom não só para telecom, criaria dinamismo muito bom no setor; afirma.

O CEO da Net Serviços, Daniel Barros, ressalta o impacto na insegurança jurídica para investimentos de longo prazo, e que a somatória de entraves acaba desacelerando o setor. Se metade do que você arrecada é imposto, você investe menos; declara. Mas, perguntado se já enxerga reação na economia, Barros afirma que não é a primeira crise que a gente passa; embora reconheça que traz dificuldades, principalmente em investimentos e expansão. Sc-

Continuação: MCTIC prepara agenda digital para o setor em 2017

hroeder, da Oi, rebate que sente a queda na receita nominal, uma vez que conta com uma base de menor ARPU.

A solução, na visão do VP global de relações institucionais da Huawei, Alfredo Acebal, passa pela coordenação entre os diversos atores, mas não necessariamente com foco em quem lidera. Na-

turalmente, o governo tem grande disponibilidade de liderar o processo, mas não é tão importante quem faz isso; diz. Arcebal lembra que as operadoras trabalham com menor retorno de investimento no País, e que a busca desse grande acordo; entre todos o ecossistema de TICs pode ser uma saída.

Quadros promete simplificar regulamentação e dar efetividade à resolução dos postes

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, reconheceu, nesta quarta-feira, 23, o grande volume e complexidade da regulamentação do setor, mas disse que já tramitam na agência uma série de propostas normativas pautadas no princípio da simplificação regulatória. Quadros, que falou no **Painel Telebrasil**, respondeu a todas reivindicações levadas pelos empresários das operadoras. "Quando eu recebi a pauta dos senhores, quase não tomei posse para abrir um consultório de analista", brincou.

Entre as providências já tomadas pelo novo dirigente da agência está a reunião com o diretor-geral da Aneel para discutir a efetiva implantação da resolução conjunta, que trata da ocupação de postes. Ele afirmou que as empresas distribuidoras estão inconformadas com o preço de referência de aluguel dos postes, assim como com a sobrecarga nos postes.

A solução encontrada foi criar um grupo de trabalho com representantes das duas agências para revisar a resolução. Paralelamente, Quadros disse que conversará com os dirigentes das operadoras para tratar da sobrecarga nos postes. "Essa situação enfraquece a posição da Anatel", enfatizou.

Leia, abaixo, a apresentação do presidente da Anatel:

"É grande o volume e a complexidade da regulamentação. A Anatel vem conduzindo uma série de propostas normativas todas pautadas no princípio da simplificação regulatória, na redução da carga associada, tentando melhorar a consistência reguladora. Ontem em um dos painéis desse evento, o superintendente de Competição, Carlos Baigorri, discorreu sobre o regulamento de interconexão, uma vez que o atual é de 2005, e se tenta dá mais agilidade ao curso dos processo.

Outra questão é do aumento do custo regulatório. Foi feito um questionamento sobre o Fator X, e o que eu

posso falar nesse momento é que a proposta de metodologia de cálculo sobre fator de transferência, aplicado para reajuste de STFC, está em com publicação por 45 dias, desde 14 de novembro. Então apresentem as suas contribuições.

Na súmula 7 nós temos um problema porque o parecer jurídico da procuradoria especializada da Anatel, no sentido que sejam incluídas as receitas de interconexão pelo uso dos recursos integrantes de rede no cálculo das contribuições. Na Súmula 13 há um parecer da procuradoria, mas há uma posição firme do Conselho Diretor em debater mais o tema especialmente no sentido de utilizar o cálculo do ônus somente nas receitas obtidas com a frequência a ser prorrogada e não sobre a receita global da prestadora.

Com relação ao RGQ [Regulamento Geral de Qualidade], o item sobre a pesquisa de satisfação de qualidade percebida, esses aspectos estão sendo tratados, de forma que a pesquisa seja trazida no projeto de avaliação do modelo de qualidade.

Na questão dos leilões para autorização do uso de radiofrequência, que são voltados para arrecadação, por conta de orientações da área econômica do governo, há uma proposta de consulta pública para reavaliar essa metodologia de precificação do direito de exploração de radiofrequência que foi distribuída recentemente para o Conselho Diretor. A proposta é realizar certames menos arrecadatórios, mantendo o foco em investimentos que é bom para a sociedade.

Há também uma proposta de unificação da jurisprudência da Anatel, evitando decisões contraditórias. Aqui, o regimento interno da Anatel dispõe que a secretaria do Conselho Diretor poderá ou deverá periodicamente analisar e indicar ao presidente as deliberações reiteradas a fim de se avaliar a necessidade de fixar ou o entendimento para revogação das sumulas.

Continuação: Quadros promete simplificar regulamentação e dar efetividade à resolução dos postes

Outra reivindicação é sobre a majoração de multas já aplicadas, o que se está fazendo. Digo aos senhores que o órgão competente para decidir o recurso e ele pode confirmar, modificar, anular ou derrogar, total ou parcialmente a decisão recorrida. Se na aplicação dessa disposição decorrer algo que não seja interessante para o recorrente, esse deverá ser notificado para que reformule suas alegações antes da decisão final.

Quanto a análise de impacto regulatório, o que se está fazendo durante a análise é realizada a tomada de subsídios junto aos setores envolvidos, especialmente em temas mais complexos. Antes mesmo da submissão dos textos normativos à consulta pública, quando ainda se está iniciando as discussões se estão levantando os problemas e as possíveis alternativas.

Quanto às consultas públicas, a portaria 927 de 2015, que aprova o processo de regulamentação da Anatel, estabelece como obrigação da equipe de projeto responsável pela elaboração da ordem normativa, revisar e tornar disponíveis os comentários da Anatel das contribuições apresentadas na consulta pública em até 30 dias da publicação da resolução do ato.

Quanto ao item da defesa da lei de regulamentação, a Anatel tem atuado sim em defesa da lei, por meio de respostas escritas quando demandada. Além disso, a agência participa quando solicitada em processos judiciais na condição de amiga da corte. Recentemente, o diretor executivo do **SindiTelebrasil**, em uma questão em cidade paulista, mas que poderia derivar para todo o País, fiz uma visita a um ministro do Supremo Tribunal Federal em defesa do setor. E isso estarei sempre disposto a fazer.

Sobre a Lei de Antenas, a regulamentação está sendo tratada em dois projetos normativos em curso na agência. Quanto a revisão do regulamento, que foi aprovada em 2001, sobre o compartilhamento de infraestrutura, cuja consulta pública foi encerrada neste mês e também na reavaliação no modelo de licenciamento e outorga, cuja proposta de consulta

pública já foi encaminhada à procuradoria da agência e atualmente se encontra na área técnica para análise do parecer para fins de encaminhamento ao Conselho Diretor.

Ainda nesse tema, sobre a atuação na esfera municipal, a Anatel tem sim atuado em defesa da lei, sempre que demandada. A atuação pode ser feita pelos escritórios regionais como pela própria presidência. A superintendência de Planejamento e Regulamentação tem analisado as leis municipais para subsidiar a agência nesses temas.

Sobre os Termos de Ajustamento de Condutas (TACs), a suspensão de processos incluídos não pode ultrapassar 20 meses e deve reestabelecer a tramitação, nos termos da regulamentação.

Outra questão importantíssima levantada pelos senhores é a de atendimento de obrigações nas áreas rurais por meio de uso de satélite alternativamente está sendo avaliado, mas eu concordo plenamente, mas precisamos ver como tratar o tema, já que há um parecer da procuradoria vinculando o edital e que afirma que não é possível. Mas é uma tese que está sendo trabalhada para ver qual alternativa possível, considerando o fator interesse público. E aí eu me questiono e aos conselheiros, quando vem da área técnica determinados editais de licitação, sem o devido planejamento estratégico, que se deixa de avaliar a evolução tecnológica e esse é um caso típico, já que cria amarras.

Quanto ao Regimento Geral de Qualidade, a proposta de reavaliação está em curso na Anatel, a proposta elaborada já foi apresentada à procuradoria especializada, atualmente área técnica está avaliando o parecer jurídico para enviar a proposta de uma consulta pública ao Conselho Diretor. A proposta está balizada em princípios da regulação responsiva, visando a resolução dos problemas e a melhoria da qualidade percebida pelo usuário antes mesmo de qualquer iniciativa sancionatória.

Continuação: Quadros promete simplificar regulamentação e dar efetividade à resolução dos postes

Essa revisão somente será concluída no próximo ano. Há também uma questão relativa ao custeio da entidade administradora da qualidade (EAQ) e isso está em debate na Anatel, até porque a regra atual impõe os custos para as operadoras. O contrato atual entre a operadora e a entidade vence no final do ano, momento em que as prestadoras deverão proceder a livre seleção e contratação de nova entidade.

Quanto ao Regulamento Geral de Consumidores, a proposta da agenda regulatória da Anatel para o biênio 2017 e 2018, em elaboração na área técnica da agência prevê a reavaliação da regulamentação dos direitos dos consumidores e a realização de uma análise de impacto regulatório. Haverá reuniões e tomadas de subsídios junto aos prestadores antes mesmo da submissão da proposta à consulta pública. A questão do Regulamento de Acessibilidade, a norma não traz obrigações novas além das previstas na lei de acessibilidade. Se algo está fora, nos aponte os problemas que nós trataremos.

Quanto a gestão de riscos e acompanhamento das redes, esta está sendo avaliada na revisão do regulamento de qualidade, visando eliminar as questões referentes à gestão e acompanhamento da rede, deixando apenas a questão do mapeamento de infraestruturas críticas, bem como gestão de riscos associados.

Quanto o aperfeiçoamento do regulamento de sanção, a proposta de agenda regulatória prevê a reavaliação sobre as regras de aplicação de sanções administrativas, com a realização de análise de im-

pacto regulatório, realização de reuniões e tomadas de subsídios, antes mesmo da submissão da proposta à consulta pública.

Por último, é a questão de resolução conjunta entre a Anatel e a Aneel. Na semana passada eu recebi o diretor geral da Aneel, que expôs o descontentamento das empresas do setor elétrico quanto ao valor estipulado na resolução conjunta, bem como relator o problema de sobrecarga nos postes, que são utilizados por uma série de prestadoras, tanto outorgadas como não outorgadas, clandestinas e de toda ordem. Eu decidi, junto com o diretor da Aneel, instalar um grupo de trabalho, com integrantes da área técnica das duas agências para estudar a revisão da resolução, em que a Anatel e a Aneel enviasse esforços para fazer valer as disposições constantes na resolução, mas infelizmente eu reconheço que há sim, por parte da utilização dos postes, porque mesmo com a evolução tecnológica, se nota uma sobrecarga e nisso dou razão à Aneel, mas isso deve ser parte de uma conversa com os dirigentes das empresas para dar uma solução à questão, já que enfraquece muito a Anatel.

Com relação aos projetos legislativos que sustam os atos normativos do Poder Executivo, a Anatel já se manifestou formalmente contra ao projeto e tem atuado junto aos deputados em defesa da resolução conjunta da Anatel e Aneel.✂;

Programa de cidades inteligentes do MCTIC passa por ajuste

O programa de cidades inteligentes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações passa por fase de revisão, levando em conta a crise financeira dos municípios e à necessidade de manutenção dos sistemas instalados. A informação é do diretor do MCTIC, Américo Bernardes, que participou, nesta terça-feira, 22, de debate sobre Cidades Inteligentes, no **Painel Telebrasil**, que se realiza em Brasília. Segundo ele, 340 municípios brasileiros estão em fase de instalação de estrutura ótica custeada por programas do governo, sendo que em 70 deles já há operação.

“Nas cidades onde já funciona a rede existe algum tipo de monitoramento, a lógica desta estruturada e qual o modelo que o governo vai trabalhar, além de exigências de interoperabilidade e padronização”, sustenta Bernardes. Mas disse que os serviços serão atendidos ainda estão em discussão. “Monitoramento e vigilância e iluminação pública serão priorizados, tendo em vistas que há recursos para manutenção e, a partir desse alicerce, os municípios poderão construir outras funcionalidades”, afirmou.

Bernardes disse ainda que formas de criação de Parcerias Público Privadas para pequenos municípios pequenos também estão sendo estudadas. “Determinados serviços irão requerer consórcios locais, por meio de PPPs, para manutenção e garantia”, afirmou. Ele ressaltou que nas cidades onde já funciona a rede, foi verificada a melhoria da qualidade de conexão, com menor custo.

O diretor da ZTE, Tarcísio Pilatti, disse que o importante para criação de cidades inteligentes é ter disponibilidade de espectro e tecnologia unificada para que se possam monetizar todas as aplicações, como controle de iluminação pública, de estacionamento, de limpeza, de soluções baseadas em IoT. Segundo ele, a ZTE tem projetos em mais de 100 cidades, por meio de PPPs. A empresa já usa soluções de sub-redes em sistemas LTE, que usam banda de 200 MHz, para ligar sensores de aplicações de Internet das Coisas, ainda em fase de padronização pela **União Internacional de Telecomunicações (UIT)**.

O gerente de espectro da Anatel, Agostinho Linhares, por sua vez, disse que não há espectro destinado exclusivamente para cidades inteligentes, mas que resoluções da agência já privilegiam áreas como energia, como é o caso das que tratam da destinação das faixas de 450 MHz e de 225 a 270 MHz. “Nós temos que entender as demandas para saber se as infraestruturas podem atender ou não os requisitos técnicos dos novos serviços, avaliar a quantidade de espectro que será necessária e a uniformização da destinação pelos organismos internacionais”, ponderou.

Linhares disse que a Anatel está estudando a liberação de mais frequências para a telefonia móvel até 2020. Entre as faixas em estudo estão a 1,4 GHz, 2,3 GHz e 3,5 GHz. Para cidades inteligentes, o gerente de espectro recomenda compartilhamento e uso em caráter secundário de faixas em locais onde o detentor do direito de exploração não está utilizando, facilidade adotada recentemente pela agência.

Incentivos para universalização terão de ser bons para todo mundo, diz Igor de Freitas

A Anatel pretende utilizar a separação regional do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) para aplicar ações regulatórias de universalização, em especial com a eventual aprovação do PL 3.453/2015. De acordo com o vice-presidente e conselheiro da agência, Igor de Freitas, a ideia é otimizar o modelo financeiro e econômico, de modo a fazer sentido para ambas as partes, referindo-se a Estados e empresas de telecomunicações. Temos que cuidar de todos os Brasis, declarou durante debate no **Painel Telebrasil** 2016. Ele confirmou que a definição da minuta do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) da telefonia fixa e a revisão dos contratos de concessão estão em processo de conclusão segundo a Anatel, o conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Junior deve apresentar seu voto na reunião do conselho diretor nesta quinta-feira, 24.

Freitas explica a separação sócio-geográfica pode ajudar na organização da distribuição de esforços: enquanto na região 1 já há mercados consolidados, com tensão regulatória menor, há outra parte grande do País que não tem. Quantidade, a Anatel faz trabalho junto com o Ministério para buscar chegar em valores justos de conversão do ônus.

Em regiões menos atrativas para operadoras, a transição precisaria ser abalizada e, uma vez estabelecidas as regras, qualquer erro de qualquer parte vai ter que ser gerenciado. Trata-se justamente da premissa do novo modelo. Está previsto no contrato a possibilidade de as concessionárias contestarem, então vamos chegar a acordo, metodologicamente temos que fazer a conta, mas certamente vamos chegar a um acordo, até pela homologação pela qual vão passar nos órgãos de controles. Ele lembrou, contudo, que os com-

promissos contratuais precisam ser mantidos.

O secretário de telecomunicações do MCTIC, André Borges, acredita que não há riscos de sobrecarregar empresas com novas obrigações, mesmo que seja em áreas pouco atrativas, porque, com o tempo, tudo vai ficar rentável, incentivando ainda mais investimentos. Posso ser um pouco otimista, mas acho que com o tempo se viabiliza, uma coisa leva a outra, declara.

Impacto nas operadoras

Para o novo presidente da **Telefônica**/ **Eduardo** Navarro, a mudança para o novo modelo não demorou a acontecer. Não vejo nenhum outro setor que tenha um diálogo tão aberto e com alta qualidade, acho que é um alinhamento dos astros, declara. Se não modernizar, vamos deixar de ser acelerador e passaremos a ser freio.

Na opinião do executivo, o investimento em infraestrutura faz parte da capacidade de diferenciação da empresa, e, por isso, não vê a possibilidade de um eventual surgimento de operadoras apenas com serviços em cima de redes compartilhadas, ou de uma separação estrutural das empresas no Brasil. Acho que há oportunidade sim de uma infraestrutura mais passiva, no caso das torres já existe. Mas sobre uma operadora abrir mão completamente de sua infraestrutura, ele diz que as evidências não justificam, pois isso tira a flexibilidade da companhia.

Mas haverá uma natural evolução da infraestrutura de banda larga. Navarro cita o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da **Vivo**, que troca multas por investimento e que levará à implantação de redes de fi-

Continuação: Incentivos para universalização terão de ser bons para todo mundo, diz Igor de Freitas

bra em mais de cem cidades em quatro anos, quando em um ritmo normal, a companhia não passava de cinco novos municípios anualmente com a rede ótica. Em médio prazo, deve gerar negócio atrativo, espera.

O vice-presidente regulatório da América Móvil Brasil, Oscar Petersen, concorda com essa visão. A questão é ter conectividade ou não, é a decisão estratégica das operadoras. Quem já tem (a oferta do acesso), tem de maximizar com outras camadas, explica. A grande dificuldade não é não ser OTT, mas ser conectividade (concorrendo) com OTT. Por outro lado, Petersen confirma que as preocupações iniciais da companhia após o voto do ex-conselheiro Rodrigo Zerbone foram sanadas, e que agora a empresa vê

muito favoravelmente todo o projeto.

A posição da **Sercomtel**, com sua concessão restrita apenas à cidade de Londrina (PR), não é diferente de uma grande concessionária, segundo o presidente da tele, Guilherme Casado Gobetti de Souza. Penso que mudar o regime é urgente: para renovar nossa planta de telefonia pública, o investimento é de R\$ 2 milhões, quando nossa receita é de R\$ 150 mil, declara. A operadora busca com o novo modelo a transversalidade de políticas de TIC. Somos uma empresa pública com limitações, mas é possível buscar nesse universo uma série de vantagens.

Vilela prefere deixar fora do PL 3.453 a revisão dos fundos

Embora o mercado esteja na expectativa de conseguir a aprovação do PL 3.453/2015, uma queixa do setor em particular não deve ser incluída nesse primeiro momento: a revisão das regras dos fundos, notadamente o Fust e o Fistel. O próprio autor do Projeto de Lei, o deputado federal Daniel Vilela, sugeriu não incluir esse debate agora pelo risco de travar na Câmara a rápida tramitação que o texto vem seguindo com o apoio do MCTIC e da Anatel. Tem alguns poucos parlamentares com conhecimento do setor, a grande maioria não tem. Mas de Fust e Fistel, todo mundo sabe alguma coisa, todo mês tem alguém falando (no plenário). Se a gente co-

locasse o tema no projeto, iríamos inviabilizar o sucesso, contou durante debate no 60º **Painel Telebrasil** nesta quarta, 23.

Ainda assim, explica Vilela, a aprovação do PL acabaria levando a uma discussão para a revisão da questão dos fundos. Não sei se é possível, teria que fazer análise jurídica, mas o próprio PL poderia ser argumento necessário para avaliar uma MP, então não haverá razão para ter recursos públicos, declara. Até porque quem migrar de concessão para autorização não vai ser mais um player que poderá usar (o fundo).

TIM deve ter, em janeiro, capacidade para serviço de VoLTE "interceptável"

Na semana passada o presidente da **TIM**, Stefano De Angelis, mencionou durante o **Painel TELEBRASIL** um exemplo sobre a dificuldade que é, para uma operadora de telecomunicações, competir com serviços **OTT**, inclusive no mercado de voz, sob a ótica da assimetria regulatória. Ele informou que a **TIM** está se preparando para lançar o serviço de voz sobre LTE (VoLTE), que é o serviço de voz na rede 4G. Tecnicamente, a rede 4G é uma rede exclusiva para dados, e o transporte de voz requer uma implementação de voz sobre IP. Segundo De Angelis, apesar de estar pronta para lançar o serviço, uma das preocupações da empresa é manter as obrigações impostas às operadoras de celular, inclusive para as interceptações telefônicas quando determinadas por ordem judicial. São alguns milhares de pedidos de interceptação que a operadora recebe da Justiça todos os meses.

Segundo apurou este noticiário, a **TIM** já está com o serviço de VoLTE em testes internos, mas a atualização do software que permitirá a operacionalização de interceptações de voz sobre a rede

4G só estará disponível em janeiro. A partir daí, será possível planejar o lançamento comercial, que deve acontecer em algum momento de 2017. Segundo informações obtidas por este noticiário, esse ajuste segue dentro do esperado para o Brasil, ou seja, não tem nenhuma dificuldade adicional nem foi atrasada por alguma especificidade da regulação brasileira. Ainda segundo interlocutores ouvidos por este noticiário, em todos os países do mundo as operadoras de telecomunicações precisam ajustar as funcionalidades do VoLTE às obrigações locais, como chamadas de emergência, regras de interceptação, números especiais etc. Isso demanda esforço e investimentos, algo que os serviços de voz por aplicativos, como o oferecido pelo WhatsApp, não fazem. Daí a assimetria.

Para a operadora de telecomunicações, o tráfego de voz sobre LTE terá algumas vantagens, já que é possível oferecer um serviço de voz com melhor qualidade de som e a faixa de 3G também pode ser liberada para uso de dados.

Silêncio positivo retornará à Lei das Antenas

Com baixa adesão nos municípios, a Lei das Antenas (Lei nº 13.116/2015) precisará de incentivo para começar a ser efetiva tanto para o lado da administração pública quanto para operadoras. Para tanto, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) trabalhará junto com a Anatel para promover a adequação à legislação, usando como [vitrine](#); a recente Lei Distrital nº 5.726 do DF. Além disso, a ideia é tentar colocar em pauta novamente o silêncio positivo, dispositivo que permite a aprovação tácita de instalação das antenas em caso de demora de dois meses para a resposta do município, e que havia sido vetado pela então presidenta Dilma Rousseff. [O silêncio positivo de 60 dias vai voltar no decreto, já está decidido](#); declara o analista de infraestrutura do MCTIC, Roberto Loiola, explicou nesta terça-feira, 22, durante painel no 60º [Painel Telebrasil](#).

Além disso, há o PL 7.406, do deputado federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), que também estabelece o retorno do silêncio positivo. Loiola afirma que o projeto seria votado na quarta-feira à tarde, mas, como tem substitutivo, ainda precisa voltar ao Senado. O MCTIC ainda iria analisar a proposta. Ele explica também que o governo olha para o modelo adotado pela reguladora norte-americana Federal Communications Commission (FCC) de [deemed granted rule](#); que garante a execução do projeto mesmo se não houver prazo [razoável](#); na legislação local da cidade.

Já em relação ao direito de passagem, Loiola criticou o entendimento do DNIT, de que a cobrança seria possível em áreas urbanas. Ele citou ainda que o artigo 16 da Lei das Antenas fala de obras de interesse público, como implantação em rodovias, ferrovias, sistemas sobre trilhos, linhas de energia, gasodutos,

oleodutos, vias municipais e redes de saneamento. [No caso de um chamamento público, pode ser interessado ou grupo de interessados, ainda não decidimos a forma, pode ser feito pela \(agência\) reguladora ou ministério mesmo.](#)

Compartilhamento

De acordo com o gerente de regulamentação da Anatel, Nilo Pasquali, a agência analisa agora as contribuições na consulta pública da proposta de regulamento de compartilhamento de infraestrutura, aprovada em setembro após alterações com a Lei das Antenas e a Lei de Radiação Não-Ionizante (de 2009). [Estamos analisando a consulta, deve demorar provavelmente até o final do ano e, preferencialmente no primeiro semestre, mas provavelmente no segundo semestre do ano que vem, deveremos ter a nova regulamentação](#); afirmou. Pasquali diz também que o projeto de licenciamento único, que revisa processos de outorga também, está na área técnica para avaliação do parecer da procuradoria e deverá subir para o conselho diretor. [Deveremos ter \(o projeto\) até o final do ano, com consulta pública no primeiro semestre](#); declara.

Amigo da banda larga

Durante o painel, o prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado (PT-MG), recebeu a premiação do ranking [Cidades Amigas da Banda Larga](#), pesquisa realizada pela Teleco em parceria com o [SindiTelebrasil](#) e apresentada em agosto. A cidade foi a melhor qualificada em relação à políticas como prazo de instalação de antenas. A capital com maior índice foi São Luis.

TJ-RJ determina prazo de 90 dias para conclusão de processo de mediação entre Oi e Anatel

A reunião de mediação entre a Anatel e Oi na 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) nesta quinta-feira, 24, resultou em pelo menos uma decisão: implantar um prazo de 90 dias para a conclusão do processo, segundo confirmou a este noticiário fonte próxima ao assunto. De acordo com o portal Istoé Dinheiro, o juiz Fernando Viana determinou a divisão do processo: um das multas cobradas em ações judiciais, outro relativo aos créditos apurados em processos administrativos na agência.

Tida como uma “conversa inicial” pelo presidente da operadora, Marco Schroeder, nesta semana, durante o 60º **Painel Telebrasil**, a intenção da tele no encontro também era de negociar com a agência uma saída para converter ao menos parte da multa em investimentos ou descontos em serviços para população de baixa renda. A ideia foi bem recebida pelo secretário de telecomunicações, André Borges, que indicou que a Anatel também estaria receptiva à possibilidade.

MCTIC quer reduzir Fistel para banda larga via satélite

O diretor de banda larga do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Artur Coimbra, disse que o governo está estudando a possibilidade de criar uma nova categoria do Fistel para poder contemplar o mercado de banda larga via satélites para usuários residenciais. Hoje, esse mercado está limitado porque as taxas do Fistel aplicáveis são as mesmas para estações de grande porte, usadas para o mercado corporativo. "O que temos hoje é uma injustiça tributária que precisa ser corrigida", disse Coimbra. A nova categoria vai equiparar a estação de satélite a uma estação móvel, cujo Fistel de instalação é de pouco mais de R\$ 26 por ano. "É um processo em várias etapas. Estamos ainda definindo uma proposta que precisa ser discutida com a área econômica e depois encaminhada ao Congresso. Acho que isso pode acontecer ao longo de 2017", disse Coimbra. Ele diz que o argumento em favor da mudança é que esse mercado de banda larga via satélite residencial ainda não existe em grande escala, então não haveria nenhuma perda tributária. Ao mesmo tempo, esse mercado poderia ser imensamente incentivado com a mudança no Fistel.

Coimbra anunciou o plano durante o Painel Abrasat, que é uma das sessões temáticas do **Painel TELEBRASIL** realizado esta semana em Brasília.

O deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), que também participou do debate, disse que a proposta do MCTIC poderia ser encaminhada por Medida Provisória, mas que ele tem interesse de ajudar o governo a conduzir

essa discussão na Câmara.

A Anatel também trouxe algumas propostas de simplificação regulatória que devem ser adotadas para impulsionar o mercado de satélites, sobretudo o mercado de banda larga em banda Ka. Segundo Vítor Elísio Menezes, superintendente de recursos à prestação, uma das ideias em estudo na agência é o licenciamento em lote das estações terrestres, sem que seja necessária às empresas fazerem o licenciamento cliente a cliente, o que se torna impraticável para serviços massivos. Outra proposta da agência é implementar uma alteração no cálculo do PPDESS (Preço Público pelo Direito de Exploração do Serviço de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite), que hoje é baseado na relação de potência e transponders dos satélites, que fazia sentido quando os satélites eram limitados a capacidades menores. O problema é que com os satélites de alta capacidade, com equivalência a centenas de transponders, esse modelo acaba gerando distorções e valores fora da razoabilidade, o que afasta o interesse de empresas que queiram operar e aumenta o custo dos serviços.

Outra mudança importante que o setor de satélites deve passar é a forma como são outorgadas as posições orbitais nacionais. Hoje, por exigência legal, é preciso haver uma licitação de posições. Mas uma alteração proposta pelo PL 3.453/2015 vai permitir que as posições orbitais possam ser concedidas diretamente aos operadores que fizerem a coordenação internacional destas estações.

ABTA elogia iniciativa de revisão do Regulamento dos Consumidores

Durante a abertura do **Painel TELEBRASIL**, que aconteceu esta semana em Brasília, o presidente da Anatel Juarez Quadros sinalizou com um esforço da agência de rever o RGC (Regulamento Geral dos Consumidores). Este é um dos dispositivos regulatórios que mais causam dificuldades ao setor de TV por assinatura, pela natureza dos serviços prestado. Para a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a sinalização da Anatel é positiva, diz Oscar Simões. A associação tem discutido o tema há muito tempo com a agência, inclusive questionando judicialmente alguns dos dispositivos. Mas agora, segundo o presidente da Anatel, "a proposta da agenda regulatória da Anatel para o biênio 2017 e 2018, em elaboração na área técnica da agência prevê a reavaliação da regulamentação dos direitos dos

consumidores e a realização de uma análise de impacto regulatório. Haverá reuniões e tomadas de subsídios junto aos prestadores antes mesmo da submissão da proposta à consulta pública", disse. A Anatel também reiterou o plano de rever o RGQ (Regulamento de Qualidade): "a proposta de reavaliação está em curso na Anatel, a proposta elaborada já foi apresentada à procuradoria especializada, atualmente área técnica está avaliando o parecer jurídico para enviar a proposta de uma consulta pública ao Conselho Diretor. A proposta está balizada em princípios da regulação responsiva, visando a resolução dos problemas e a melhoria da qualidade percebida pelo usuário antes mesmo de qualquer iniciativa sancionatória".

Parlamentares se comprometem com lutas do setor e cidades inteligentes

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) anunciou, nesta terça-feira, 22, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Cidades Inteligentes durante a abertura do **Painel Telebrasil**, que acontece em Brasília. Segundo ele, o primeiro foco da frente, que começará a funcionar em dezembro, será o apoio para implantação da lei geral das antenas, aprovada em 2012, mas que teve pouco avanço.

“Esse ainda é um gargalo para o desenvolvimento das telecomunicações no País, já que cada cidade tem sua lei própria”, disse Lippi, que também preside uma subcomissão especial na Câmara sobre telecomunicações. O parlamentar prometeu lutar também pela desoneração do Fistel para

os equipamentos de Internet das Coisas (IoT) e para utilização da taxa de iluminação pública para evolução tecnológica do setor de energia. “Temos uma agenda importante, que garantirá o foco nesses temas”, completou.

O deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) também participou da solenidade de abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**. Ele defendeu a adoção de novo modelo de telecomunicações para destravar investimentos do setor. A proposta já foi aprovada na Câmara, mas ainda depende de tramitação no Senado. Mudalen acredita que o novo modelo vai contribuir para a recuperação da competitividade do País.

Teles adotam discurso de conciliação com OTTs, mas ainda pedem isonomia de tratamento

O presidente da **Telefônica** Brasil, Eduardo Navarro, disse, nesta quarta-feira, 23, no **Painel Telebrasil**, que a competição com serviços da internet não é um problema exclusivo do Brasil, nem do setor de telecomunicações. "Nós poderíamos estar discutindo sobre táxi versus Uber ou hotéis versus Airbnb, ou seja não é algo específico do setor", disse. Mas entende que as teles não podemos esquecer jamais o DNA delas. "Qualquer passo que dermos no ambiente de internet deve ser pensado sobre nossa infraestrutura, a conectividade, e temos distintas formas de fazer isso por meio de soluções globalizadas", afirmou.

Navarro disse que não tem nada contra os serviços das OTTs, de quem é parceiro, mas disse que se não avançar rapidamente na solução desse problema as empresas de telecomunicações correm o risco de ficarem para trás. "É preciso garantir a sustentabilidade das redes para que, daqui a 10 anos, existam tantas empresas **over-the-top** como de telecomunicações", ressaltou.

O presidente da **Telefônica** citou o exemplo das diferenças de tributação na TV por assinatura e nas empresas de vídeo sobre demanda que usam a plataforma da internet. Enquanto as TVs pagas são taxadas pelo ICMS, com alíquota de até 30%, as operadoras na internet pagam apenas o ISS, com alíquota de até 5%.

Outra diferença citada por Navarro diz respeito a fusões de empresas. Enquanto a União Europeia demorou apenas uma semana para aprovar a compra do WhatsApp pelo Facebook, demora pelo menos um ano para aprovar aquisições entre empresas de telecomunicações.

Navarro também reclamou da diferença de tratamento em relação a demandas judiciais. Enquanto a **Telefônica** recebe dois milhões de pedido de informações por ano, que precisam ser atendidos a contento, as OTTs não respondem a nenhuma demanda judicial alegando seguir regras de outros países.

Já o conselheiro da Anatel, Anibal Diniz, se diz favorável a à simplificação da regulamentação das teles, sem limitar as OTTs, que chamou de os "queridinhos da sociedade". "Nós temos que assegurar um ambiente equilibrado para garantir o crescimento de todos do setor, que é fundamental para favorecer o crescimento do País", completou.

O presidente da **TIM**, Stefano De Angelis, analisa o problema separando a concorrência com os serviços de Internet em três grupos. Um grupo é daqueles serviços remunerados exclusivamente por publicidade, que não tem diretamente nada a ver com as teles, como o Google. Tem o grupo de vídeo que compete com as operadoras de telecomunicações. E o terceiro são os serviços de Internet que competem ainda mais com as teles. "Esses três serviços têm que ter regulamentações diferentes", opinou.

Para De Angelis, a parceria com a OTT é possível, mas é preciso garantir a rentabilidade das rendas. "Hoje as contas não estão fechando", afirmou.

O coordenador-geral de Promoção da Concorrência do Ministério da Fazenda, Marcelo Ramos, por sua vez, reconhece que há assimetria entre OTTs e teles e que isso gera impacto concorrencial. E entende que isso vai piorar, com a introdução de vídeo 4 K, realidade virtual. Mas argumenta a dificuldade das teles

Continuação: Teles adotam discurso de conciliação com OTTs, mas ainda pedem isonomia de tratamento

em competir com isso, sabendo que a inovação acontece na borda. "As teles precisam chegar a um equilíbrio, mas fazer isso por meio da franquia prejudica o consumidor", ressalta.

O diretor da **União Internacional de Telecomunicações (UIT)** no Brasil, Bruno Ramos, acha que a questão deve ser tratada de outra maneira. "O caminho é regular as falhas de mercados, com regras transparentes e simples, já as falhas de acesso, é

preciso ser trabalhadas entre as empresas de telecom e de conteúdos porque serão resolvidas com investimento", disse. Mas afirma que não ter uma solução sobre como isso será feito.

Para o vice-presidente de vendas da Nokia, Luiz Tonisi, se as teles não tiverem uma parte da receita das OTT, não vão avançar.

MCTIC sinaliza em favor à zero-rating

Além de trabalhar na elaboração de uma agenda digital para TICs, o governo pode estender a política de flexibilizações para tentar aplacar o que o empresariado chama de “inseguranças jurídicas”. Assim, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), quer incluir maior liberdade de modelos de negócios para operadoras, levantando a bandeira em favor do zero-rating, além de se alinhar com a demanda das telas no tratamento de dados pessoais em Internet das Coisas.

“Para a gente poder avançar com Internet, e estou falando como secretário, e não como coordenador do CGI.br, sem exercer flexibilidade não dá para pensar com tamanha rigidez o aspecto de neutralidade de rede, sem poder usar zero-rating, até para vencer a insegurança jurídica que está posta”, declara o secretário de políticas de informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, durante debate no segundo dia do **Painel Telebrasil** nesta quarta-feira, 23. Para tanto, ele sugere “rever” o decreto que regulamentou o Marco Civil da Internet, além dos PLs de proteção de dados pessoais que ainda estão em discussão no Congresso.

“A questão de registro de dados também vai precisar de flexibilização, no (antigo) Ministério da Ciência se pensava muito na questão do usuário final, que acessa a Internet, mas agora, com a IoT na forma como está, já recebi de diversas empresas que dizem que, dessa forma, não vão conseguir fazer investimentos, tem insegurança jurídica muito grande”. Ele ressalta que é “fundamental não engessar”; a legislação para permitir a contínua inovação.

Naturalmente, o discurso encontra simpatia com as operadoras. O diretor da Net Serviços, Daniel Barros, menciona como exemplo a questão da franquia na banda larga, classificando a proibição por meio de cautelar da Anatel como uma mudança de regras “que dá uma bagunçada”. O presidente executivo do Grupo Algar, Luiz Alexandre Garcia, ressalta também a flexibilização para usar “tecnologias diferentes e compartilhamento de infraestrutura”, além da própria regulamentação, focando no “level playing field”; em relação aos serviços **over-the-top**.

Setor de TIC pode ajudar recuperação econômica do País, diz estudo

O setor de TIC pode ter um papel central na recuperação econômica do País, sobretudo no aumento da produtividade, mas precisa de incentivos para continuar investindo. A conclusão é da economista Claudia Viegas, da LCA Consultores, que apresentou um panorama das contas brasileiras, nesta quarta-feira, 23, no **Painel Telebrasil**. Segundo ela, o país perdeu 33 posições nos indicadores de produtividade em cinco anos, além da vertiginosa queda do PIB e da piora das contas públicas.

Viegas diz que a perda da produtividade não foi maior por causa do tamanho do mercado brasileiro, que ainda recebe uma nota acima da média (de 5,7, sendo que 7 é a máxima). Já no quesito inovação, a queda tem sido constante, chegando em 2016 a 3,1 pontos. O setor também continua se destacando na avaliação da infraestrutura do País, ocupando o 54º lugar, enquanto os portos brasileiros estão na 133ª posição.

De acordo com o levantamento, as TICs dão maior eficiência aos serviços públicos; garantem redução de custos e têm papel fundamental na detecção de fraudes, por meio de cruzamentos de bancos de dados. Também asseguram maior transparência às ações públicas e participação social nos atos do governo.

Para a economista, o setor móvel pode ter uma participação importante na bancarização de 40% dos brasileiros adultos que estão fora do sistema financeiro. Até 2025, o aumento da ban-

carização digital acarretará a criação de 4 mil empregos e aumento de PIB na ordem de US\$ 152 bilhões, sustenta.

A economista ressalta que apesar do potencial do setor, ele ocupa o 72º lugar no mundo, como resultado do 133º lugar em Carga de impostos; 106ª posição em eficiência do sistema legal em questionar decisões governamentais arbitrárias; 94º lugar nas compras governamentais de produtos de tecnologia avançada; 122º lugar na promoção de TICs pelo governo e a 121ª posição na importância das TICs na visão de futuro do governo.

Claudia Viegas ressalta que, para que o setor de telecomunicações possibilite o aumento a produtividade e a retomada do crescimento de forma duradoura do Brasil, será necessário que o governo promova a redução de entraves aos investimentos e aumento da rentabilidade, como a efetiva aplicação da Lei das Antenas. Outro ponto diz respeito à sinergia na formulação e aplicação de políticas.

Outro ponto defendido no estudo é a reversibilidade de ativos vinculados às concessões da telefonia fixa, que dará segurança para investimentos em redes de nova geração. O levantamento também aponta a necessidade de adoção de soluções completas com TICs fim a fim; a redução de tributos e encargos setoriais e a segurança nas Relações Trabalhistas do setor, ressaltando que boa parte dos empregos gerados no País são de call centers.

Oi quer converter dívida com a Anatel na RJ em TAC

A Oi deverá apresentar na reunião com mediação com a Anatel na quinta-feira, 24, uma proposta de converter parte da dívida com a agência em investimentos, como uma espécie de termo de ajuste de conduta (TAC) em troca de benefícios, incluindo descontos para o usuário final. O presidente da companhia, Marcos Schroeder, ressalta que ainda será uma conversa inicial, sem números, mas com a intenção de demonstrar o que é importante para a empresa e para saber qual é o limite que o regulador colocaria nessa conversão. O TAC não seria só investimento, pode ser benefício, temos uma infraestrutura (com a qual) podemos dar serviços para a população carente, esse serviço tem valor, sugeriu ele em conversa com jornalistas após debate no 60º **Painel Telebrasil** nesta quarta-feira, 23.

A ideia inclui oferecer serviços onde a Oi já conta com rede, inclusive oferecendo o que Schroeder chama de bolsa telecom para universalização. Pode ser uma bolsa telecom e eu dar desconto, e parte ser abatida da dívida, afirma. Não estou falando só de investimento, outras formas de fazer compensação. Além de ofertar banda larga para população de baixa renda, Schroeder diz que a Oi poderia ainda prestar serviço para órgãos públicos, hospitais e escolas. Mas ele ressalta que se tratam apenas de ideias, e que nada foi negociado ainda com a agência.

O executivo espera que a Anatel aceite essa espécie de TAC como a própria **Vivo** concluiu nesta semana. No entanto, as regras poderiam ser diferentes dos acordos anteriores

efetuados pelo regulador. O presidente da Oi reconhece que eventualmente o valor dos investimentos pode ser maior no processo de Recuperação Judicial (RJ), mas que ainda será preciso negociar com a agência. E ressalta: na reunião, ainda serão apenas ideias, não vai ter número.

Interessados e credores

Sobre a demanda do comitê diretivo de credores, que na terça-feira apresentou petição nos autos da RJ da Oi, Marcos Schroeder afirma que a intenção deles é de pedir informações individualizadas das sete empresas do grupo que entraram no processo, já que, dessa forma, algumas terem melhores condições para pagar dívida. Mas acho que se tornar inviável para uma delas, para o grupo inteiro fica inviável, declara. É muito importante para a própria saúde e para a perpetuação da Oi tratar a RJ (assim), e até agora o juiz da 7ª Vara (Fernando Viana), tratar como bloco único.

A Oi contratou na segunda-feira, 21, o assessor financeiro Laplace Finanças para auxiliar a empresa no processo de RJ e, segundo Schroeder, a empresa está aberta a ouvir os credores e eventualmente fazer alguma correção do plano. Pode ter coisas importantes para eles e que não tenha impacto tão grande para a companhia, poderíamos analisar, declara.

O executivo afirmou também que, embora algumas empresas interessadas em aquisição tenham procurado a companhia, outras apenas buscaram autoridades e outros players do mercado para

Continuação: Oi quer converter dívida com a Anatel na RJ em TAC

“entender o momento”. Mas ele afirma que a ideia é primeiro concluir, “ainda no primeiro semestre do ano que vem”, a renegociação da dívida. Só após essa etapa é que haveria a possibilidade de conversa com investidores ou outros players para um eventual processo de consolidação. “Pessoalmente não acredito neste momento que nenhum negócio teria a rapidez ne-

cessária para a gente concluir com algum investidor antes de renegociar a dívida”, voltou a dizer. Schroeder alega ainda que o bilionário egípcio Nagib Sawiris, que deverá se reunir com a Anatel na próxima sexta, 25, também não chegou a procurar a companhia.

Governo prepara política nacional de segurança da informação

O avanço dos ataques cibernéticos nas redes do governo, a expansão da internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), da Big Data e da computação em nuvem levaram o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República a propor uma Política Nacional de Segurança da Informação, como afirmou o coronel Arthur Sabbat, em debate nesta terça-feira, 22, no **Painel Telebrasil**, sobre TIC em Segurança Pública. Segundo ele, a minuta do projeto de lei fica pronto em quatro meses e deverá passar por consulta pública a partir de março de 2017, antes do projeto de lei ser enviado ao Congresso Nacional.

Sabbat adiantou que a proposta se dará por meio de áreas estruturantes, que englobam desde governança da segurança da informação até telecomunicações, que são consideradas como infraestrutura crítica. Ele garantiu que o setor será ouvido para elaboração da minuta. Assegurou também que a proposta de Política Nacional terá coerência com padrões internacionais de segurança.

O coronel disse que as redes do governo sofrem milhares de ataques por semana, especialmente de abuso de sítio e indisponibilidade de serviço, mas garante que os órgãos estão cada vez mais preparados para diminuir os efeitos desses incidentes. Porém, a preocupação atual é com a contratação de serviços nas áreas de Big Data e cloud computing. "É preciso salvaguardar dados biométricos com governabilidade pública, combater o aumento do crime cibernético como serviço e o aumento do número de ataques cibernéticos", ressalta.

O gerente de soluções em smart cities da Huawei, Paulo Molnar, destaca que o custo da violência no Brasil corresponde a 5,4% do PIB - aproximadamente R\$ 28,8 bilhões em 2014 - elevado com a ocorrência de quase 60 mil homicídios em 2014, mais de 10% dos 437 mil mundo 437 mil ho-

micídios registrados nesse ano. Ele defende iniciativas de integração de informações entre Polícia Civil e Militar, além de fortalecimento do trabalho de inteligência policial e Polícia Científica, que têm se mostrado eficientes na redução de crimes.

Molnar apresentou a solução da Huawei nesse campo, que engloba videovigilância, comunicação de emergência (rede e-LTE), comando central convergente em plataforma aberta com capacidade de integrar outros sistemas e extrair algo a mais que ajuda na resolução de casos e Big Data Policial para agregar valor à informação. O executivo disse que os projetos de safe city da Huawei atendem 400 milhões de pessoas em mais de 100 cidades de 30 países.

Amazônia Conectada

O subchefe do Centro Integrado de Telemática do Exército (Citex), coronel Eduardo Wolski, apresentou no debate o avanço do programa Amazônia Conectada, que garante conectividade na região Norte do País. A iniciativa leva rede de fibra óptica subfluvial a 52 municípios, que congrega quatro milhões de habitantes. Além de ações na área de segurança pública, a rede conecta centenas de escolas públicas e apoia programas de telemedicina.

São 115 escolas públicas atendidas somente entre Manaus e Tefé e dez com programas de telemedicina. Entre 2014 e 2015, o programa consumiu mais de R\$ 18 milhões para o lançamento de 10 km no rio Negro, e de 235 km na ligação Coari-Tefé. Em 2016, outros 450 km de fibras ópticas subfluviais foram lançadas no rio Solimões, na ligação Manaus-Coari, ao custo de R\$ 17,5 milhões, aplicados basicamente pelo Ministério da Educação. Para 2017, a previsão de gastos é de R\$ 70 milhões em 1,5 mil km de infovias. Segundo o coronel Wolski, recursos ainda não garantidos.

Todas as unidades do SUS usarão prontuário eletrônico em 2017, mas conectividade ainda é problema

Até o final de 2017, todas as 41,6 mil unidades de atendimento básico do SUS estarão utilizando prontuário eletrônico, que possibilitará o controle das ações de saúde e a melhoria do atendimento ao paciente. A previsão é do representante do Ministério da Saúde, Allan Alves, que participou, nesta terça-feira, 22, de debate no **Painel Telebrasil**, que acontece em Brasília. Segundo ele, até agora apenas 2,9 mil utilizam o sistema, enquanto outras 7 mil usam soluções privadas de gestão das ações.

Para o final de 2018, a expectativa é de que outros serviços estejam integrado ao sistema eSUS, como o Registro Eletrônico de Saúde e o Conjunto Mínimo de Dados, que suporta informações agregadas e indicadores, para facilitar a gestão e planejamento de políticas públicas. Os recursos destinados ao projeto estão na ordem de R\$ 500 milhões. Já nesta quarta-feira, 23, o Ministério da Saúde abrirá o pregão para contratação do repositório nacional das informações dos pacientes em nuvem.

De acordo com Alves, a implantação do programa dependerá de reforço na infraestrutura de rede em diversos municípios e na conectividade de unidades. Mas a dimensão de investimentos nesse setor depende de levantamento, que será concluído no início de dezembro.

Outras iniciativas do governo também contribuirão para a evolução da digitalização dos serviços de saúde

de pública no País. É o que afirma o diretor do Departamento de Ecossistemas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Otávio Caixeta. Ele disse que o INOVApps, do MC-TIC, tem estimulado a criação de aplicativos também na área da saúde, além do programa Startup Brasil, com 18 novos negócios apoiados para área de saúde de um total de 183.

Caixeta citou também a Rede Universitária de Telemedicina (Rute) da Rede Nacional de Estudos e Pesquisas (RNP), que conecta 112 hospitais universitários e 60 grupos de interesse. Ele reconhece, entretanto, que a revolução digital não acontece no mesmo ritmo acelerado no setor de saúde.

O diretor da Accenture, Ricardo Mayer, diz que entregar saúde pública para 200 milhões de habitantes não é tarefa fácil, com nível de complexidade extremamente alto. "A saúde fica cada vez mais cara e para viabilizar é preciso massificar informações", opina. Segundo ele, a tarefa fica ainda mais difícil com entraves na legislação, que exige a troca de informação entre médicos, e problemas de conectividade, que não suporta o tráfego de imagens de alta definição. "Isso requer infraestrutura adequada", observa. Mas entende que o Brasil está caminhando para atender a estratégia de e-saúde, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

GSMA defende redução de assimetrias regulatórias para promover mais competição

O diretor de Competição Econômica da GSMA, Serafino Abate, criticou, nesta quarta-feira, 23, a regulação excessiva do setor, durante debate no **Painel Telebrasil**, com o tema “Mesmos Serviços, Mesmas Regras”. De acordo com o executivo as assimetrias existentes estão diminuindo a capacidade de competir das empresas tradicionais ante as entrantes. “É preciso garantir o mesmo tratamento para serviços semelhantes, independentemente do operador ou da tecnologia”, defende.

Para Abate, a modularidade regulatória permite que as empresas sigam beneficiando os consumidores. O executivo recomenda que a regulamentação sirva para dar mais transparência aos novos serviços e que as concessões devem ser mais flexíveis, adequadas aos mercados de hoje, defendendo sua adaptação para autorização.

O diretor da GSMA também apoia regulação da qua-

lidade de serviço frente a uma equação de custo/benefício realista, sem centrar-se na imposição de multas. Na opinião do executivo, as assimetrias de marcos regulatórios atuais impedem uma competição mais ampla, que se reflete em produtos e preços.

Abate defendeu ainda o uso eficiente do espectro e leilões de frequências sem caráter arrecadatório para promover a inclusão digital, mas entende que é preciso liberar mais faixas para o serviço móvel. Ele recomenda a destinação das bandas C e L para os serviços 4G e 5G.

Outra recomendação de Abate diz respeito a carga tributária incidente sobre a indústria digital que, no seu entendimento, deve ser simplificada. Assim como deve ser racionalizada a contribuição para os fundos setoriais. Essas medidas, acredita ele, beneficiarão o consumidor.

Proposta de revisão do regulamento de qualidade fica para o ano que vem, diz Anatel

Depois de mais de um ano de estudos, a proposta de revisão do regulamento de qualidade dos serviços ainda não foi concluída e somente será colocada em consulta pública no primeiro semestre do ano que vem. A redução de indicadores, que passarão a refletir a qualidade percebida pelos usuários já está definida, mas falta chegar a um consenso sobre a coleta dos dados, cálculo das metas e divulgação dos resultados, afirmou, o superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel, Nilo Pasquale, em debate realizado no **Painel Telebrasil**, que acontece nesta terça, 22, e quarta-feira, 23, em Brasília,

Segundo Pasquale, os novos indicadores deverão refletir a satisfação do usuário com o serviço entregue, a disponibilidade das redes, tarifas e reclamações. Outro ponto já decidido é de que a proposta será apresentada sem metas estabelecidas, que serão calculadas após trabalho de campo e que a ação sancionatória será usada após dar tempo para que as operadoras ajustem as não conformidades detectadas, por meio da imposição automática de obrigações.

A granularidade da qualidade também será medida por município, facilitando a percepção do usuário. "O objetivo não é colocar metas desafiadoras, mas diagnosticar o que a rede entrega de fato", afirma Pasquale. Para ele, os mais de 50 indicadores atuais estão baseados em aspectos técnicos e seus re-

sultados não interessam nem aos consumidores, nem às operadoras.

Para o representante do **SindiTelebrasil**, Ildeu Borges, o diagnóstico da Anatel sobre os atuais indicadores de qualidade é correto. As empresas defendem a racionalização dos indicadores, um número menor de metas e de maior utilidade para os consumidores e empresas, a universalização do acompanhamento e estímulo à competição.

"O novo RGQ deve priorizar a simplicidade, segurança jurídica - regras claras e de simples aplicação, ser indutor de investimentos, ter valor prático que permita as prestadoras atuarem na melhoria da qualidade, que seja viável técnica e economicamente, ponderando a realidade do setor, que melhore a compreensão de usuários, seja junto com empresas e consumidores e considere as diferenças regionais", defendeu Borges. Ele salienta que é preciso também considerar os principais desafios do setor frente ao aumento de exigência, como a evolução tecnológica e demanda crescente de banda. Já a ouvidora da Anatel, Amélia Alves, entende que os novos indicadores devem levar em conta três componentes, a reação do usuário (reclamação), atendimento (software) e rede da operadora (hardware). Para ela, apesar do alto custo, a satisfação do consumidor somente pode ser medida por meio de pesquisa.

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária

ECONOMIA

O presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, entregou hoje (22) ao **ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab**, uma carta com as demandas do setor, durante a abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**, em Brasília. Um dos pedidos da chamada ***Carta de Brasília*** é a redução da burocracia e da carga tributária e regulatória.

"Entendemos que para massificar o acesso à banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esse serviço, além de isentar qualquer incidência tributária sobre smartphones de baixo custo e dispositivos destinados à internet das coisas", disse Garcia. Outras demandas apresentadas pelo setor são a eliminação das assimetrias, com o estabelecimento de regras iguais para serviços similares, e o ajuste dos marcos regulatórios.

Garcia destacou que uma das principais barreiras para a competitividade do serviço no Brasil é alta carga tributária "Nenhum produto ou serviço pode ser con-

siderado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores."

Ao receber o documento, **Kassab** disse que concorda com todos os itens abordados na carta e com as prioridades apresentadas pelo setor. "Acho que em todos os itens estamos avançando bastante. Temos visão comum em relação a todos os temas", destacou o ministro.

Realizado desde 2004, o **Painel Telebrasil** é um espaço para discutir estratégias, tecnologias e políticas públicas para o setor de telecomunicações. A **Telebrasil** é uma entidade civil, de caráter privativo e âmbito nacional, que reúne empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens e serviços do setor de comunicações e informação.

Edição: **Luana Lourenço**

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária

BRASIL

Sabrina Craide - Repórter da Agência Brasil

O presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, entregou hoje (22) ao **ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab**, uma carta com as demandas do setor, durante a abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**, em Brasília. Um dos pedidos da chamada *Carta de Brasília* é a redução da burocracia e da carga tributária e regulatória.

"Entendemos que para massificar o acesso à banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esse serviço, além de isentar qualquer incidência tributária sobre smartphones de baixo custo e dispositivos destinados à internet das coisas", disse Garcia. Outras demandas apresentadas pelo setor são a eliminação das assimetrias, com o estabelecimento de regras iguais para serviços similares, e o ajuste dos marcos regulatórios.

Garcia destacou que uma das principais barreiras pa-

ra a competitividade do serviço no Brasil é alta carga tributária "Nenhum produto ou serviço pode ser considerado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores."

Ao receber o documento, **Kassab** disse que concorda com todos os itens abordados na carta e com as prioridades apresentadas pelo setor. "Acho que em todos os itens estamos avançando bastante. Temos visão comum em relação a todos os temas", destacou o ministro.

Realizado desde 2004, o **Painel Telebrasil** é um espaço para discutir estratégias, tecnologias e políticas públicas para o setor de telecomunicações. A **Telebrasil** é uma entidade civil, de caráter privativo e âmbito nacional, que reúne empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens e serviços do setor de comunicações e informação.

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

ECONOMIA

A Oi pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à Justiça para cancelar a reunião de mediação entre a Oi e a **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**. A tentativa de conciliação foi marcada para esta quinta-feira, 24, mas ainda não há certeza se ela de fato vai ocorrer. A AGU entende que as multas aplicadas pelo órgão regulador devem ser enquadradas como dívida tributária e não podem integrar o processo de recuperação judicial da empresa.

A Oi pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda, órgãos públicos, escolas e hospitais, uma espécie de "Bolsa Telecom".

O presidente da Oi, Marco Schroeder, disse que a proposta prevê a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dentro do processo de recuperação judicial, e não diretamente com a **Anatel**. Ele não esclareceu se o acordo prevê o corte de 70% das multas devidas nem revelou o valor dos investimentos que a empresa estaria disposta a realizar nos próximos anos.

"Vamos começar a negociar. É cedo para falar, será um início de conversa. Eles vão colocar os limites deles, nós vamos colocar o que achamos que é importante e o que a gente pode fazer", explicou, após participar do **Painel Telebrasil**.

Apesar do entendimento da AGU, para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

a proposta da Oi seria uma solução viável. De acordo com o secretário de Telecomunicações, André Borges, o TAC seria uma forma de viabilizar políticas públicas.

"É um instituto muito bem aceito por nós, até porque você troca pagamento ou recolhimento de um dinheiro do Estado para uma política pública", afirmou. "Do ponto de vista do Tesouro Nacional, também não afeta muita coisa, porque é um recurso com o qual ele já não contava. Então, não vai afetar o superávit. Talvez não ajude, mas não atrapalha."

O conselheiro da **Anatel** Igor de Freitas reiterou que a agência não pode aceitar o TAC proposto pela Oi. No entanto, ele reconheceu que o processo de recuperação judicial não terá sucesso se as dívidas da Oi com o governo forem excluídas. Do total de dívidas da companhia, de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 20,2 bilhões são com a União.

"A linha da AGU é de que não há amparo legal para que a **Anatel** concorde em manter os débitos dentro do plano de recuperação judicial. A AGU entende que até a reunião de mediação não tem amparo para ser conduzida", afirmou.

Para o presidente da Oi, a recusa do governo em analisar a proposta pode inviabilizar a companhia. "Acho que isso não é interesse de ninguém, tenho certeza de que não é da **Anatel**. Vamos ter de trabalhar para encontrar soluções que sejam aceitáveis para a **Anatel** e para a companhia. Acho que é muito cedo para achar que vai ter uma ruptura", disse Schroeder.

Por Agência Estado Tags: telefonia oi multa suspensão agu

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

NEGÓCIOS



Oi: a empresa pretende apresentar proposta para substituir multas por investimentos e desconto em serviços (Bloomberg/Paulo Fridman)

Brasília A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à Justiça para cancelar a reunião de mediação entre a Oi e a **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**. A tentativa de conciliação foi marcada para esta quinta-feira, 24, mas ainda não há certeza se ela de fato vai ocorrer.

A AGU entende que as multas aplicadas pelo órgão regulador devem ser enquadradas como dívida tributária e não podem integrar o processo de recuperação judicial da empresa.

A Oi pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda, órgãos públicos, escolas e hospitais, uma espécie de Bolsa Telecom.

O presidente da Oi, Marco Schroeder, disse que a proposta prevê a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dentro do processo de recuperação judicial, e não diretamente com a **Anatel**.

Ele não esclareceu se o acordo prevê o corte de 70% das multas devidas nem revelou o valor dos investimentos que a empresa estaria disposta a realizar nos próximos anos.

Vamos começar a negociar. É cedo para falar, será um início de conversa. Eles vão colocar os limites deles, nós vamos colocar o que achamos que é importante e o que a gente pode fazer, explicou, após participar do **Painel Telebrasil**.

Apesar do entendimento da AGU, para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a proposta da Oi seria uma solução viável. De acordo com o secretário de Telecomunicações, André Borges, o TAC seria uma forma de viabilizar políticas públicas.

É um instituto muito bem aceito por nós, até porque você troca pagamento ou recolhimento de um dinheiro do Estado para uma política pública, afirmou. Do ponto de vista do Tesouro Nacional, também não afeta muita coisa, porque é um recurso com o qual ele já não contava. Então, não vai afetar o superávit. Talvez não ajude, mas não atrapalha.

O conselheiro da **Anatel** Igor de Freitas reiterou que a agência não pode aceitar o TAC proposto pela Oi. No entanto, ele reconheceu que o processo de recuperação judicial não terá sucesso se as dívidas da Oi com o governo forem excluídas. Do total de dívidas da companhia, de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 20,2 bilhões são com a União.

Amparo.

A linha da AGU é de que não há amparo legal para que a **Anatel** concorde em manter os débitos dentro do plano de recuperação judicial. A AGU entende que até a reunião de mediação não tem amparo para ser

Continuação: AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

conduzida, afirmou.

Para o presidente da Oi, a recusa do governo em analisar a proposta pode inviabilizar a companhia. Acho que isso não é interesse de ninguém, tenho certeza de que não é da **Anatel**. Vamos ter de trabalhar para encontrar soluções que sejam aceitáveis para a **Anatel** e

para a companhia. Acho que é muito cedo para achar que vai ter uma ruptura, disse Schroeder. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Estadão Conteúdo

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária

NOTÍCIAS

O presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, entregou hoje (22) ao **ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab**, uma carta com as demandas do setor, durante a abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**, em Brasília. Um dos pedidos da chamada ***Carta de Brasília*** é a redução da burocracia e da carga tributária e regulatória.

"Entendemos que para massificar o acesso à banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esse serviço, além de isentar qualquer incidência tributária sobre smartphones de baixo custo e dispositivos destinados à internet das coisas", disse Garcia. Outras demandas apresentadas pelo setor são a eliminação das assimetrias, com o estabelecimento de regras iguais para serviços similares, e o ajuste dos marcos regulatórios.

Garcia destacou que uma das principais barreiras para a competitividade do serviço no Brasil é alta carga

tributária "Nenhum produto ou serviço pode ser considerado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores."

Ao receber o documento, **Kassab** disse que concorda com todos os itens abordados na carta e com as prioridades apresentadas pelo setor. "Acho que em todos os itens estamos avançando bastante. Temos visão comum em relação a todos os temas", destacou o ministro.

Realizado desde 2004, o **Painel Telebrasil** é um espaço para discutir estratégias, tecnologias e políticas públicas para o setor de telecomunicações. A **Telebrasil** é uma entidade civil, de caráter privativo e âmbito nacional, que reúne empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens e serviços do setor de comunicações e informação.

AGU diverge do governo e da Anatel sobre Oi

EMPRESAS

O governo e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) consideram que entendimento isolado da Advocacia-Geral da União (AGU) passou a ser o único entrave à negociação de multas da Oi pelo processo de recuperação judicial. Até há poucos dias, as autoridades do governo e da agência temiam que a negociação na Justiça poderia causar prejuízos à União, mas isso mudou.

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, entregou hoje (22) ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, uma carta com as demandas do setor, durante a abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**, em Brasília. Um dos pedidos da chamada **Carta de Brasília** é a redução da burocracia e da carga tributária e regulatória.

"Entendemos que para massificar o acesso à banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esse serviço, além de isentar qualquer incidência tributária sobre smartphones de baixo custo e dispositivos destinados à internet das coisas", disse Garcia. Outras demandas apresentadas pelo setor são a eliminação das assimetrias, com o estabelecimento de regras iguais para serviços similares, e o ajuste dos marcos regulatórios.

Garcia destacou que uma das principais barreiras para a competitividade do serviço no Brasil é alta carga

tributária "Nenhum produto ou serviço pode ser considerado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores."

Ao receber o documento, Kassab disse que concorda com todos os itens abordados na carta e com as prioridades apresentadas pelo setor. "Acho que em todos os itens estamos avançando bastante. Temos visão comum em relação a todos os temas", destacou o ministro.

Realizado desde 2004, o **Painel Telebrasil** é um espaço para discutir estratégias, tecnologias e políticas públicas para o setor de telecomunicações. A **Telebrasil** é uma entidade civil, de caráter privativo e âmbito nacional, que reúne empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens e serviços do setor de comunicações e informação.

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$11 bilhões à Oi

ECONOMIA



Órgão recorreu à Justiça para tentar cancelar uma reunião de mediação marcada entre a Oi e a Anatel

Foto Wilton Junior/ Estadão

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à Justiça para cancelar a reunião de mediação entre a Oi e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A tentativa de conciliação foi marcada para hoje, mas ainda não há certeza se ela de fato vai ocorrer. A AGU entende que as multas aplicadas pelo órgão regulador devem ser enquadradas como dívida tributária e não podem integrar o processo de recuperação judicial da empresa.

A Oi pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda, órgãos públicos, escolas e hospitais, uma espécie de "Bolsa Telecom".

O presidente da Oi, Marco Schroeder, disse que a proposta prevê a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dentro do processo de recuperação judicial, e não diretamente com a Ana-

tel. Ele não esclareceu se o acordo prevê o corte de 70% das multas devidas nem revelou o valor dos investimentos que a empresa estaria disposta a realizar nos próximos anos.

"Vamos começar a negociar. É cedo para falar, será um início de conversa. Eles vão colocar os limites deles, nós vamos colocar o que achamos que é importante e o que a gente pode fazer", explicou, após participar do [Painel Telebrasil](#).

Apesar do entendimento da AGU, para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a proposta da Oi seria uma solução viável. De acordo com o secretário de Telecomunicações, André Borges, o TAC seria uma forma de viabilizar políticas públicas.

"É um instituto muito bem aceito por nós, até porque você troca pagamento ou recolhimento de um dinheiro do Estado para uma política pública", afirmou. "Do ponto de vista do Tesouro Nacional, também não afeta muita coisa, porque é um recurso com o qual ele já não contava. Então, não vai afetar o superávit. Talvez não ajude, mas não atrapalha."

O conselheiro da Anatel Igor de Freitas reiterou que a agência não pode aceitar o TAC proposto pela Oi. No entanto, ele reconheceu que o processo de recuperação judicial não terá sucesso se as dívidas da Oi com o governo forem excluídas. Do total de dívidas da companhia, de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 20,2 bilhões são com a União.

Amparo. "A linha da AGU é de que não há amparo le-

Continuação: AGU quer impedir suspensão de multa de R\$11 bilhões à Oi

gal para que a Anatel concorde em manter os débitos dentro do plano de recuperação judicial. A AGU entende que até a reunião de mediação não tem amparo para ser conduzida", afirmou.

Para o presidente da Oi, a recusa do governo em analisar a proposta pode inviabilizar a companhia. "Acho que isso não é interesse de ninguém, tenho certeza de que não é da Anatel. Vamos ter de trabalhar para encontrar soluções que sejam aceitáveis para a

Anatel e para a companhia. Acho que é muito cedo para achar que vai ter uma ruptura", disse Schroeder.

Fonte: Estadão

Fundasus volta à 1ª instância

O imbróglio do concurso da Fundação Saúde de Uberlândia (Fundasus) realizado em 2015 volta à 1ª Vara de Fazenda Pública em Uberlândia, conforme o procurador da instituição, Fernando Mundim Veloso. Isso porque o recurso impetrado pela Fundasus para contratar os aprovados no certame não foi aceito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília.

A decisão foi da ministra Laurita Vaz, presidente da Corte, na última segunda-feira (21). "Foi um recurso especial interposto no STJ para que pudéssemos contratar. O STJ não aceitou julgar o recurso. É importante lembrar que recorremos de uma liminar. Não é o julgamento do mérito. Agora, a gente volta para a primeira instância em Uberlândia para o julgamento do processo, do mérito em si". Contudo, segundo Veloso, não há previsão de quando a ação apresentada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) será julgada na cidade.

Concurso da Prefeitura

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) suspendeu o concurso público da Prefeitura Uberlândia (Triângulo Mineiro) apenas para os cargos de Professor II 98 vagas e Auxiliar Operacional em Serviço Público, que inicialmente possuía 26 vagas em quatro especialidades. Atualmente há apenas uma oportunidade para Auxiliar Operacional em Serviço Público na especialidade de Agente de Segurança Patrimonial, conforme errata publicada pela organizadora depois de o prefeito Gilmar Machado assinar as modificações no "Diário Oficial do Município", na última segunda-feira.

A suspensão foi orientada pelo TCE até que o Município corrija quatro erros apontados em edital: exigência de carteira de trabalho, prazo curto para recurso, não especificação de abono e vagas inexistentes. A decisão foi tomada na última terça-feira (22) e publicada ontem no "Diário Oficial do TCE".

Desatualizada

A decisão do TCE de Minas Gerais foi um tanto quanto desatualizada. Isso porque as quatro exigências relativas às vagas do cargo de Auxiliar Operacional em Serviço Público foram atendidas na última segunda-feira (21), quando a Prefeitura publicou modificações no concurso, incluindo a data de realização das provas. Segundo o procurador-geral do Município, Adir Cláudio Campos, a exigência da apresentação da carteira de trabalho é do Ministério do Trabalho, mas foi alterado em edital, assim como o prolongamento do prazo para recurso de 2 para 3 dias.

Conforme pedido pelo TCE, ainda na segunda-feira foram extintas 25 vagas não existentes em três especialidades do cargo de Auxiliar Operacional em Serviço Público. Contudo, permanece uma oportunidade na especialidade de Agente de Segurança Patrimonial, que teve o abono remuneratório especificado, assim como exigia o TCE.

Vagas de professores

"Dos professores foi um equívoco do Tribunal. Eles alegam que não existem as vagas porque olharam apenas o quadro permanente do Plano de Cargo. Contudo, a Lei 11.667 permite que façamos a transferência do quadro suplementar para o permanente. É o que acontece com essas 98", disse o procurador-geral do Município, Adir Cláudio Campos. De acordo com ele, existem hoje 670 vagas no quadro suplementar, das quais 98 passaram a ser permanentes. Conforme Campos, a Prefeitura já encaminhou ao TCE a cópia do "Diário Oficial" comprovando que realizou as modificações e um documento esclarecendo as vagas de professores. Contudo, o Município ainda não obteve retorno da Corte.

Proibição

Um comunicado em nome da Secretaria de Comunicação (Secom) que proibia a entrada da im-

Continuação: Fundasus volta à 1ª instância

prensa no prédio da Prefeitura para acompanhar reuniões das equipes de transição circulou pela Casa do Executivo ontem. Durante todo o dia estavam marcadas nove reuniões das comissões de transição do Governo Municipal (atual e eleito). Hoje e amanhã, as reuniões continuam. O assessor responsável pelo folheto de proibição pediu desculpas à imprensa pela atitude equivocada. A imprensa, inclusive, foi convidada a acompanhar os trabalhos hoje, a partir das 8h.

Homenagem

Anteontem, o prefeito Gilmar Machado (PT) recebeu, em Brasília, a homenagem por Uberlândia ter sido a primeira colocada no ranking Cidades Amigas da banda. Machado também palestrou na abertura do

60º **Painel Telebrasil**, evento que congrega as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de telecomunicações. Com o tema Cidades Inteligentes, o prefeito destacou o incentivo às novas tecnologias, como a criação de áreas de Micropolo Tecnológicos, onde empresas como Algar Tech, Center Shopping, Uberlândia Shopping e Granja Marileusa recebem incentivos fiscais para serviços de TI.

O presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (**Febratel**) e da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, CEO do Grupo Algar, foi quem entregou a placa a Machado.

Menos impostos para ampliar a conexão

TECH



uma conexão de 3 Mbps é de R\$ 3,5 mil por mês. Nos Estados Unidos e na Europa, o custo de uma conexão com velocidade de 5 Mbps varia de R\$ 72,00 a R\$ 134,00. "A diferença de preços supera 10 vezes". A proposta de redução do Fistel sobre as antenas de conexão satelital ainda está sendo elaborada. A previsão é de que seja apresentada pelo Governo Federal até o segundo semestre de 2017. Em relação à redução da arrecadação do Fistel com a medida, Artur explicou que isso seria compensado pelo crescimento dos acessos via satélite no País e o consequente aumento da arrecadação de outros tributos incidentes sobre o serviço, como ICMS e PIS/Cofins. A participação das conexões via satélite no número de acessos à banda larga no Brasil representa apenas 0,03% do total. O acesso à internet pelas redes móveis soma 88,38% e pelas redes fixas, 11,59%. "Agente tem de partir para a conexão satelital. As redes fixas e móveis não são capazes de atender plenamente a necessidade de expansão da inclusão digital no Brasil", reforçou. A estimativa é de que oito satélites de banda Ka, de alta capacidade, estarão operando no Brasil até 2018.

Essa é a proposta do MCTIC para expandir os serviços via satélite e beneficiar o usuário de internet

DA REDAÇÃO

COM AGÊNCIAS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) quer ampliar a conexão à internet via satélite no Brasil. A proposta é criar uma nova categoria na tabela do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para antenas de satélite. A medida deverá reduzir de forma significativa o valor do equipamento e beneficiar o usuário de internet, principalmente da Zona Rural e de áreas remotas. O anúncio foi feito pelo diretor do Departamento de Banda Larga, Artur Coimbra, ontem, durante a participação no 60º **Painel Telebrasil**. Segundo Coimbra, os preços praticados atualmente para a conexão à rede via satélite são muito altos. Como exemplo, citou que o gasto do consumidor com

Mundo

Mais da metade da população mundial não usa a internet devido ao custo da banda larga, segundo relatório da ONU divulgado ontem. Cerca de 3,9 bilhões de pessoas não têm acesso à internet em casa ou no celular, e que o problema é maior entre as mulheres, os idosos, as pessoas menos educadas, com rendas mais baixas e os moradores de zonas rurais.

FOLHARESUME

O MCTIC estuda a proposta de criar uma nova ca-

Continuação: Menos impostos para ampliar a conexão

tegoria na tabela do Fistel para antenas de satélite, como objetivo de beneficiar o usuário de internet, principalmente da zona rural e de áreas remotas. As conexões via satélite no Brasil representam 0,03% do total. Ontem, relatório divulgado pela ONU diz que 3,9 bi de pessoas no mundo não tem acesso à internet.

Anatel defende simplificação de regulamentação no setor de telecomunicações

GOVERNO



Nesta quinta-feira (24), durante a abertura dos debates do **Painel Telebrasil** 2016, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, falou sobre as dificuldades nas regulamentações do setor. Segundo ele, "existe um volume e complexidade dos regulamentos", ressaltando que a agência tem como proposta reduzir a quantidade de normas, a fim de melhorar a qualidade dos serviços.

Quadros citou o regulamento de compartilhamento de redes como um dos principais problemas. Na última semana, em reunião com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, ele discutiu possíveis soluções para o impasse. Diante delas, foi decidida a criação de um grupo de trabalho focado em revisar a regulamentação sobre o setor. "Nota-se uma sobrecarga nos postes de energia; dou razão à Aneel, antigamente havia uma carga muito menor porque eram poucas as empresas", afirmou Juarez.

A Anatel está analisando uma série de normas, incluindo o regulamento geral de qualidade dos serviços e o regulamento dos consumidores, a fim de simplificar e aperfeiçoar cada item. Também entra

no processo o Regulamento de Sanção da Agência.

Outro tópico que merece destaque são as OTTs: para o conselheiro Aníbal Diniz, que também participou do painel, é necessária a simplificação regulatória, principalmente para diminuir a diferença de tratamento entre as teles e serviços **over-the-top**, que consomem muita banda. Ele diz que "a maior contribuição que a Anatel pode dar é encontrar caminhos para simplificar de tal maneira que o usuário não seja prejudicado". Diniz afirma que as dificuldades nos relacionamentos entre OTTs e prestadoras se devem, principalmente, ao avanço tecnológico, e não ao atraso regulatório.

Via IP News

Assine nosso canal e saiba mais sobre tecnologia!

Redução de impostos pode ampliar conexão à internet por satélite no Brasil

INTERNET



O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) quer ampliar a conexão via satélite no Brasil por meio da redução de impostos. A proposta foi revelada nesta terça-feira (22) durante o 60º **Painel Telebrasil**.

De acordo com o diretor do Departamento de Banda Larga, Artur Coimbra, a ideia é criar uma nova categoria na tabela do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para antenas de satélite. A medida deverá reduzir de forma significativa o valor do equipamento e beneficiar o usuário de internet, principalmente da zona rural e de áreas remotas.

Os preços praticados atualmente para conexões via satélite no Brasil são muito altos. O gasto do consumidor com uma conexão de 3 Mbps, por exemplo, é de R\$ 3,5 mil por mês. Nos Estados Unidos e na Europa, o custo de uma conexão com velocidade de 5 Mbps varia de R\$ 72,00 a R\$ 134,00. "A diferença de preços supera 10 vezes. A gente imagina diminuir essa diferença com um conjunto de medidas institucionais", disse Coimbra.

Para efeito de comparação, a participação das conexões via satélite no número de acessos à banda larga no Brasil representa apenas 0,03% do total, enquanto o acesso à internet pelas redes móveis soma 88,38% e pelas redes fixas, 11,59%. Segundo Coimbra, a estimativa é de que oito satélites de banda Ka, de alta capacidade, estarão operando no Brasil até 2018.

Apesar da revelação, a proposta para redução do Fistel sobre as antenas de conexão via satélite ainda está sendo elaborada, e a previsão é de que ela seja apresentada pelo governo federal até o segundo semestre de 2017.

Assine nosso canal e saiba mais sobre tecnologia!

Para teles, tributos impedem crescimento do setor

TELECOM



As empresas de telecomunicações estão passando por um momento delicado no cenário nacional, devido à carga tributária aplicada ao setor. Além da crise econômica, as telcos enfrentam um período de crescimento estagnado e dificuldades de expansão. Durante o **painel TELEBRASIL**, vários executivos responsáveis pela chefia de grandes empresas brasileiras revelaram o que pensam em relação ao governo.

O setor brasileiro de telecomunicações vive um momento único de alinhamento de competências instaladas -- da Anatel ao MCTIC. Esse é o pensamento de Luiz Alexandre Garcia, presidente executivo do Grupo **Algar**, que ressalta que as políticas públicas devem fazer sentido para o cliente, trazendo soluções que ajudem ou agreguem valor. Ou seja: a carga tributária precisa ser revista.

"Aí tem a questão do que vem primeiro: a redução dos tributos e taxas ou aumento de arrecadação com o consumo (maior)", disse ele, durante o **Painel TELEBRASIL**, que aconteceu esta semana em Brasília.

Marco Schroeder, presidente da **Oi**, compartilha da mesma opinião. Ele critica o pacote de medidas do governo do Rio de Janeiro, que pretende aumentar o ICMS "e que quase não dá nem discussão". Segundo ele, um indicador disso é a redução dos investimentos por parte das operadoras. "A gente tem que criar uma agenda positiva, seria bom não só para telecom, criaria dinamismo muito bom no setor", conta.

O executivo também lembra que houve queda na receita nominal, uma vez que conta com uma base de

menor ARPU. Quanto à possibilidade de tratar da questão de tributos com os governos federal, estaduais e municipais em um cenário de crise, Schroeder reconheceu que a dificuldade é grande, no entanto é preciso deixar claro que onerar mais o setor só trará queda na arrecadação daqui para frente. "Já passamos por um aumento em 2016, outros Estados sinalizam com novos reajustes (de ICMS) em 2017 e ainda teremos o impacto da decisão do STF", afirmou, referindo-se à decisão de outubro do Supremo, que definiu que cabe cobrança de ICMS sobre a assinatura básica paga aos serviços de telefonia fixa.

Já o CEO da Net Serviços, Daniel Barros, levanta a questão da "insegurança jurídica" para investimentos de longo prazo, ressaltando que tantos entraves acabam engessando o setor. "Se metade do que você arrecada é imposto, você investe menos", declara. No entanto, quanto à questão de uma possível reação na economia, Barros afirma que o cenário de crise não é inédito para a Net e que é possível perceber uma estabilização do mercado, mas ainda longe de uma melhora. Ele também deixou claro que há dificuldades em expansão e criticou o excesso de obrigações regulatórias. "Nem bombeiro tem as obrigações de atendimento que a gente tem".

Fonte: TeleTime

Assine nosso canal e saiba mais sobre tecnologia!

Uberlândia, melhor cidade em infra de telecom no país, vira modelo para SP

BANDA LARGA



A cidade de Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro, está servindo de exemplo para todo o Brasil. Eleita a cidade mais "amiga da banda larga", Uberlândia ficou em primeiro lugar em um ranking elaborado pelas empresas com os municípios onde é menos difícil implantar a infraestrutura.

"Na próxima semana vamos levar o case de Uberlândia para o [prefeito eleito de São Paulo] João Dória adotar na maior cidade do país", comunicou o presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, e da **Algar**, Luiz Alexandre Garcia, durante o **Painel Telebrasil** 2016, realizado nesta semana em Brasília.

O painel premiou o prefeito da cidade, Gilmar Machado, que viabilizou e patrocinou mudanças legais no município, e também discutiu as principais dificuldades acerca da ampliação das redes -- em outras palavras: instalação de antenas. E segundo o ranking das empresas amigas da banda larga, as maiores metrópoles do país são as mais complicadas no quesito implantação de redes.

O ranking avaliou as 100 maiores cidades do Brasil. Só para ter uma ideia, Brasília, a terceira maior região metropolitana do país, ficou em 90º lugar. É seguida por São Paulo (91), Porto Alegre (92), Fortaleza (94), Goiânia (96) e Belo Horizonte (98). Juntas com Ribeirão Preto (93), Contagem (95), Niterói (97), São José do Rio Preto (99) e Petrópolis (100), o pé da lista reúne cerca de 25 milhões de pessoas.

Requisitos

Para formar o ranking, vários requisitos foram levados em consideração: restrições, burocracia, prazo e onerosidade para a implantação da infra. Quanto maiores estes fatores, mais difícil é a implementação e, nas piores condições, uma licença não sai em menos de seis meses.

"Mesmo a melhor cidade, Uberlândia, leva três meses para autorizar, quando a lei fala em dois meses. A ideia é que não apenas sejam premiados os melhores colocados, mas também mostrar as que evoluíram mais. O objetivo do ranking é incentivar as prefeituras a se mexerem e reverem sua legislação", explicou Eduardo Tude, da consultoria Teleco, responsável pelo ranking.

Confira a lista completa:

Uberlândia Cascavel São José dos Pinhais Várzea Grande São Luís Blumenau Duque de Caxias Guarulhos Rio Branco Juiz de Fora Ponta Grossa Cuiabá Canoas Porto Velho Palmas Curitiba Macapá Nova Iguaçu Taboão da Serra Santarém São José dos Campos Campos dos Goytacazes Suzano Mogi das Cruzes Cariacica Guarujá São Gonçalo Teresina Ananindeua Florianópolis Campo Grande Betim Joinville São João de Meriti Petrolina Gravataí Vitória Aparecida de Goiânia Bauru Belford Roxo Caruaru Paulista Recife Itaquaquecetuba Diadema Franca Camaçari Anápolis Jabotão dos Guararapes Belém Vila Velha Serra João Pessoa Osasco Aracaju Carapicuíba Olinda Limeira Governador Valadares Salvador Campinas Natal Santa Maria Rio de Janeiro Pelotas Mossoró Campina Grande Boa Vista Mauá Sorocaba Maceió Montes Claros Jundiá Santos São Bernardo do Campo Maringá Vitória da Conquista Santo André Caxias do Sul Ribeirão das Neves São Vicente Caucaia Manaus Taubaté Uberaba Pi-

Continuação: Uberlândia, melhor cidade em infra de telecom no país, vira modelo para SP

racicaba Praia Grande Feira de Santana Londrina
Brasília São Paulo Porto Alegre Ribeirão Preto For-
taleza Contagem Goiânia Niterói Belo Horizonte
São José do Rio Preto Petrópolis

Acesse o Raking (Telco)

Assine nosso canal e saiba mais sobre tecnologia!

Via Convergência Digital

Para ministro, políticas de telecomunicações devem ser tratadas como questão de Estado

TECNO



Segundo Gilberto Kassab, o setor de telecomunicações une o Brasil e está acima das divergências políticas. "Esta é a grande conquista que não podemos perder", disse no **Painel Telebrasil**

O ministro da **Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, Gilberto Kassab, defendeu nesta terça-feira (22) que as políticas do setor de telecomunicações sejam tratadas como políticas de Estado e estejam acima das divergências. A declaração foi feita na 60ª edição do **Painel Telebrasil**, que reúne, em Brasília (DF), as principais lideranças do setor. Para o ministro, o **Congresso Nacional** tem importante contribuição a dar ao priorizar a votação do **Projeto de Lei 3453**, em tramitação final na **Câmara dos Deputados**, que muda a **Lei Geral de Telecomunicações** para alterar as outorgas dos serviços de telefonia fixa, destravando investimentos. "E agora, graças à postura dos senadores, muito possivelmente, teremos condição de dar um passo no sentido de termos mais segurança e melhores condições de investimentos", disse o ministro.

Segundo ele, o setor de telecomunicações une o Brasil e está acima das divergências políticas. "Esta é a grande conquista, que nós não podemos perder. Temos que mostrar a cada brasileira e a cada brasileiro que, se tem um setor que nós queremos que os bra-

sileiros tenham orgulho pelas rápidas transformações e eficiência dos serviços prestados, é o de telecomunicações."

Carta de Brasília

Kassab recebeu a Carta de Brasília, documento que expressa as preocupações e demandas do setor como os investimentos para a expansão da banda larga, o fim das assimetrias entre serviços similares, um novo marco legal de telecomunicações alinhado aos desafios do país e a redução da burocracia e das cargas tributária e regulatória.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Fixa e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (> **Sinditelebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, citou números que mostram a força das telecomunicações no Brasil: participação de 6% no PIB, quinta maior infraestrutura do mundo e 224 milhões de acesso à **banda larga**, sendo 50 milhões de conexões 4G. Segundo ele, estudos do Banco Mundial revelam que expandir a banda larga significa crescimento maior da economia dos países. "As telecomunicações são vitais para a retomada do crescimento econômico", arrematou o presidente do **Sinditelebrasil**, Luiz Alexandre Garcia.

Também participaram do evento os secretários de Telecomunicações do MCTIC, André Borges, de Política de Informática, Maximiliano Martinhão, e de Serviços de Comunicação Eletrônica, Vanda Bonna Nogueira, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Juarez Quadros, o vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), e os deputados Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), Vitor Lippi (P-SDB-SP) e Daniel Vilela (PMDB-GO).

AGU quer impedir suspensão de multa de R\$ 11 bi à Oi

ECONOMIA

Órgão recorreu à Justiça para tentar cancelar uma reunião de mediação marcada entre a operadora e a **Anatel**

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à Justiça para cancelar a reunião de mediação entre a Oi e a **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**. A tentativa de conciliação foi marcada para hoje, mas ainda não há certeza se ela de fato vai ocorrer. A AGU entende que as multas aplicadas pelo órgão regulador devem ser enquadradas como dívida tributária e não podem integrar o processo de recuperação judicial da empresa.

A Oi pretende apresentar proposta para substituir multas de R\$ 11 bilhões aplicadas pela agência reguladora por investimentos e desconto em serviços para consumidores de baixa renda, órgãos públicos, escolas e hospitais, uma espécie de "Bolsa Telecom".

O presidente da Oi, Marco Schroeder, disse que a proposta prevê a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dentro do processo de recuperação judicial, e não diretamente com a **Anatel**. Ele não esclareceu se o acordo prevê o corte de 70% das multas devidas nem revelou o valor dos investimentos que a empresa estaria disposta a realizar nos próximos anos.

"Vamos começar a negociar. É cedo para falar, será um início de conversa. Eles vão colocar os limites deles, nós vamos colocar o que achamos que é importante e o que a gente pode fazer", explicou, após participar do **Painel Telebrasil**.

Apesar do entendimento da AGU, para o Ministério

de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a proposta da Oi seria uma solução viável. De acordo com o secretário de Telecomunicações, André Borges, o TAC seria uma forma de viabilizar políticas públicas.

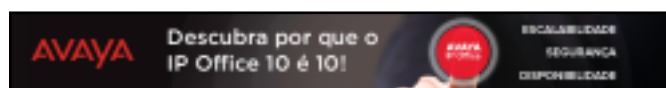
"É um instituto muito bem aceito por nós, até porque você troca pagamento ou recolhimento de um dinheiro do Estado para uma política pública", afirmou. "Do ponto de vista do Tesouro Nacional, também não afeta muita coisa, porque é um recurso com o qual ele já não contava. Então, não vai afetar o superávit. Talvez não ajude, mas não atrapalha."

O conselheiro da **Anatel** Igor de Freitas reiterou que a agência não pode aceitar o TAC proposto pela Oi. No entanto, ele reconheceu que o processo de recuperação judicial não terá sucesso se as dívidas da Oi com o governo forem excluídas. Do total de dívidas da companhia, de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 20,2 bilhões são com a União.

Amparo. "A linha da AGU é de que não há amparo legal para que a **Anatel** concorde em manter os débitos dentro do plano de recuperação judicial. A AGU entende que até a reunião de mediação não tem amparo para ser conduzida", afirmou.

Para o presidente da Oi, a recusa do governo em analisar a proposta pode inviabilizar a companhia. "Acho que isso não é interesse de ninguém, tenho certeza de que não é da **Anatel**. Vamos ter de trabalhar para encontrar soluções que sejam aceitáveis para a **Anatel** e para a companhia. Acho que é muito cedo para achar que vai ter uma ruptura", disse Schroeder.

Plano Nacional de Internet das Coisas vai priorizar formação de mão de obra



Segundo o diretor do MCTIC José Gontijo, é preciso preparar o trabalhador para as mudanças provocadas pelas plataformas digitais. .

José Gontijo, diretor do MCTIC

A formação de mão de obra especializada é uma das prioridades do Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT), que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações está preparando. A afirmação foi feita pelo diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital, José Gontijo, durante o 60º **Painel Telebrasil**, em Brasília (DF).

É preciso mudar o perfil do trabalhador brasileiro, para que ele esteja preparado para as mudanças que vêm por aí, disse Gontijo.

6 pilares para a construção de estratégias de internet das coisas

Segundo ele, a construção do plano envolve um amplo debate com todos os atores, além de uma convergência com outros países. Estamos trabalhando para garantir um ecossistema favorável ao desenvolvimento e à implantação de soluções de IoT no Brasil.

Outra discussão relevante para a elaboração do Plano Nacional de IoT, de acordo com Gontijo, é a definição clara do papel do Estado em cada etapa do processo. Precisamos saber onde o Estado precisa atuar e onde ele não deve atuar, porque o mercado é autossuficiente em muitos aspectos, explicou.

Gontijo também defendeu a participação efetiva de centros de excelência, que batam na porta de produtores de diversas áreas para vender soluções tecnológicas. É importante induzir a adoção dessas inovações, não basta elas estarem disponíveis, enfatizou.

De acordo com o diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital, as novas plataformas digitais terão grande demanda dos mais variados setores, inclusive daqueles que ainda não sabem disso. A ideia, acrescentou, que o plano seja um documento aberto, em constante revisão. Qualquer política pública engessada está fadada ao fracasso - até porque o mercado não é engessado, concluiu.

Jackeline Carvalho

Anatel defende simplificação regulatória no Telebrasil 2016



Agência está analisando uma série de regulamentos, entre eles o novo regulamento geral de qualidade dos serviços e o regulamento dos consumidores.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, abriu nessa quarta-feira (23.11), em Brasília, os debates do **Painel Telebrasil 2016**, promovido pela Associação Brasileira de Telecomunicações, quando falou das dificuldades regulatórias do setor. Ele destacou os principais entraves da regulação, existe um volume e complexidade dos regulamentos. A proposta, afirmou, é reduzir a quantidade de normas com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços.

Um dos problemas identificados pelo presidente é o regulamento de compartilhamento de redes. Ele contou que na semana passada se reuniu com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, para discutir possíveis soluções para a questão. Eles decidiram criar um grupo de trabalho para revisar a regulamentação sobre o assunto. Nota-se uma sobrecarga nos postes de energia; dou razão à Aneel, antigamente havia uma carga muito menor porque eram poucas as empresas, afirmou Juarez Quadros.

Segundo o presidente, está sendo analisada pela Anatel uma série de regulamentos, entre eles o novo re-

gulamento geral de qualidade dos serviços e o regulamento dos consumidores. O aperfeiçoamento do Regulamento de Sanção da Agência também está sendo estudado pelos técnicos.

OTTs O conselheiro Aníbal Diniz defendeu a simplificação regulatória para diminuir a diferença de tratamento entre as empresas de telecomunicações e as OTTs, grandes consumidoras de banda larga. Para ele, a maior contribuição que a Anatel pode dar é encontrar caminhos para simplificar de tal maneira que o usuário não seja prejudicado.

Segundo o conselheiro da Anatel, as dificuldades nos relacionamentos entre prestadoras de telecomunicações e OTTs devem-se ao avanço tecnológico e não ao atraso regulatório. Diniz também participou do **Telebrasil 2016**.

Para o chefe do Escritório Regional da **União Internacional de Telecomunicações (UIT)** para a região das Américas, Bruno Ramos, a regulação deve tomar por base os objetivos do governo. Ele destacou que no ano passado foram aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) os objetivos do desenvolvimento sustentável; o número um é redução da pobreza.

Caio Alves

Setor de telecomunicações pede redução de burocracia e da carga tributária

O presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (**Telebrasil**), Luiz Alexandre Garcia, entregou ontem ao **ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab**, uma carta com as demandas do setor, durante a abertura da 60ª edição do **Painel Telebrasil**, em Brasília. Um dos pedidos da chamada Carta de Brasília é a redução da burocracia e da carga tributária e regulatória.

Entendemos que para massificar o acesso à banda larga é necessário reduzir a cobrança de ICMS sobre esse serviço, além de isentar qualquer incidência tributária sobre smartphones de baixo custo e dispositivos destinados à internet das coisas disse Garcia.

Outras demandas apresentadas pelo setor são a eliminação das assimetrias, com o estabelecimento de regras iguais para serviços similares, e o ajuste dos marcos regulatórios.

Garcia destacou que uma das principais barreiras para a competitividade do serviço no Brasil é alta carga tributária.

Nenhum produto ou serviço pode ser considerado uma prioridade se os impostos sobre ele representarem metade do valor pago pelos usuários. É imprescindível que se reduza a carga tributária e regulatória sobre o setor e, em consequência, sobre os consumidores.

Ao receber o documento, Kassab disse que concorda com todos os itens abordados na carta e com as prioridades apresentadas pelo setor.

Acho que em todos os itens estamos avançando bastante. Temos visão comum em relação a todos os temas destacou o ministro.

Realizado desde 2004, o **Painel Telebrasil** é um espaço para discutir estratégias, tecnologias e políticas públicas para o setor de telecomunicações. A **Telebrasil** é uma entidade civil, de caráter privativo e âmbito nacional, que reúne empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens e serviços do setor de comunicações e informação.

Agência Brasil

O problema das OTTs é só a ponta do que vem pela frente, diz Navarro

INTERNET

Para o presidente da **Telefônica Vivo**, o setor tem que mudar o *mind set* e entender a nova realidade. Se não se preparar para o futuro, a Internet das Coisas vai se inviabilizar para as operadoras, que serão atropeladas por outras companhias.

Num alerta para todas as empresas do setor de telecom, o presidente da **Telefônica Vivo**, Eduardo Navarro, que assumiu o cargo recentemente, disse que o problema das OTTs não é um problema do Brasil nem um problema do setor de telecom. "É o mesmo problema dos táxi versus Uber ou do setor financeiro versus Fisntechs", observou. Para ele, que trabalhou na área de serviços digitais da **Telefônica**, na Espanha, o setor tem que mudar o *mind set*, pois o cenário é outro, e precisa aprender a entender e analisar esse cenário.

Enquanto o Brasil convive com quatro operadoras dominantes, onde nenhuma tem mais de 30% de cota de mercado, no mundo das OTTs, um buscador tem mais de 90% de mercado, na mensageria há dominação de um aplicativo. A compra do WhatsApp pelo Facebook foi aprovada pelos reguladores da União Europeia em uma semana quando um processo de compra ou fusão de operadoras na Europa não leva menos de um ano.

Essas assimetrias, lembrou, têm que ser encaradas a sério. Em sua opinião, é preciso tratar os problemas de forma mais pragmática, especialmente em relação ao futuro. Ele ponderou que é preciso preparar o terreno para a Internet das Coisas. Se não for resolvidos problemas regulatórios como o do Fistel, no caso do Brasil, a Internet das Coisas pode se inviabilizar para o setor de telecom.

Se essas barreiras não forem resolvidas, virão empresas para trazer soluções da mesma forma que o WhatsApp acabou com o sistema de mensageria das operadoras. IoT vai ser muito mais do que envio de dados via conexão. Vai ser gestão de dados", observou, afirmando que hoje a política de proteção de dados do cidadão é totalmente assimétrica. Enquanto a Telefônica **Vivo** tem que atender a 2 milhões de pedidos de informações por ano de autoridades da Justiça, e manejar esses dados com o máximo cuidado, as OTT não tem esse tipo de encargo.

Navarro destacou que não é contra as OTTs, pois elas carregam serviços na rede que são "adorados" pelos seus clientes, que ele mesmo é usuário desses serviços, que a Telefônica Vivo é parceira de OTTs, mas defende a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio para a convivência de todos os players. Há muitas assimetrias que vão da carga tributária, da carga regulatória às próprias atividades permitidas a um e outro grupo de empresas. "Temos que encontrar uma forma de convivência sustentável", disse ele.

Navarro destacou, no entanto, que uma operadora não é uma OTT. "Não podemos esquecer nosso DNA. Nossa fortaleza é a relação com nossos clientes, é a conectividade. A evolução para mundo digital tem que ser a partir da conectividade."

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

BNDES vai ter empréstimo exclusivo para banda larga em regiões carentes do país

FINANCIAMENTO

Segundo Irecê Loureiro, a linha de financiamento a ser anunciada será destinada para a aquisição de equipamentos para a construção de redes de ultra banda larga em regiões de baixa atratividade econômica, escolas e postos de saúde com taxas de juros bem atrativas.

(Crédito: Shutterstock Isak55)

O BNDES irá lançar no próximo mês uma linha de financiamento especial para estimular a implantação de infraestrutura de banda larga fixa e móvel em regiões carentes do país e levar essa infra para as escolas e postos de saúde públicos. Segundo Irecê Loureiro, chefe do departamento de TICs do banco, a previsão é reservar pelo menos R\$ 1 bilhão para essa nova linha de financiamento, a serem usados em um período de três anos. Será o financiamento mais nobre do banco, com a melhor taxa de juros que tivermos. No mínimo, TJLP, afirmou ela.

O financiamento será para a aquisição de máquinas e equipamentos e produtos de infraestrutura para a construção de redes de banda larga. Mas Irecê avisa que o banco não vai aceitar qualquer banda larga.

O projeto Conectividade Inclusiva irá definir as velocidades de banda larga que deverão resultar das redes construídas com esses recursos. Ela disse que, no caso da rede móvel, o banco deverá estabelecer a tec-

nologia 4G como padrão e, no caso da banda larga fixa, as velocidades deverão ser entre 10 Mbps e 50 Mbps.

Conforme ela, os recursos poderão ser captados por operadoras de qualquer porte e estarão também direcionados para os pequenos operadores. O problema, contudo, é que o BNDES exige uma série de garantias que as pequenas empresas de telecomunicações não conseguem apresentar. Por isso, há alguns anos, a Abrint reivindica junto ao Poder Executivo a aprovação de um fundo garantidor (no qual os provedores dariam garantias firmes, como por exemplo os seus ativos, em troca de papéis do governo federal). Mas esse fundo até hoje não saiu do papel.

Segundo a executiva, o banco financiou, em média, 10% a 15% dos investimentos do setor de telecomunicações nos últimos anos, direcionando uma média de R\$ 3 a R\$ 5 bilhões por ano para as operadoras de telecom.

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Google+ \(Opens in new window\)](#) [Click to share on LinkedIn \(Opens in new window\)](#) [Click to print \(Opens in new window\)](#) [Click to email this to a friend \(Opens in new window\)](#)

Related

MCTIC sinaliza em favor do zero-rating

BRUNO DO AMARAL | bruno@convergecom.com.br

Além de trabalhar na elaboração de uma agenda digital para TICs, o governo pode estender a política de flexibilizações para tentar aplacar o que o empresariado chama de "inseguranças jurídicas". Assim, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), quer incluir maior liberdade de modelos de negócios para operadoras, levantando a bandeira em favor do zero-rating, além de se alinhar com a demanda das teles no tratamento de dados pessoais em Internet das Coisas.

"Para a gente poder avançar com Internet, e estou falando como secretário, e não como coordenador do CGI.br, sem exercer flexibilidade não dá para pensar com tamanha rigidez o aspecto de neutralidade de rede, sem poder usar zero-rating, até para vencer a insegurança jurídica que está posta", declara o secretário de políticas de informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, durante debate no segundo dia do **Painel Telebrasil** nesta quarta-feira, 23. Para tanto, ele sugere "rever" o decreto que regulamentou o Marco Civil da Internet, além dos PLs de proteção

de dados pessoais que ainda estão em discussão no Congresso.

"A questão de registro de dados também vai precisar de flexibilização, no (antigo) Ministério da Ciência se pensava muito na questão do usuário final, que acessa a Internet, mas agora, com a IoT na forma como está, já recebi de diversas empresas que dizem que, dessa forma, não vão conseguir fazer investimentos, tem insegurança jurídica muito grande". Ele ressalta que é "fundamental não engessar" a legislação para permitir a contínua inovação.

Naturalmente, o discurso encontra simpatia com as operadoras. O diretor da Net Serviços, Daniel Barros, menciona como exemplo a questão da franquia na banda larga, classificando a proibição por meio de cautelar da Anatel como uma mudança de regras "que dá uma bagunçada". O presidente executivo do Grupo Algar, Luiz Alexandre Garcia, ressalta também a flexibilização para usar "tecnologias diferentes e compartilhamento de infraestrutura", além da própria regulamentação, focando no "level playing field" em relação aos serviços **over-the-top**.

Ampliação do uso das TIC pode ajudar recuperação econômica do País, diz estudo

LÚCIA BERBERT | lucia@convergecom.com.br

O setor de TIC, incluída aí a indústria de telecomunicações, pode ter um papel central na recuperação econômica do País, sobretudo no aumento da produtividade, mas precisa de incentivos para continuar investindo. A conclusão é da economista Claudia Viegas, da LCA Consultores, que apresentou um panorama das contas brasileiras, nesta quarta-feira, 23, no **Painel Telebrasil**. Ela lembra que o país perdeu 33 posições nos indicadores de produtividade em cinco anos, além da vertiginosa queda do PIB e da piora das contas públicas.

Viegas diz que a perda da produtividade não foi maior por causa do tamanho do mercado brasileiro, que ainda recebe uma nota acima da média (de 5,7, sendo que 7 é a máxima). Já no quesito inovação, a queda tem sido constante, chegando em 2016 a 3,1 pontos. O setor também continua se destacando na avaliação da infraestrutura do País, ocupando o 54º lugar, enquanto os portos brasileiros estão na 133ª posição.

De acordo com o levantamento, as TICs dão maior eficiência aos serviços públicos; garantem redução de custos e têm papel fundamental na detecção de fraudes, por meio de cruzamentos de bancos de dados. Também asseguram maior transparência às ações públicas e participação social nos atos do governo.

Para a economista, o setor móvel pode ter uma participação importante na bancarização de 40% dos brasileiros adultos que estão fora do sistema fi-

nanceiro. "Até 2025, o aumento da bancarização digital acarretará a criação de 4 mil empregos e aumento de PIB na ordem de US\$ 152 bilhões", sustenta.

A economista ressalta que apesar do potencial do setor, o país ocupa o 72º lugar no mundo no ranking de competitividade, como resultado do 133º lugar em carga de impostos; 106ª posição em eficiência do sistema legal em questionar decisões governamentais arbitrárias; 94º lugar nas compras governamentais de produtos de tecnologia avançada; 122º lugar na promoção de TICs pelo governo e a 121ª posição na importância das TICs na visão de futuro do governo.

Claudia Viegas ressalta que, para que o setor de telecomunicações possa ser um instrumento efetivo de aumento a produtividade e a retomada do crescimento de forma duradoura do Brasil, será necessário que o governo promova a redução de entraves aos investimentos e aumento da rentabilidade, como a efetiva aplicação da Lei das Antenas. Outro ponto diz respeito à sinergia na formulação e aplicação de políticas.

Outro ponto defendido no estudo é a reversibilidade de ativos vinculados às concessões da telefonia fixa, que dará segurança para investimentos em redes de nova geração. O levantamento também aponta a necessidade de adoção de soluções completas com TICs fim a fim; a redução de tributos e encargos setoriais e a segurança nas Relações Trabalhistas do setor, ressaltando que boa parte dos empregos gerados no País são de call centers.

Vilela vê espaço para revisão dos fundos setoriais por Medida Provisória; Planejamento acha que o momento não permite esse debate

Vilela vê espaço para revisão dos fundos setoriais por Medida Provisória; Planejamento acha que o momento não permite esse debate

BRUNO DO AMARAL | bruno@convergecom.com.br

Embora o mercado esteja na expectativa da aprovação do PL 3.453/2015 na Câmara para os próximos dias, uma queixa do setor em particular ficará de fora desse primeiro passo da revisão do modelo: a revisão das regras dos fundos, notadamente o Fust e o Fistel. O próprio autor do Projeto de Lei, deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) explicou que achou melhor não incluir esse debate agora pelo risco de travar na Câmara a rápida tramitação que o texto vem seguindo com o apoio do MCTIC e da Anatel. "Tem alguns poucos parlamentares com conhecimento do setor, a grande maioria não tem. Mas de Fust e Fistel, todo mundo sabe alguma coisa, todo mês tem alguém falando (no plenário). Se a gente colocasse o tema no

projeto, iríamos inviabilizar o sucesso", contou durante debate no 60º [Painel Telebrasil](#) nesta quarta, 23.

Ele entende que essa discussão poderá ser feita mais adiante, em um segundo momento, eventualmente por um mecanismo de tramitação mais rápida, como uma Medida Provisória. "Não sei se é possível, teria que fazer análise jurídica, mas o próprio PL poderia ser argumento necessário para avaliar uma MP, então não haverá razão para ter recursos públicos", declara. "Até porque quem migrar de concessão para autorização não vai ser mais um player que poderá usar (o fundo)."

Já o secretário de planejamento econômico do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, acredita que nesse momento de ajuste fiscal dificilmente haveria espaço para uma discussão sobre os fundos setoriais.

Índice remissivo de assuntos

Sinditelebrasil

9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Setor | Oi

9, 11, 24, 99

Setor de Telecomunicações

9, 11, 40, 42, 63, 67, 73, 75, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 97, 103, 105, 106

Painel Telebrasil

9, 11, 12, 15, 17, 21, 22, 24, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 89, 91, 93, 97, 99, 103, 105, 106, 109, 110, 111

Setor | CTBC

25, 99, 100

Setor | Vivo

28, 64, 107

Setor | Telefônica

28, 73, 107

Setor | TIM

42, 54, 67, 73

Setor | Sercomtel

64

CPI da Telefonia

102

Veja mais

108